

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Ayana Zanúncio Araujo

**IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AGRICULTURA FAMILIAR NAS
RELAÇÕES DOS AGRICULTORES: UMA ANÁLISE FUNDAMENTADA NA
TEORIA DA EMPRESARIZAÇÃO**

**Porto Alegre
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Ayana Zanúncio Araujo

**IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AGRICULTURA FAMILIAR
NAS RELAÇÕES DOS AGRICULTORES: UMA ANÁLISE FUNDAMENTADA
NA TEORIA DA EMPRESARIZAÇÃO**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Administração.
Área de Concentração: Estudos
Organizacionais.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosimeri de
Fátima Carvalho da Silva**

**Porto Alegre
2014**

CIP - Catalogação na Publicação

Araujo, Ayana Zanúncio
Impacto da Política Pública de Agricultura
Familiar nas relações dos agricultores: uma análise
fundamentada na teoria da empresarização / Ayana
Zanúncio Araujo. -- 2014.
119 f.

Orientadora: Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2014.

1. Agricultura Familiar. 2. PRONAF. 3.
Empresarização. 4. Crédito Rural. 5. Olericultura. I.
Silva, Rosimeri de Fátima Carvalho da, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ayana Zanúncio Araujo

Impacto da Política Pública de Agricultura Familiar nas relações dos agricultores: uma análise fundamentada na teoria da empresarização

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva

Conceito final:

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura – PPGGEA/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Maria Ceci Araujo Misoczky – EA-UFRGS

Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Goulart Silva – EA/UFRGS

Orientadora – Prof.^a Dr.^a Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva - EA/UFRGS

Agradecimentos

A realização do mestrado e da pesquisa que deu origem a esta dissertação não teria sido possível sem todo o apoio e confiança recebidos. Seria muito difícil nomear todos aqueles que, de diversas maneiras, contribuíram nessa trajetória, mesmo assim, registro aqui meus agradecimentos a algumas dessas pessoas e instituições.

Agradeço à CAPES e ao CNPq pelas bolsas de estudo concedidas, respectivamente, no primeiro e no último ano do mestrado. O auxílio foi imprescindível para que eu pudesse residir em Porto Alegre durante todo o período do curso.

Sou muito grata à professora Rosimeri pela relação que cultivamos nesse período, pelos ensinamentos, pela confiança que depositou em mim e por ser uma orientadora dedicada e entusiasmada.

Obrigada à professora Maria Ceci, à professora Sueli e ao professor Luiz Fernando que estiveram na minha banca de defesa e deram importantes contribuições, não somente nesse momento, mas em toda a minha trajetória no mestrado.

Agradeço aos escritórios locais da Emater-RS/ASCAR – especialmente ao Munari (Maquiné) e à Caroline (Nova Santa Rita) – e à COPTEC – especialmente ao Arnaldo – pela confiança que depositaram no meu trabalho e pelo apoio dado para a realização das entrevistas. Aos agricultores e agricultoras que generosamente aceitaram colaborar com a pesquisa e com a minha formação, muito obrigada!

Minha família esteve sempre ao meu lado em toda essa jornada e sou muito agradecida e eles por isso, meus pais, Rita e João, e minhas irmãs, Maria, Giovana, Daniela e Júlia. Obrigada também aos meus avós, Terezinha e João, por apoiarem meus estudos e compreenderem a minha ausência. Não poderia deixar de agradecer também ao Marcos, meu namorado e companheiro em todos os momentos.

Todos os amigos também foram importantíssimos! Mencionarei apenas algumas pessoas que estiveram mais próximas, entretanto, gostaria de estender esse agradecimento a todos os meus amigos e amigas. Obrigada Patrícia Tometich, Gabriele Volkmer, Robson Braga, Cristiane Costa, Kássia Salazar, Luana Cunha, Klaus Nowotny, Percília, Mariana e Isadora Farias.

RESUMO

O tema da pesquisa é a política pública de crédito rural para a agricultura familiar. O estudo consistiu em uma análise do processo de empresarização, descrito por Abraham (2006) e Solé (2000; 2008), estendido às pequenas unidades produtivas agrícolas desde a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A Teoria da Empresarização foi a referência adotada para que se pudesse colocar em evidência a empresa, destacando traços e relações sociais que lhe são peculiares: autonomização da esfera econômica, mito fundador da escassez, racionalidade moderna, propriedade privada, mito do progresso e as relações de assalariamento, dominação, concorrenciais, funcionais e impessoais. O estudo foi realizado em dois municípios gaúchos, Maquiné e Nova Santa Rita, reconhecidos pela produção de gêneros de olericultura, popularmente conhecidos como legumes e verduras. O principal procedimento de coleta do material empírico ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, mas também foram empregados outros procedimentos, como a observação, a confecção de um caderno de campo, a consulta a documentos e o levantamento de dados secundários sobre os municípios. Os resultados da pesquisa apontam que a política é permeada pelos traços da modernidade relacionados ao fenômeno de empresarização, influenciando as relações estabelecidas pelos agricultores com as pessoas, com o tempo, o espaço, o trabalho, etc. Nesse sentido, as relações de exploração – que no campo não se manifestaram sob um caráter explícito e formal de assalariamento – o individualismo, o produtivismo, a eficiência puderam ser associados e estas relações que se estabelecem e se intensificam a partir da utilização do crédito. Verificou-se que a política de financiamentos favorece indiretamente as empresas do varejo alimentar e que as condições de acesso dos agricultores aos mercados são determinadas pela estruturação e pelo poder de mercado exercido pelo varejo. Por fim, observou-se que os agricultores com experiência de ação política conseguiram, em algumas situações, através de sua organização fazer frente a alguns aspectos da empresarização difundidos pela política pública.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; PRONAF; Empresarização; Crédito Rural; Olericultura.

ABSTRACT

The research theme is the rural credit public policy for family farming. The study consisted in an analysis of the enterprisation process as described by Abraham (2006) and Solé (2000; 2008), which has been extended to small agricultural production units since the establishment of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) [National Program to Strengthen Family Agriculture]. Enterprisation theory was the reference adopted to put the evidence on the enterprise, highlighting its peculiar traits and social relations: the autonomy of the economic sphere, the founding myth of scarcity, modern rationality, private property, the myth of progress and the remuneration, domination, competitive, functional and impersonal relations. The study was conducted in Maquiné and Nova Santa Rita, two cities in the gaúcho state that are recognized for producing horticulture genera, popularly known as vegetables. The main procedure to collect empirical material was by conducting semi-structured interviews, but other procedures were also employed such as observation, making a field notebook, documents consultation and the collection of secondary data on the municipalities. The research results indicate that the policy is permeated by traces of modernity related to the enterprisation phenomenon, that is influencing the relationships established by farmers with people, with time, space, work, etc. In this sense, the relations of exploitation – that were not expressed in the field as an explicit and formal character of remuneration – individualism, high productivity, efficiency could be associated and these relations are developed and intensified from the use of credit. It was found that the funding policy indirectly favors the retail food business and that the conditions of farmers' access to markets are determined by the structure and the market power exercised by retailers. Finally, it was observed that farmers with experience of political action in some situations and through their organization succeeded in dealing with some aspects of enterprisation disseminated by public policy.

Keywords: Family Farming; PRONAF; Enterprisation; Rural Credit; Horticulture Genera.

LISTA DE SIGLAS

APSAT	Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA	Central de Abastecimento
CMN	Conselho Monetário Nacional
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentados da Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOTAP	Cooperativa Terra Livre
COPTec	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
COTRIN	Comissão de Organização da Triticultura Nacional
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER-RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NSR	Nova Santa Rita

OCS	Organizações de Controle Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PIB	Produto Interno Bruto
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSAF	Plano Safra da Agricultura Familiar
PSAP	Plano Safra Agrícola e Pecuário
RS	Rio Grande do Sul
RTID	Relatório Técnico para Identificação e Delimitação
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	20
3 A TEORIA DA EMPRESARIZAÇÃO	28
3.1 CINCO INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE MODERNA.....	30
3.1.1 Invenção e autonomização da Realidade Econômica.....	30
3.1.2 Mito Fundador da Escassez	33
3.1.3 Racionalidade Moderna.....	34
3.1.4 Propriedade Privada.....	36
3.1.5 Inovação e Mito do Progresso	38
3.2 RELAÇÕES INERENTES AO FENÔMENO DE EMPRESARIZAÇÃO	41
3.2.1 Relações funcionais	42
3.2.2 Relações de assalariamento	43
3.2.3 Relações concorrenciais	46
3.2.4 Relações impessoais	48
3.2.5 Relações de dominação	51
3.3 SÍNTESE	54
4 OBJETIVOS	57
4.1 OBJETIVO GERAL.....	57
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	57
5 MÉTODO	58
5.1 O SEGMENTO E OS LOCAIS DE ESTUDO	58
5.2 COLETA E ANÁLISE.....	65
6 ANÁLISE DOS DADOS	70
6.1 SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES OLERICULTORES DE MAQUINÉ EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	70
6.2 A SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES OLERICULTORES DE NOVA SANTA RITA EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	78
6.3 REFLEXÃO SOBRE OS TRAÇOS E RELAÇÕES DA EMPRESA REFERENTES À POLÍTICA DE FINANCIAMENTOS E AOS CONTEXTOS ESTUDADOS	96
6.3.1 A presença dos traços e modos de agir e pensar entre os pressupostos, mecanismos e objetivos que orientam o PRONAF	96
6.3.2 O estabelecimento/aprofundamento de relações peculiares à empresa entre os agricultores e agricultoras de Maquiné e Nova Santa Rita beneficiários da política pública de agricultura familiar.....	99

6.3.3 Condições de participação dos agricultores na política de agricultura familiar	104
.....	104
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS	117
ANEXO A – ORGANIZAÇÃO REGIONAL EMATER-RS/ASCAR	118

1 INTRODUÇÃO

Há uma notável expansão da empresa por todo o mundo e também para organizações que já foram estranhas ao modo empresarial e às relações peculiares a esse tipo de organização (SOLÉ, 2008). O autor afirma que se repararmos no que vestimos, comemos, na maneira como nos deslocamos, nos divertimos, etc., perceberemos que são as empresas que produzem nosso modo de viver. As empresas são, de acordo com Solé (2008), a força organizadora do mundo, ou seja, o mundo que é organizado por e para a empresa, daí denominá-lo Mundo-Empresa. O fenômeno de expansão desse tipo de organização é nomeado pelo autor como empresarização. A dinâmica de empresarização do mundo pode ser percebida pela força da ideia de empresa nas sociedades modernas.

A empresa é definida por Solé (2008) como a força organizadora do Mundo-Empresa, ela é um evento antropológico singular na história da humanidade e se caracteriza por um conjunto específico de relações entre os humanos e dos humanos com o mundo. Tomando outra perspectiva sobre o fenômeno, Abraham (2006) compreende a empresa não a partir das relações, mas sim a partir dos hábitos coletivos, ou, das maneiras de agir e pensar consagradas pela tradição e socialmente impostas aos indivíduos, desse modo, a empresa é conceituada pelo autor como um conjunto de formas de agir e pensar específicos às sociedades ocidentais modernas. Ambos os autores serão utilizados neste trabalho porque se dedicam à compreensão da expansão e dominância de um tipo singular de organização, a empresa.

Perceber que a empresa é a organização por excelência nas sociedades ocidentais modernas é compreender que ela se ergue sobre os traços da modernidade, estes a justificam e tornam necessária. Alguns desses traços apontados na teoria da empresarização são: a invenção e autonomização da realidade econômica, o mito fundador da escassez, a racionalidade moderna, a propriedade privada e a inovação e mito do progresso.

Um dos fenômenos mencionados por Solé (2008) que denuncia o processo de empresarização é a onda de privatizações que avassalou quase todos os países a partir da década de 1980, transformando diversas organizações públicas em empresas. A onda de privatizações mencionada por Solé (2008) foi um dos reflexos da política neoliberal difundida pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, política que, de

acordo com Rodrigues (2010), produziu o acirramento das desigualdades sociais nos países latino-americanos que adotaram a cartilha neoliberal.

No Brasil, o neoliberalismo se traduziu na reforma gerencial do aparelho do Estado que promoveu uma redução do tamanho e da atuação do poder público (PAES DE PAULA, 2003). Segundo Bresser Pereira (1998), um dos seus principais ideólogos, a reforma gerencial buscou inspiração na administração empresarial para tornar a administração pública mais eficiente, efetiva e voltada para o cidadão-cliente.

O que significa perceber a administração pública dessa maneira? Solé (2008, p.30) adverte que

Sendo a empresa um "bem privado" (pertencendo a "interesses privados"), convém admitir que a expressão "empresa pública" é um abuso de linguagem, não faz sentido. A palavra "cliente" designa igualmente um tipo particular de relações entre humanos: ver o outro, e se considerar a si mesmo como um cliente é inimaginável em muitas civilizações¹.

A incongruência apontada por Solé (2008) pode ser relacionada aos desdobramentos da reforma gerencial empreendida no Estado brasileiro. Weisheimer (2013) afirma que a partir dos anos 1980, a redução do papel do Estado brasileiro impulsionada pela implementação das políticas neoliberais provocou no meio rural estagnação social e econômica. Segundo o autor, o tema do desenvolvimento rural foi retirado da pauta das discussões e ocorreu grande empobrecimento das populações rurais.

A agricultura camponesa parece ser uma das áreas na qual o neoliberalismo vem imprimindo suas marcas desde então, que são evidenciadas nas discussões relacionadas à emergência e institucionalização da denominação agricultura familiar e das políticas correspondentes apoiadas em “[...] modelos de interpretação de agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Banco Mundial” (CASTRO *et alli*, 2013, p.11). De acordo com Fernandes (2013), esses modelos de interpretação estão inseridos em um conjunto de ideias denominado Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

Nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está *altamente* [grifo do autor] integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que

¹ L'entreprise étant un « bien privé » (appartenant à des « intérêts privés »), il convient d'amettre que l'expression « entreprise publique » est un abus de langage, un non-sens même. Le mot « client » désigne également un type particulier de relations entre humains : voir l'autre, se considérer soi-même comme un client est inimaginable dans bien des civilisations.

a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão *agricultura patronal* [grifo do autor]. O que está em questão nesses estudos é a **defesa da tese em que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo; que a sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e às lutas dos pequenos agricultores** [grifo nosso]. Esta visão da agricultura camponesa está presente no conjunto de políticas do Banco Mundial, criadas na década de 1990, para o “desenvolvimento rural” dos países pobres. Evidente que nesta visão não estão presentes os conflitos políticos e as possíveis soluções para a questão agrária estariam nas políticas econômicas ditadas pelo Banco Mundial (FERNANDES, 2013, p.124).

Evidencia-se, dessa maneira, a filiação do conceito de agricultura familiar ao receituário neoliberal difundido e imposto pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e outras agências multilaterais. As políticas criadas a partir desse ideário enfatizam o papel do Estado no apoio à produção alimentar dentro da lógica de aumento da produtividade agrícola, a ser perseguida pela adoção de um padrão tecnológico bastante específico, tornando a agricultura brasileira ainda mais dependente dos insumos produzidos pelas multinacionais do agronegócio². Weisheimer (2013) afirma, inspirado no físico nuclear José W. Bautista Vidal³, que quando um país opta por adotar um pacote tecnológico externo, ele está optando por aumentar a sua dependência externa.

É necessário registrar que, historicamente no Brasil, o desenvolvimento da agricultura ocorreu tendo como base a grande propriedade fundiária e uma parte considerável da força de trabalho utilizada até hoje tem sido a de trabalhadores que não foram completamente proletarizados, ou seja, permaneceu uma base familiar de produção vinculada à propriedade jurídica de pequenos estabelecimentos ou ocupações sem título (WANDERLEY, 2009).

A partir da leitura de Wanderley (2009), é possível concluir que, ao longo do tempo, a ação do Estado brasileiro tem consistido em expandir a fronteira agrícola – garantindo a infra-estrutura para exploração de novas áreas e garantindo direitos aos grandes proprietários em detrimento dos pequenos posseiros/primeiros ocupantes – e a modernização agrícola, assegurada principalmente pelo crédito rural subsidiado.

² Segundo Fenandes (2013), o agronegócio consiste em um complexo que emprega antigas e novas formas de exploração, reunindo “sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos” (FERNANDES, 2013, p.27).

³ VIDAL, José W. Bautista. De estado servil a nação soberana: civilização solidária dos tropico. Petrópolis: Ed. UNB, Ed. Vozes, 1988.

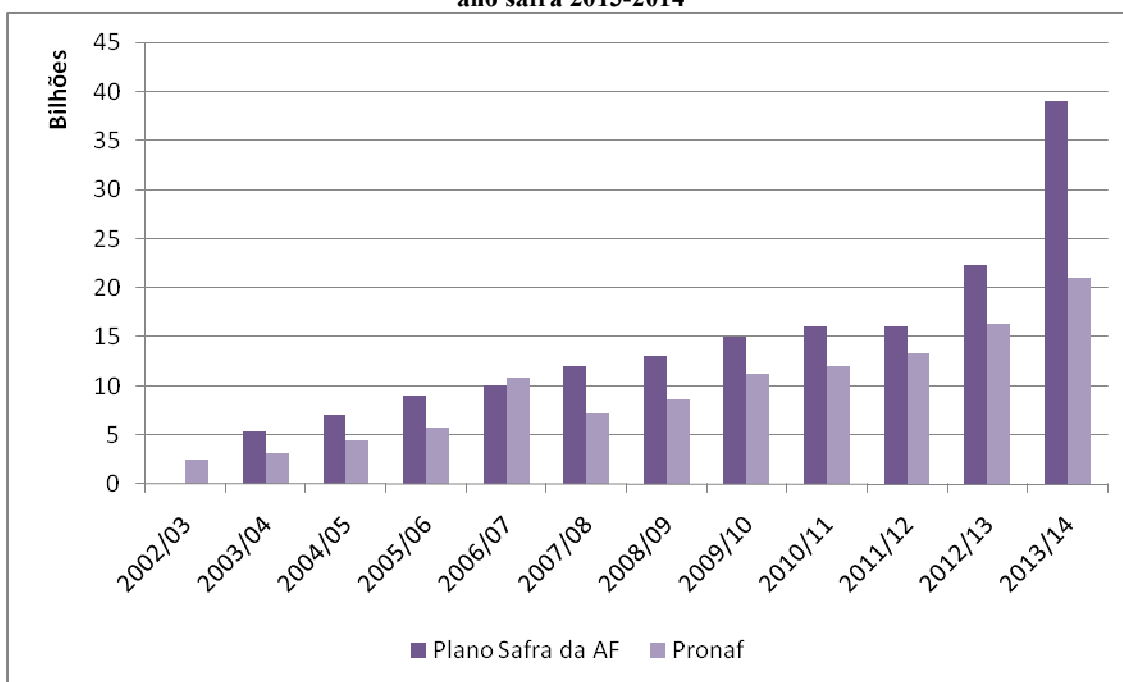
O crédito rural subsidiado foi uma ferramenta fundamental para que ocorresse no Brasil a Revolução Verde, processo iniciado no final do Século XIX nos países de clima temperado e que culminou na década de 1960 com a extensão de um modelo específico de desenvolvimento agrícola baseado na dependência de insumos industriais e na uniformização da produção agrícola mundial (COSTABEBER, 1998).

Quando a política pública de agricultura familiar emergiu no Brasil, ela foi compreendida como uma conquista dos trabalhadores rurais historicamente alijados do fomento público estatal, porém, ela nasceu alicerçada no mesmo mecanismo que viabilizou a revolução verde e no discurso neoliberal dominante.

No cenário das políticas neoliberais, as discussões legitimadoras da agricultura familiar estiveram frequentemente associadas ao objetivo de converter as pequenas unidades produtivas agrícolas em pequenas empresas agrícolas com ampla capacidade de resposta ao mercado. Um exemplo disso está no documento intitulado “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar”, produzido em parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (GUANZIROLI *et alli*, 1994a). Tal documento estabelecia que o objetivo da política pública de agricultura familiar deveria ser converter os agricultores das pequenas unidades produtivas em “verdadeiros agricultores”, ou seja, agricultores profissionalizados, especializados e com ampla visão empresarial.

O documento mencionado baseou a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que é um programa de financiamento da agricultura desenvolvida nos pequenos estabelecimentos agrícolas. Na figura 1, observa-se que o PRONAF é o carro-chefe da política agrícola direcionada à agricultura familiar, essa, desde 2003 é contemplada pelo Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF).

Figura 1 – Parcela dos recursos destinados ao PRONAF no Plano Safra da Agricultura Familiar, ano safra 2013-2014



Fonte: Elaborado a partir de dados de Brasil [2013].

No último PSAF (2013/2014), a rubrica destinada ao PRONAF foi de 53,7%, seguida pelas rubricas “Outros” (34%), Programa de Aquisição de Alimentos (3%), Programa Nacional de Alimentação Escolar (2,8%), Garantia-Safra (2,5%), Assistência Técnica e Extensão Rural (2,1%), Programa de Garantia de Preço Mínimo (0,5%) e Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (0,1%) (BRASIL, [2013]). Nota-se quão expressivo é o programa de crédito diante dos outros programas destinados à agricultura familiar dentro do PSAF.

A elaboração do PRONAF parte de uma definição que reconhece a agricultura familiar, por exemplo, pela valorização dos insumos internos e pela produção diversificada e, no entanto, objetiva converter as unidades que praticam esse modelo de agricultura em pequenas empresas especializadas na produção de determinadas culturas passíveis de obtenção de financiamento.

A imposição de um modelo imperativo de agricultura especializada, profissionalizada e empresarial, imperativo que se traduz no termo “verdadeiro agricultor”, que é o ideal a ser perseguido pelo PRONAF, é motivo de inquietação e justifica a aproximação estabelecida com a teoria da empresarização, uma vez que não é outro tipo de organização, senão o tipo-empresa, que está sendo almejado no escopo dessa política pública. Embora a empresarização seja distinta do neoliberalismo e do gerencialismo, eles estão fortemente associados. A política e a economia neoliberal

estão ancoradas na disseminação da noção de empresa e no modo de organizar empresarial, tanto quanto o gerencialismo dissemina entre os mais diversos tipos de organização, instrumentos e ferramentas vinculadas à empresa. Além disso, a expansão das empresas do agronegócio favorecidas pela ampliação do crédito rural é um indício da expansão da empresa sobre a agricultura brasileira, com o aumento da dependência de insumos externos para os sistemas produtivos.

O PRONAF tem sido alvo de muitas críticas que apontam, sobretudo, a concentração dos recursos em determinadas regiões brasileiras, na produção de *commodities* agrícolas e naqueles agricultores mais capitalizados. Não obstante essas críticas identificadas na literatura, os valores financiados e o número de contratos têm crescido a cada ano – com ênfase nos financiamentos de investimento – sem que os problemas sejam resolvidos ou atenuados.

A região sul e, dentro dela, o Rio Grande do Sul, tem sido privilegiada na operacionalização do PRONAF em razão de uma maior inserção das unidades produtivas no atual modelo de desenvolvimento agrícola. Segundo Fontoura (2010), a região sul recebeu estímulos desde a primeira metade do século XX para a introdução de culturas agrícolas, técnicas e práticas relacionadas à agricultura capitalista.

Ao revisar a literatura sobre o PRONAF, é possível concluir que o mecanismo de crédito e sua operacionalização se chocam de algumas maneiras com as condições de produção da pequena agricultura no Brasil. Além do fenômeno de concentração dos recursos do PRONAF nos agricultores mais capitalizados, na região sul e na produção de algumas culturas mercantis, fenômeno amplamente relatado na literatura, o aumento da dependência por insumos e a dificuldade de demonstrar a existência de um aumento da renda em função das ações dessa política pública, levam a questionar os desdobramentos da mesma.

Gazolla e Schneider (2013) apontam que o PRONAF promove um modelo de desenvolvimento agrícola pautado na especialização produtiva e na dependência de tecnologias e insumos externos, o que acaba por provocar uma situação de compressão na qual, por um lado, os agricultores são pressionados pelos aumentos dos custos dessas tecnologias e insumos e, por outro lado, pela redução dos preços dos principais produtos (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

A questão da redução dos preços e das condições de comercialização enfrentadas pelos pequenos agricultores é relatada por Wanderley (2009, p. 124):

É comum afirmar que o pequeno produtor assume a produção nos setores não rentáveis, que não interessam à grande propriedade. Na verdade, não se pode considerar esta ausência de rentabilidade em sentido absoluto. A produção assumida pelo pequeno produtor é rentável, só que não o é para ele próprio. O lucro que gera é apropriado pelos integrantes da rede de comercialização, proporcionalmente à capacidade de concentrar a produção dispersa nas unidades familiares e de manipular sua oferta nos centros urbanos de consumo (WANDERLEY, 2009, p.124).

A afirmação feita por Wanderley (2009) pode ser exemplificada por um fenômeno bastante atual que consiste na concentração do varejo alimentar em redes supermercadistas que vêm adquirindo cada vez maior poder de mercado no Brasil e no mundo. Segundo Aguiar (2009, p.20),

Há evidências de que o setor varejista brasileiro explora poder de mercado principalmente por meio da transferência de parte de seu custo de produção para os fornecedores, o que não pode ser identificado através do comportamento dos preços. Neste sentido, vários mecanismos são empregados pelos varejistas para obrigar os fornecedores a se responsabilizarem por itens de custo que deveriam ser, de fato, responsabilidades dos varejistas.

Os diversos estudos sobre a concentração de mercado, que em Porto Alegre chega a 90% para as três redes líderes (Wal-Mart, Záfari e Carrefour), alertam para o abuso do poder de mercado por parte dessas redes (SANTOS, 2008). Segundo Aguiar (2008), 70% da receita bruta total das 500 maiores redes supermercadistas é oriunda da comercialização de alimentos, o que significa que as estratégias desse setor impactam, especialmente, a produção e comercialização de produtos agrícolas.

A cadeia produtiva da olericultura, ramo da horticultura que trata da produção de vegetais popularmente conhecidos como verduras e legumes, mas que também inclui frutas como melão, morango e melancia (FILGUEIRA, 2003), tem sido impactada pelas mudanças recentes na estruturação do varejo alimentar e pela política pública de agricultura familiar materializada no PRONAF.

Os municípios de Maquiné, situado no litoral norte do RS, e Nova Santa Rita, situado na região metropolitana de Porto Alegre, estão entre os municípios que desempenham papel de destaque no abastecimento alimentar de Porto Alegre e região metropolitana. Em Maquiné, a olericultura recebe incentivos públicos desde a década de 1970, quando foi instalada a primeira Central de Abastecimento (CEASA) no estado. Atualmente, a agropecuária é uma atividade econômica relevante para o município: foi responsável por 21,7% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal em 2009 (IBGE, 2011). Ressalta-se a existência, em Maquiné, de produtores que trabalham em relação

contratual com grandes redes do varejo alimentar. Em Nova Santa Rita, a atividade agropecuária é menos expressiva economicamente: foi responsável por 2,4% do PIB municipal em 2009 (IBGE, 2011). A atividade agrícola no município de Nova Santa Rita tem sofrido a pressão do crescimento urbano que se traduz na valorização dos imóveis e seus aluguéis.

O presente estudo se insere na temática sobre o processo de modernização agrícola, recentemente aprofundado por meio do estabelecimento de uma política de crédito rural subsidiado direcionada à agricultura familiar e da expansão das empresas do agronegócio em relação com os beneficiários dessa política. O propósito de conversão das pequenas unidades produtivas em empresas é o elemento que optei por destacar no referido cenário.

Refletir sobre o fenômeno de empresarização é perceber que, cada vez mais, é a empresa a organização produtora do nosso modo de viver. Aprofundar essa reflexão exige que se afaste a noção da empresa como algo autoevidente, ou seja, exige que se pergunte o que é a empresa. Para tanto, conforme mencionado anteriormente, Solé (2008) e Abraham (2006) propõe que se pense a empresa a partir, respectivamente, das relações e dos modos de agir e pensar sobre os quais ela se ergue.

Se a empresa é naturalizada e percebida como a organização ideal em nosso mundo, é porque ela carrega em seu âmago as relações sociais próprias aos modos de agir e pensar da modernidade. As relações peculiares à empresa podem ser percebidas como a concretização desses modos de agir e pensar, se expressando, por exemplo, no estabelecimento de relações funcionais, assalariadas, concorrenciais, impessoais e de dominação racional-legal. É importante indicar que tais relações não se restringem às relações entre humanos, mas desses com o tempo, com o espaço, etc., sendo relações que definem um fenômeno antropológico milenar único na história da humanidade (SOLÉ, 2008).

Assim, converter as unidades produtivas em empresas seria estender a elas, ou acentuar nelas, os modos de agir e pensar e as relações peculiares à empresa capitalista moderna, tais como o individualismo, a competição, a monetarização e a formalização. Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo consiste em **analisar as relações que se estabelecem e/ou se acentuam a partir da inserção dos agricultores na política pública de agricultura familiar, especialmente o PRONAF.**

O trabalho está organizado em seis seções além desta seção de introdução. Na próxima seção será realizada uma breve apresentação sobre a origem, a estruturação e

os apontamentos identificados na literatura sobre o PRONAF. Na seção três, são apresentadas as discussões pertinentes à teoria da empresarização e ao conjunto de traços e relações característicos do fenômeno de empresarização. As seções quatro e cinco contêm, respectivamente, as indicações sobre os objetivos e o método adotado na realização da pesquisa. A apresentação do material empírico e análise do mesmo está contida na seção seis e, por fim, a seção sete traz as principais conclusões e considerações finais do trabalho.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁴ constitui um marco da legitimação do conceito de agricultura familiar junto ao Estado brasileiro. Os mesmos autores afirmam que as primeiras formulações desse programa tiveram como base o estudo intitulado “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar”, produzido em parceria pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, as discussões legitimadoras da agricultura familiar estiveram frequentemente associadas ao objetivo de converter as pequenas unidades produtivas agrícolas em pequenas empresas agrícolas com ampla capacidade de resposta ao mercado. Um exemplo disso está no documento supracitado, o qual propôs uma tipologia que classificava a agricultura familiar em três segmentos, a saber: periférica, em transição e consolidada. A classificação foi elaborada em função (1) do maior ou menor acesso a mercados; (2) da disponibilidade de fatores de produção (terra, capital, trabalho e tecnologia); e (3) do desenvolvimento dos sistemas de produção (GUANZIROLI *et alli*, 1994a). Tal documento estabelecia que o objetivo da política pública de agricultura familiar deveria ser converter os agricultores das pequenas unidades produtivas em “verdadeiros agricultores”, ou seja, agricultores profissionalizados, especializados e com ampla visão empresarial.

A tipologia mencionada serviu para o estabelecimento do público alvo da política de agricultura familiar e para que fosse estimado o contingente de famílias beneficiárias. Assim, refletindo o contexto das políticas neoliberais, dos modelos de desenvolvimento propostos pelas agências multilaterais e das ideias do PCA, o PRONAF foi estabelecido com o objetivo de prover “[...] o apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias⁵ exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família” (BRASIL, 2014a, p.1). O

⁴ Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996.

⁵ As atividades não agropecuárias previstas são prestações de serviço no meio rural, tais como os serviços de turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras, desde que “compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar” (BRASIL, [2014a]).

enquadramento dos agricultores no PRONAF acontece por meio da obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que é emitida por agentes credenciados junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e é concedida mediante a observação dos seguintes requisitos:

Quadro 1 – Requisitos para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF

REQUISITOS	a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
	b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
	c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g";
	d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h";
	e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
	f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
	g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais;
	h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que tratam as alíneas "d" e "f" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento.

Fonte: BRASIL (2014b, p.1).

Além da criação do PRONAF, em 1996, outros marcos da institucionalização do conceito de agricultura familiar foram a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, e a criação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), lotada no MDA, em 2003, que são instâncias responsáveis pelo Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF), criado também em 2003. Em 2006 foi promulgada, no Brasil, a Lei da Agricultura Familiar⁶, que definiu “conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006, n.p.).

O PRONAF foi antecedido pelo Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), resposta dada pelo governo Itamar Franco, em 1994, às

⁶ Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006.

reivindicações dos movimentos sociais do campo. Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), o PROVAP operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e foi o embrião do PRONAF. Embora o PROVAP não tenha mobilizado recursos vultosos, nem tenha atingido resultados expressivos, ele é considerado importante por Schneider, Mattei e Cazella (2004), porque foi o embrião da política agrícola diferenciada em categorias de agricultores.

A diferenciação da política agrícola a partir da segmentação dos agricultores foi proposta no documento elaborado pela FAO/INCR (GUANZIROLI *et alli*, 1994a) que distinguia o modelo patronal do modelo familiar (Quadro 2) com o objetivo de inserir o público da agricultura familiar na disputa por recursos públicos e criar consensos sobre quais seriam as diretrizes da política para o segmento. Atualmente, a existência de dois ministérios da agricultura – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – e de dois planos safra – Plano Safra Agrícola e Pecuário (PSAP) e Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF) – são reflexos da diferenciação estabelecida.

Quadro 2 – Características da agricultura patronal e da agricultura familiar

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do progresso produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade da vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões “in loco”, condicionada pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Guanzirolli *et alli* (1994b, p.2).

Um efeito da adoção da tipologia estabelecida pela FAO/INCR (GUANZIROLI *et alli*, 1994a) na elaboração do PRONAF é claramente observado nas concepções que orientam o estabelecimento do público alvo do programa. Segundo Tonneau, Aquino e Teixeira (2005), na concepção do PRONAF, a categoria dos agricultores consolidados – considerados os “verdadeiros agricultores”; aqueles mais capitalizados, profissionalizados na produção agrícola e com ampla visão empresarial – foi estabelecida como ideal. Os agricultores em transição foram eleitos o verdadeiro alvo do programa pelo seu potencial em se tornarem agricultores consolidados. Os

agricultores periféricos não deveriam ser contemplados pelas políticas de agricultura familiar, mas sim pelas políticas de compensação social (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005).

Não obstante a delimitação do público alvo inicialmente estabelecida, ao longo do tempo, agricultores classificados como periféricos passaram a ser minoritariamente contemplados pelo programa a partir da concepção dos grupos especiais de beneficiários. Um exemplo desse processo foi a incorporação, em 1999, do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA)⁷ pelo PRONAF, que passou a contemplar agricultores assentados da reforma agrária inseridos nos grupos A e A/C.

A segmentação dos beneficiários do PRONAF em grupos especiais ocorreu em 1999, a partir da realização de um novo estudo elaborado pela FAO em parceria com o INCRA (GUANZIROLI; CARDIM, 2000). A partir de então, foram criados seis grupos especiais de beneficiários com condições diferenciadas de financiamento, como menores taxas e maiores prazos de carência aos beneficiários menos estruturados. Sobre a segmentação, o grupo A compreendia agricultores familiares assentados da reforma agrária; o grupo B, agricultores em situação de pobreza rural (beneficiários de programas de transferência de renda); o grupo A/C, agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que tivessem contratado a primeira operação no grupo A e que não tivessem contratado financiamento de custeio pelo enquadramento em outro grupo; e, os grupos C, D e E compreendiam os agricultores familiares classificados, principalmente, pela renda bruta familiar anual; os do grupo C são os menos capitalizados, seguidos pelo grupo D e pelo grupo E, dos agricultores mais capitalizados, ou, “consolidados” (SCHNEIDER; MATTEI, CAZELLA, 2004). Desde 2012, os grupos especiais C, D e E foram extintos e esses agricultores são considerados no grupo Renda Variável, ou, PRONAF Comum (BRASIL, 2014b).

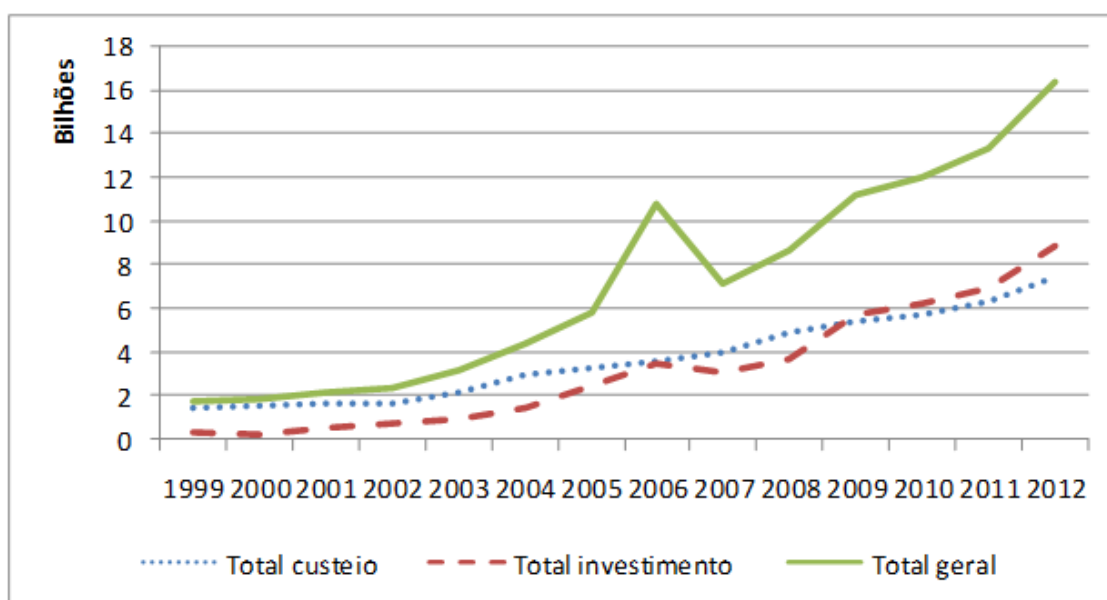
O PRONAF possui diferentes linhas de crédito que contemplam os financiamentos de custeio, de investimento e também há uma linha (PRONAF Cotas-Partes) para integralização de cotas-partes em cooperativas de agricultores familiares e

⁷ O PROCERA foi criado pelo Conselho Monetário Nacional no ano de 1985, tendo sido subsumido pelo PRONAF no ano de 1999. Fernandes (2013) afirma que o governo FHC percebeu que os investimentos feitos via linhas de crédito fortaleciam a organização do MST e multiplicavam o número de ocupações, denominando tal situação de *aparelhamento político*. Foi extinto o PROCERA e, adicionalmente, tomadas medidas de criminalização dos movimentos sociais do campo, como a MP 2.109-52, de 24 de maio de 2001.

linhas emergenciais que contemplam agricultores em municípios e regiões atingidas por secas, enchentes, enxurradas, queimadas, etc.

Os valores financiados e o número de contratos têm crescido a cada ano, com ênfase nos financiamentos de investimento. Ressalta-se que, embora as operações de crédito de custeio e de investimento concentrem a maior parte dos recursos do Programa, o PRONAF também possui duas outras linhas de atuação: a linha infraestrutura e serviços municipais; e capacitação e pesquisa (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004; AQUINO; SCHNEIDER, 2010). Na Figura 2 é apresentada a evolução dos valores financiados.

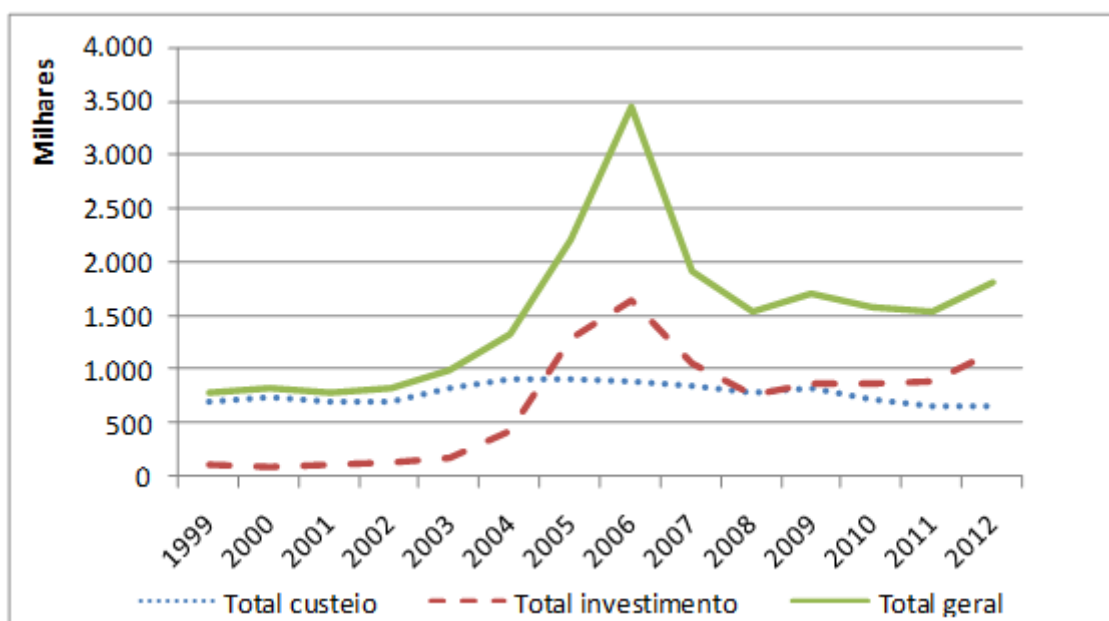
Figura 2 – Valores totais PRONAF custeio e investimento (em bilhões) entre os anos-safra de 1999-2000 e 2012-2013



Fonte: Elaborado a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (BRASIL, 2012).

O número de contratos para cada uma das duas modalidades também reflete a alteração mencionada, porém o número de contratos para investimento superou os contratos para custeio já no ano de 2005, sofrendo uma queda em 2008, com posterior recuperação do comportamento de crescimento, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 – Número total de contratos PRONAF custeio e investimento (em milhares) entre os anos-safra de 1999-2000 e 2012-2013



Fonte: Elaborado a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (BRASIL, 2012).

O crescimento da modalidade investimento pode ser atribuído à criação da linha PRONAF Mais Alimentos, que foi elaborada em resposta à crise alimentar de 2008⁸, com o propósito de ampliar a infraestrutura rural para a produção de alimentos (especialmente pela aquisição de tratores e veículos agrícolas) a taxas de juros de 1% ou 2%, dependendo do valor financiado (BRASIL, 2014c).

O aumento dos recursos aportados ao PRONAF motivou uma investigação realizada por De Conti e Roitman (2011), por meio da qual puderam concluir que no período que se estende da criação do programa até o ano-safra de 2009/2010, houve uma diversificação das fontes de recursos em função de imperativos conjunturais e também em função da decisão política de expansão do PRONAF a partir do ano-safra de 2003/2004. Segundo os autores,

[...] no período 1995-2002, sua fonte basilar era o FAT-DE⁹. No período 2003-2010, a intenção de expandir o programa de forma significativa levou à

⁸ Segundo a ONU a crise alimentar de 2008 foi provocada por uma redução dos estoques de grãos entre os anos de 2004 a 2006 e pelo súbito aumento do preço do petróleo, provocando o aumento dos custos dos insumos para a produção. Durante a crise, muitos países produtores reduziram o volume de exportações e os preços dos alimentos atingiram níveis sem precedentes (**A ONU e a Alimentação**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-alimentacao/>>. Acesso em 20 de setembro de 2014).

⁹ O FAT-DE (Fundo de Amparo ao Trabalhador – Depósitos Especiais), corresponde ao montante de recursos excedentes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), após o pagamento de seguros-desemprego e abonos salariais, e após o repasse do FAT Constitucional ao BNDES (40% do valor total por determinação constitucional). As principais fontes de arrecadação do FAT são as contribuições ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) (DE CONTI e ROITMAN, 2011).

intensificação do uso de outras fontes, já que a expansão almejada não era viável apenas com recursos do FAT-DE. Atualmente, os recursos do PRONAF são provenientes de fontes diversas, o que permite certa flexibilidade nos momentos em que uma das fontes se torna escassa (por motivos de ordem política ou macroeconômica). Apesar disso, os dados mais recentes revelam uma dependência acentuada dos recursos oriundos da poupança rural (De Conti; Roitman, 2011, p.157).

O Manual de Crédito Rural (MCR) é um documento de referência que normatiza as questões relacionadas ao crédito rural aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e divulgadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Os beneficiários e as instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) devem se subordinar a tais normas (BRASIL, 2014a).

O CMN é quem determina as máximas taxas de juros permitidas, bem como a proporção de recursos que as instituições financeiras integrantes do SNCR devem investir nas operações de crédito rural e no crédito rural para a agricultura familiar, são as “exigibilidades”, ou recursos obrigatórios, definidas na seção 6.2 do MCR.

Conforme mencionado anteriormente, o PRONAF é abrigado pelo SNCR¹⁰. Esse Sistema foi criado na esteira da promulgação do Estatuto da Terra¹¹ e constituiu a ferramenta para institucionalização do crédito rural subsidiado na política agrícola brasileira. O crédito rural subsidiado no Brasil é identificado por Fontoura (2004) como um instrumento que desempenhou um papel crucial para a consolidação do projeto de modernização da agricultura iniciado na década de 1960. Esse consistiu no aprofundamento das relações capitalistas no meio rural e, concomitantemente, segundo Bittencourt (2003), foi crucial para a realização da Revolução Verde¹².

O SNCR é formado por instituições financeiras que apresentam uma atuação seletiva e concentradora, conforme aponta Bittencourt (2003). De acordo com o autor, referindo-se ao processo de modernização da agricultura inaugurado pelo Estatuto da Terra,

[...] o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi a base das transformações na agricultura, onde o crédito era direcionado e vinculava sua

¹⁰ Instituído pela Lei Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

¹¹ Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

¹² A Revolução Verde é descrita por Costabeber (1998) como a culminação de um processo iniciado no final do século XIX na Europa e na América do Norte que possibilitou uma homogeneização das práticas agrícolas mundiais, por meio da introdução de tecnologias genéricas e pela difusão de variedades de cultivo de alto rendimento e positivamente sensíveis aos agroquímicos. Durante a Revolução Verde, inovações genéticas, químicas e mecânicas foram incorporadas à base técnica da agricultura desenvolvida nos países do chamado “terceiro mundo”, tornando-os dependentes dos insumos industriais e, ao mesmo tempo, propiciando a uniformização da produção agrícola, centrada em um reduzido número de variedades de culturas geneticamente modificadas (COSTABEBER, 1998).

liberação ao uso de “pacotes tecnológicos” composto por insumos químicos e industriais. A política de crédito rural não era neutra em relação à classificação social dos agricultores, e o crédito era direcionado e concentrado para alguns produtos, regiões e categorias de produtores. Este modelo de distribuição dos financiamentos contribuiu ainda mais para a distorção regional, ampliando as diferenças na distribuição de renda entre as regiões e entre os próprios agricultores, beneficiando normalmente os grandes proprietários (BITTENCOURT, 2003, p.61).

A concentração da política pública direcionada à AF no crédito indica que, seguindo uma lógica semelhante à lógica descrita por Bittencourt (2003), a inserção dos beneficiários permanece sendo condicionada pelo consumo de insumos externos, mediante a avaliação dos projetos de financiamento pelas instituições financeiras cadastradas no SNCR.

Uma importante fonte utilizada para a realização da pesquisa bibliográfica sobre o PRONAF foi o documento elaborado por Mattei (2006) a respeito dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o programa ao longo dos dez primeiros anos de sua existência. Entre outras conclusões, tal documento aponta que a forma de liberação dos recursos pelas instituições financeiras, visando reduzir os riscos do financiamento, provoca um direcionamento de grande parte dos recursos para a região sul do país e para os setores agroindustriais mais especializados, notadamente, o setor do fumo, da soja e do milho.

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, a região sul e, dentro dela, o Rio Grande do Sul, tem sido privilegiada na operacionalização do PRONAF em razão de uma maior inserção das unidades produtivas no atual modelo de desenvolvimento agrícola, uma vez que a região sul, de acordo com Fontoura (2010), recebeu estímulos desde a primeira metade do século XX para a introdução de culturas agrícolas, técnicas e práticas relacionadas à modernização agrícola.

3 A TEORIA DA EMPRESARIZAÇÃO

A Teoria da Empresarização é uma teoria em construção cujas principais referências são os autores franceses Solé (2000; 2008) e Abraham (2006). A partir das leituras realizadas até o momento, pode-se afirmar que uma das principais contribuições desse *corpus* teórico consiste na desnaturalização da empresa, evidenciando-a tanto como o modo de organização por excelência (SOLÉ, 2008), quanto como instituição central (ABRAHAM, 2006) na sociedade moderna.

Solé (2008) chama atenção para uma notável expansão das empresas por todo o mundo e também para esferas da vida em sociedade que já foram estranhas ao modo de organização empresarial. Com relação ao primeiro aspecto mencionado, a expansão geográfica das empresas, o autor argumenta que

O colapso dos países do Bloco Soviético e a mudança na orientação da China, fizeram com que num intervalo de vinte e cinco anos, mais de um milhão e meio de pessoas passassem a fazer parte de um mundo cuja organização de base é a empresa (SOLÉ, 2008, p.49)¹³.

Quanto ao segundo fenômeno, a expansão das empresas para diversas esferas da vida em sociedade, Solé (2000; 2008) menciona a onda de privatizações que converte organizações públicas em empresas; a transformação dos clubes de futebol em sociedades anônimas; os mercenários iraquianos, assalariados de empresas responsáveis pela manutenção da segurança; a alimentação cotidiana, cada vez mais dependente do acesso aos produtos de empresas; e o cuidado com os anciãos, que tem sido relegado às casas de retiro privadas. Tal expansão está conectada com o fato de que a empresa se torna cada vez mais o modelo obrigatório de diversas organizações e atividades humanas, que, mediante pressão, passam a necessitar e até mesmo almejar se organizar tal como uma empresa (SOLÉ, 2000).

De acordo com Solé (2000; 2008), outro aspecto que evidencia a expansão da empresa é a sua crescente capacidade em influenciar o comportamento dos seres humanos dentro e fora dessas organizações, produzindo valores e condutas que sejam úteis à sua sobrevivência, como por exemplo, a associação entre felicidade e consumo.

¹³ L'effondrement des pays du bloc soviétique et l'actuel basculement de la Chine sont des événements majeurs ayant favorisé cette expansion. En l'espace de vingt-cinq ans, plus d'un milliard et demi d'humains sont entrés dans un monde dont l'organisation de base est l'entreprise.

[...] o homem moderno liga fortemente felicidade à empresa. Para ele, ser feliz significa – em larga medida, ou, essencialmente – comprar e consumir os produtos das empresas (os bens e serviços que elas oferecem)¹⁴ (SOLÉ, 2000, p.183).

Não obstante a expansão da empresa pelo mundo, e para diferentes esferas da vida, constata-se que são poucos os que se perguntam o que é a empresa, mesmo entre aqueles pesquisadores que se dedicam ao estudo de temas relativos à mesma (SOLÉ, 2008). De acordo com Solé (2008), os pesquisadores costumam tomar a empresa como uma evidência e, por isso, não a questionam.

Ao revisitar autores clássicos e pesquisadores contemporâneos, Solé (2008) afirma que quanto mais seriamente se proponha a pergunta “O que é a empresa?”, mais tortuoso se torna o caminho para obtenção de uma resposta, porque esse caminho passa pelo questionamento e pela compreensão sobre a realidade que vivemos e sobre aspectos que frequentemente entendemos como naturais e inquestionáveis. Portanto, a dificuldade de definir a empresa reside na compreensão do fenômeno que vivemos, que acaba por obnubilar nossa percepção sobre a mesma.

O debate travado por Solé (2008) o leva a propor a ideia de que vivemos em um “Mundo-Empresa”, um mundo dominado pelas empresas. Para tentar contornar a dificuldade aludida por esse autor, isto é, para tentar evidenciar o fenômeno de empresarização sem tomar a empresa como evidência em si, recorre-se a Abraham (2006), que a vem discutindo como instituição central na modernidade.

A empresa e o fenômeno de empresarização podem ser compreendidos a partir de outras instituições centrais. Tais instituições consistem em maneiras de agir e pensar que foram socialmente engendradas na história ocidental-européia e fundamentam a referida centralidade da empresa em *nosso mundo*¹⁵ (ABRAHAM, 2006). Tais instituições são discutidas por Solé (2000) e Abraham (2006) como cinco traços/instituições da sociedade moderna, quais sejam: invenção da realidade econômica, mito fundador da escassez, racionalidade moderna, propriedade privada e mito do progresso. Os cinco traços serão apresentados na próxima seção.

¹⁴ [...] l’homme moderne lie fortment bonheur et entreprise. Pour lui, être heureux veut dire – dans une large mesure, voire essentiellement – acheter et consommer ce qu’elle produit (les biens et services qu’elle offer).

¹⁵ A expressão “nosso mundo” é um termo utilizado na definição do fenômeno da empresarização que merece atenção e reflexão sobre as diferenças observadas em cada contexto de estudo.

3.1 CINCO INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE MODERNA

A presente seção consiste em uma breve apresentação das cinco instituições, ou, modos de agir e pensar da modernidade a partir das discussões que permeiam a teoria da empresarização. O esforço de apropriação teórica envolve a utilização de autores diversos, alguns deles não foram mencionados nos trabalhos de Abraham (2006) e Solé (2000; 2008).

3.1.1 Invenção e autonomização da Realidade Econômica

Uma das instituições, ou, modos de agir e pensar da modernidade diz respeito à *invenção e autonomização da realidade econômica*. Solé (2000) afirma que a realidade econômica, ou esfera econômica, é uma invenção da sociedade moderna e ocidental, argumentando que diversos antropólogos e etnólogos não puderam isolá-la como uma esfera autônoma do tecido social, havendo, até mesmo, aqueles que verificaram sua completa inexistência entre povos primitivos.

Contrapondo-se à ideia segundo a qual o homem moderno vive em um mundo desencantado e materialista, Solé (2000) sugere que a crença na realidade econômica é comparável, por exemplo, à crença dos Astecas em um deus Sol e aos sacrifícios humanos realizados em nome desse Deus. De maneira análoga, os homens modernos teriam inventado uma história extraordinária – a esfera econômica – e se tornado escravos dela.

Registra-se ainda, na modernidade, a autonomização da esfera econômica sustentada pela crença em um *ethos* econômico a ser seguido por todos os seres humanos. De acordo com Abraham,

[...] parece perfeitamente normal para todos nós, e de fato necessário, quando entramos nesta "esfera econômica" (por exemplo, exercendo atividade assalariada ou fazendo uma compra em uma loja) pôr de lado as nossas preocupações familiares, políticas, religiosas ou estéticas, bem como as relações privilegiadas que podemos manter com seres humanos (família, amigos, vizinhos, colegas...). Tudo isto não deve interferir na "atividade econômica": "em negócios não há sentimentos", "negócios são negócios", diz-se, como para reafirmar a necessária distinção entre a "esfera

econômica” e as outras “esferas” em que atuamos (ABRAHAM, 2006, p.326)¹⁶.

Clastres (1978) é um autor que busca, por meio de uma postura contrária ao evolucionismo e ao etnocentrismo, compreender a origem da economia (e do Estado) nas sociedades primitivas. O autor contesta a percepção da economia como um produto natural da evolução das técnicas que propiciaram a produção de excedentes e, dessa maneira, o surgimento da divisão do trabalho e do mercado. Clastres (1978, p.9) afirma que “a relação política do poder precede e fundamenta a relação econômica de exploração”, defendendo que se as sociedades primitivas não possuíam uma esfera econômica autônoma, isso não deve ser explicado por um suposto primitivismo técnico, mas antes, por uma condição política na qual não ocorria a concentração do poder como nas sociedades em que a economia ocorre como esfera autônoma.

Embora a discussão feita por Bourdieu (2005) no texto “O Campo Econômico” não seja mencionada por Abraham (2006), acredita-se que há ali uma contribuição a este debate. Bourdieu (2005) afirma que lenta e progressivamente foi se estabelecendo uma concepção segundo a qual as transações econômicas podem ser compreendidas de modo apartado das demais esferas da existência, tendo sido firmado, dessa maneira, o *nomos* “negócios são negócios”. Em consonância com o que argumenta Abraham (2006), Bourdieu (2005), ao estudar o mercado de casas próprias na França, coloca em questão a divisão entre a economia e as demais esferas da vida, dizendo que os conceitos e pressupostos da teoria econômica precisam ser submetidos a uma crítica histórica, sob pena de permanecerem afastados de qualquer crítica mediante o amparo da formalização, legitimando um poder sem medidas à “aparelhagem técnica do discurso econômico” (BOURDIEU, 2005, p.17).

O discurso econômico ao qual Bourdieu (2005) faz referência fundamenta e legitima a existência de uma esfera econômica autônoma. Cita-se um trecho no qual Abraham (2006) torna explícita a relação entre a invenção da realidade econômica e a empresa na modernidade:

¹⁶ [...] il nous semble à tous parfaitement normal, eten fait nécessaire, lorsque nous pénétrons cette « sphère économique » (par exemple en exerçant une activité salarié ou en effectuant un chat chez un commerçant) de mettre entre parenthèses nos préoccupations familiales, politiques, religieuses ou encore esthétiques, ainsi que les liens privilégiés que nous pouvons entretenir par ailleurs avec des humains (famille, amis, compatriotes, voisins...). Tout ceci ne doit pas interférer dans « l'activité économique » : « en affaire on ne fait pas de sentiment », « les affaires sont les affaires », dit-on, comme pour réaffirmer cette nécessaire distinction entre la « sphère économique » et les autres « sphères » au seindesquelles nous évoluons.

O que chamamos "esfera econômica" não constitui mais que uma realidade independente, imposta a nós do exterior, como uma tempestade de granizo no verão, caindo em um caminhante indefeso. É o produto de uma certa maneira de agir e de pensar específica dos seres humanos modernos. Esta "esfera econômica", sem a qual a criação, o crescimento e a multiplicação das empresas é impensável, é uma invenção nossa. No entanto, não ficamos contentes por tê-la inventado. Nós a colocamos no centro de nossas vidas, fizemos dela a base, a infra-estrutura das nossas sociedades, como já mencionado acima. Nós fizemos da "ação econômica", ou seja, a busca por "satisfação das necessidades individuais em situação de escassez" a grande história de nossas vidas (ABRAHAM, 2006, p.329)¹⁷.

Conforme se observa no trecho, a busca pela satisfação das necessidades individuais, ou, o comportamento individualista é um elemento-chave para a compreensão da ação econômica no contexto da sociedade moderna. Dumont (2000) é um autor que discute esse comportamento social peculiar, tornando-o mais evidente por meio da comparação com os valores e comportamentos "holistas", observados na sociedade de castas indiana. Segundo o autor,

[...] a grande maioria das sociedades valoriza, em primeiro lugar, a ordem, portanto, a conformidade de cada elemento ao seu papel no conjunto, à sociedade como um todo; chamo essa orientação geral dos valores de "holismo" [...]. Outras sociedades, como a nossa, valorizam, em primeiro lugar, o ser humano individual: a nosso ver, cada homem é uma encarnação da humanidade inteira e, como tal, é igual a qualquer outro e livre. É o que chamo de "individualismo" (DUMONT, 2000, p.14).

Na perspectiva de Dumont (2000), o individualismo seria um valor social geral, não apenas restrito, por exemplo, à esfera econômica. O individualismo é segundo essa definição, um valor que determina que na sociedade ocidental moderna as relações entre os homens e as coisas tenham primazia sobre as relações entre os homens. De acordo com a argumentação desenvolvida pelo autor, é possível concluir que o individualismo fundamentou a obra de autores clássicos, como John Locke e Adam Smith, determinando que em suas obras o econômico adquirisse maior importância do que o político e fundando, assim, o liberalismo econômico, corrente de pensamento que exerceu e ainda exerce grande influência na organização das sociedades modernas.

¹⁷ Ce que nous appelons la « sphère économique » ne constitue donc pas une réalité indépendante, s'imposant à nous de l'extérieur, comme un orage de grêle en pleinété s'abattant sur un promeneur sans défense. Elle est le produit d'une certaine manière d'agir et de penser propre aux humains modernes. Cette « sphère économique », ende hors de laquelle la constitution, la croissance et la multiplication d'entreprises est impensable, est notre invention. Cependant, nous ne nous sommes pas contentés de l'inventer. Nous l'avons placé au centre de nos vies, nous en avons fait les os, l'infrastructure de nos sociétés, comme nous l'avons déjà évoqué plus haut. Nous avons fait de « l'action économique », c'est-à-dire de laquelle de « satisfaction de besoins individuels, en situation de rareté », la grande affaire de nos vies.

3.1.2 Mito Fundador da Escassez

A segunda instituição apontada na teoria da empresarização é o *mito fundador da escassez*, princípio da economia moderna. Esse traço é evidenciado por Clastres (1978) e Sahlins (1972), autores que contestam o senso comum ao afirmar que as sociedades de caçadores e coletores são sociedades de abundância e as sociedades modernas, sociedades de escassez.

Segundo Clastres (1978), os excedentes nas sociedades primitivas se destinam às festas e banquetes, pois não há uma estrutura de poder que incentive a usura e a acumulação; fato que diferencia radicalmente tais sociedades daquelas orientadas pelo princípio da escassez.

[...] por que razão os homens dessas sociedades [primitivas] queriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? De que lhes serviria isso? Qual seria a utilidade dos excedentes assim acumulados? Qual seria o destino desses excedentes? É sempre pela força que os homens trabalham além das suas necessidades. E exatamente essa força está ausente do mundo primitivo: a ausência dessa força externa define inclusive a natureza das sociedades primitivas. Podemos admitir, a partir de agora, para qualificar a organização econômica dessas sociedades, a expressão economia de subsistência, desde que não a entendamos no sentido da necessidade de um *defeito*, de uma incapacidade inerentes a esse tipo de sociedade e a sua tecnologia, mas, ao contrário, no sentido da recusa de um *excesso inútil* da vontade de restringir a atividade produtiva à satisfação das necessidades (CLASTRES, 1978, p.7).

O argumento inicialmente desenvolvido por Sahlins (1972) sustenta, portanto, que constituem sociedades de opulência aquelas sociedades nas quais se trabalha poucas horas por dia, sociedades que não se orientam pelo crescimento incessante da produtividade e do lucro, fato que as distingue da sociedade moderna, marcada pelo imperativo da escassez. O que nos diferencia dos primitivos é que temos a escassez como um princípio fundador do nosso modo de vida e, por isso, pode-se afirmar que vivemos em uma sociedade da escassez.

Vivemos em uma sociedade constituída por indivíduos cujas necessidades são ilimitadas. Isso nos diferencia dos habitantes das sociedades primitivas. Quanto a isso Sahlins (1972) aponta que a opulência pode ser percebida de duas maneiras: ou o sujeito é opulento porque tem muito, ou porque precisa de pouco. O que fundamenta a sociedade ocidental moderna é a ideia de que as necessidades são infinitas e os meios para satisfazê-las, finitos, limitados, escassos.

Ao evidenciar as sociedades de caçadores e coletores como sociedades de opulência, em oposição às sociedades modernas como sociedades de escassez, o pensamento de Sahlins (1972) pode ser utilizado para uma reflexão sobre o produtivismo na modernidade, uma vez que a escassez não é necessariamente um problema imposto pela natureza ou pelos níveis de produção, mas um problema imposto pelo modo como são apropriadas as riquezas produzidas na sociedade capitalista.

Salienta-se ainda, no que diz respeito ao Mundo-Empresa, que parte do problema da escassez pode ser atribuído ao papel desempenhado pelas empresas na constante criação de necessidades. Solé (2008) e Abraham (2006) lembram que é a empresa, utilizando sofisticadas técnicas de marketing, que cria constantemente as necessidades no homem moderno, produzindo neste o sentimento de frustração que alimenta a dinâmica desse mundo. Com isso, afirmam que o desejo ilimitado é, na verdade, um produto do meio no qual vivemos, não uma característica intrínseca do homem.

3.1.3 Racionalidade Moderna

Conforme foi discutido, a escassez é um princípio fundador do modo de vida ocidental, orientando a busca constante por aumento de produtividade e a concepção do indivíduo como portador de necessidades ilimitadas (ABRAHAM, 2006). Inspirado em Weber, Abraham (2006) afirma que

Para assegurar a regularidade e o crescimento do lucro, que é outra maneira de dizer aumentar a eficiência nessa busca, é necessário [...] que o empresário capitalista oriente sua atividade para satisfazer as "necessidades diárias" de uma clientela cada vez maior (ABRAHAM, 2006, p.23)¹⁸.

A constante busca pela eficiência e pelo lucro possibilita compreender a terceira instituição da modernidade, qual seja, a *racionalidade moderna*, ou, *racionalismo*. O racionalismo constitui um fenômeno associado ao processo de racionalização que se desenvolveu na sociedade moderna e que legitimou a racionalidade formal em relação

¹⁸ Pour assurer la régularité et la croissance des profits, autrement dit pour gagner en efficacité dans cette quête, il a fallu, dit Weber, que l'entrepreneur capitaliste oriente son activité vers la couverture des « besoins quotidiens » d'une clientèle toujours plus étendue.

às demais. Neste mesmo bojo, a burocracia também emergiu como a estrutura organizativa mais característica e mais legítima, pois reflete em seus processos o exercício da racionalidade formal, visando à dominação, ao controle e à eficiência.

Max Weber foi o grande teórico que se dedicou à compreensão do tipo de homem que emergiu a partir da confluência (afinidade eletiva) entre a mentalidade correspondente ao protestantismo ascético e o surgimento do capitalismo burguês (RAMOS, 1989, FILIPE, 2001). De acordo com Ramos (1989, p.4), “uma clara indicação da conotação polêmica da obra acadêmica de Weber está em sua tentativa de qualificar a noção de racionalidade”.

Para Weber, é possível falar em diversos tipos de racionalidade e racionalização – como racionalização da contemplação mística, da economia, da técnica, do trabalho, da educação, da guerra, da justiça e da administração (FILIPE, 2001). Filipe (2001) afirma que racionalização para Weber podia significar “tudo e mais alguma coisa”. De acordo com o autor,

Racionalidade e racionalização não são conceitos que Weber utilize para descrever desenvolvimentos globais; o que há, em seu entender, são processos de racionalização qualitativamente diferentes, que não têm de corresponder a uma determinada lógica própria [...] (FILIPE, 2001, p.47).

Todavia, cabe ressaltar que Weber se dedicou a uma peculiar manifestação do racionalismo e da racionalização que tiveram seu início com o aparecimento da burguesia urbana na Europa e culminaram na moderna sociedade industrial, na qual, por meio da consolidação de um determinado *ethos* de profissão¹⁹, se estabeleceu a impessoalidade crescente das relações em substituição às relações sociais tradicionais. O racionalismo é identificado por Weber como traço distintivo da modernidade, portanto, marca a gênese do capitalismo “empresarial, racional e burguês” (FILIPE, 2001).

Abraham (2006) sustenta que a associação entre empresa moderna e racionalidade implica em uma legitimação da mesma, sustentada pelas técnicas de contabilidade e gestão, como a organização mais eficiente. Segundo o autor, essa construção teórica pode ser constatada pelo fato de que esse modelo de organização é cada vez mais estendido a todas as outras organizações, fenômeno particularmente observado no serviço público. Todavia, tanto Abraham (2006) quanto Solé (2008),

¹⁹ Filipe (2001, p.43) define o *ethos* de profissão que se originou do ascetismo protestante pela “calculabilidade, organização racional da empresa, repartição rigorosa do tempo de acordo com as exigências profissionais, mobilização permanente ao serviço do trabalho, [e] adiamento da satisfação de todas as necessidades utilitaristas [...]”.

questionam a associação empresa-racionalidade-eficiência, a esse respeito Solé (2008, p.36-37) menciona que “[...] mais do que as informações e as análises dos especialistas no seio das empresas, são as convicções, as preferências, as preocupações, quiçá as obsessões pessoais do ‘chefe’ que contam”²⁰. Tal constatação, aliás, remete ao próprio Weber (2004), que já afirmava que superior à dominação do conhecimento burocrático racional é o empresário capitalista, a única peça que não estaria sujeita à dominação burocrática.

Abraham (2006) afirma que a associação empresa-racionalidade-eficiência é uma crença que merece ser desmistificada pela observação do cotidiano das mesmas. Além disso, o autor ressalta que a mistificação envolvendo a racionalidade da empresa ignora a engenhosidade e as realizações de outros tipos de organizações na história da humanidade diferentes do tipo burocrático moderno.

3.1.4 Propriedade Privada

Entre todas as instituições da modernidade, Abraham (2006) considera a *propriedade privada* uma instituição essencial à compreensão da centralidade da empresa, destacando que “[...] o direito à propriedade é geralmente considerado pelos "modernos" como um direito natural, inalienável e imprescritível”²¹ (ABRAHAM, 2006, p.352).

Proudhon (1988, p.65) afirma que “a agricultura foi o fundamento da posse territorial e a causa ocasional da propriedade”. Conforme o raciocínio do autor, o crescimento populacional fez necessária a prática da agricultura e a necessidade de assegurar ao agricultor o fruto do seu trabalho ensejou o surgimento do estado civil, entidade responsável pela defesa da propriedade privada permanente.

Segundo Proudhon (1988), o direito de propriedade tem no trabalho e na ocupação seus princípios fundadores. Na obra “O que é a propriedade?”, Proudhon

²⁰ Ils découvrent, parfois effarés, que la décision du dirigeant n’est pas rationnelle, que plus que les informations et les analyses des spécialistes au sein de l’entreprise, ce sont les convictions, préférences, les préoccupations, voire les obsessions personnelles du « chef » qui comptent.

²¹ [...] le droit de propriété est généralement considéré par les « modernes » comme un droit naturel, inaliénable et imprescriptible.

(1988) contesta ambos os princípios, evidenciando incoerências lógicas no discurso jurídico que fundamenta o direito de propriedade. De uma maneira irônica, o autor afirma que o trabalho do homem não poderia produzir a terra, neste caso, Deus seria o único proprietário de todas as terras do mundo, indicando o fato de que na esfera do direito civil não é realmente o trabalho que fundamenta a propriedade privada. Em relação à ocupação/posse, a partir da leitura de Proudhon (1988), é possível concluir que a propriedade fundamentada no direito de ocupação não justifica o direito de alugar, constituir renda, beneficiar de troca e outras transações que caracterizam o “direito de negociar”.

Há, entre Marx e Proudhon, grandes divergências quanto à percepção da propriedade, fato que levou o primeiro a escrever o livro intitulado “Miséria da filosofia” em resposta ao “Filosofia da miséria”, escrito por Proudhon. De acordo com Marx (1982), embora se refira à propriedade em geral, Proudhon não trata de outra coisa senão da propriedade fundiária. Marx (1982) afirma que o ‘socialista utópico’ mistifica a origem da propriedade privada ao abordá-la como uma categoria independente das demais relações sociais, como uma categoria eterna e abstrata.

Para Marx e Engels (2005) a definição de propriedade privada deve emergir de uma análise das relações sociais de produção a ela correspondentes. O modo de produção também não deve ser percebido de um único ponto de vista, porque ele varia uma vez que significa *o que* uma sociedade produz e *o modo* como produz, possuindo intrínseca relação com a divisão do trabalho. Segundo Marx e Engels (2005, p. 46), “os diferentes estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diversas da propriedade”, tais como a propriedade tribal ou feudal.

A forma moderna de propriedade é, portanto, a propriedade burguesa, marcada pela concentração dos meios de produção em geral (não somente a terra) e pela existência de um proletariado, que não tendo os meios para produzir, está obrigado a vender a sua força de trabalho ao capitalista ou então morrer à míngua (MARX; ENGELS, 2005).

Uma das críticas dirigidas por Marx à Proudhon (1988) é a crítica ao produtivismo e à ênfase dada à distribuição. Essa seria uma implicação da compreensão etérea sobre a propriedade privada, que torna obscuro o seu fundamento antagônico. Marx (1982) afirma que a renda é produto das relações sociais e não da produtividade da terra. Um aumento da produção, não levaria a um aumento da renda, mas sim provocaria outros tantos obstáculos à sua consecução.

Marx (1982) acusava Proudhon de pensar a partir do ideário da classe dominante, reproduzindo cientificamente as relações econômicas de sua época. A crítica elaborada por Proudhon teria sido uma crítica submissa aos valores e ideias dominantes e seu apego ao produtivismo e ênfase dada à distribuição da produção seria uma expressão deste fato.

Ao discutir a propriedade privada, Abraham (2006) menciona Proudhon e Marx sem apontar as divergências entre os autores. Entendo que a propriedade privada burguesa é relacionada à moderna divisão do trabalho e à concentração dos meios de produção por uma diminuta parcela da população. Nesses termos, a propriedade privada é uma instituição essencial à compreensão da empresa na sociedade moderna (ABRAHAM, 2006).

No presente estudo, concorda-se com Abraham (2006), salientando-se, de acordo com Marx e Engels (2005), que os esforços de conhecimento devem ser dirigidos a evidenciar não a propriedade privada em geral, mas sim a propriedade privada tal qual se apresenta no contexto da divisão do trabalho e das relações de produção na sociedade analisada.

3.1.5 Inovação e Mito do Progresso

A teoria da empresarização também parte da compreensão de que a força da empresa nas sociedades modernas é alicerçada por uma instituição denominada *mito do progresso*. Para elucidar tal instituição, Abraham (2006) menciona o economista Schumpeter (1988), que descrevia a figura do empresário como responsável por introduzir novas combinações na economia, ou seja, inovações, desencadeando o progresso e o desenvolvimento econômico. O empresário, tal como foi entendido por Schumpeter²², introduz novas combinações no fluxo econômico sendo, por isso o responsável pelo início das mudanças econômicas.

²² O conceito de empresário defendido por Schumpeter (1988) se ergue sobre as noções de iniciativa, autoridade e previsão. Não se confundindo com a figura genérica do administrador ou do capitalista, o empresário é definido por sua capacidade de realizar novas combinações.

O desenvolvimento econômico não é percebido por Schumpeter (1988) como o mero crescimento econômico. O autor afirma que quando se trata de explicar o processo de desenvolvimento, a teoria econômica quase não tem a contribuir, isso porque, segundo seu entendimento, as mudanças que se desencadeiam no “fluxo circular da economia” – domínio das leis e rotinas econômicas –, são mudanças contínuas e só podem contribuir ao crescimento de modo limitado.

Conforme referido no primeiro parágrafo desta seção, o desenvolvimento econômico seria originado pelas ações dos empresários, estas seriam capazes de revolucionar o fluxo circular econômico. Schumpeter (1988) afirma que alguém só é efetivamente um empresário quando realiza novas combinações. Nas palavras do autor,

Ao descrever o fluxo circular deve-se tratar as combinações de meios de produção (as funções de produção) como dados, como possibilidades naturais, e admitir apenas variações pequenas na margem, tais que todo indivíduo pode realizar ao adaptar-se às mudanças em seu ambiente econômico, sem desviar-se materialmente das linhas habituais. Portanto, a realização de combinações novas é ainda uma função especial, e o privilégio de um tipo de pessoa que é muito menos numeroso do que todos os que têm a possibilidade “objetiva” de fazê-lo. Portanto, finalmente, os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos (SCHUMPETER, 1988, p.89-90).

Segundo Rodrigues (2013), a argumentação de Schumpeter (1988) contribui para a naturalização da busca do progresso, pelo modo como compreende o ímpeto que conduz o empresário na direção da destruição criativa, um abismo de incertezas. Para Schumpeter (1988), mais do que lucro, o empreendedor busca a realização de produzir inovações e de fundar um reino privado. Registra-se também, o destaque e a potência revolucionária atribuída por Schumpeter à atuação do empresário-inovador.

No presente estudo, Schumpeter (1988) é destacado entre os autores da Economia das Organizações, pela utilização da imagem da destruição criadora como elemento da compreensão do desenvolvimento econômico. Tal argumento enfatiza a necessidade da empresa para o desenvolvimento social, principalmente por atribuir à natureza da ação do empresário, importância capital no desencadeamento do desenvolvimento.

Segundo Harvey (1992) a imagem da destruição criadora é muito importante para a compreensão dos problemas práticos imbricados na implementação do projeto da modernidade. Por exemplo, a utilização dessa imagem por Schumpeter (1988), afirma Harvey (1992), serviu para que se pudesse explicar o processo de desenvolvimento econômico, processo desencadeado pela destruição de investimentos e habilidades de

trabalho do passado. O desenvolvimento econômico e social seria, segundo tal perspectiva, atribuído a uma conduta peculiar de poucos indivíduos.

[...] o economista Schumpeter empregou essa mesma imagem [destruição criativa] para compreender os processos do desenvolvimento capitalista. O empreendedor, que Schumpeter considera uma figura heróica, era o destruidor criativo *par excellence* porque estava preparado para levar a extremos vitais as consequências da inovação técnica e social. E era somente através desse heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano. Para Schumpeter a destruição criadora era o *leitmotif* progressista do desenvolvimento capitalista benevolente. Para outros, era tão só a condição necessária do progresso do século XX (HARVEY, 1992, p.26).

Ao analisar a condição efêmera e mutante da modernidade, Harvey (1992) afirma que a destruição criativa e a criação destrutiva são imagens apropriadas à compreensão da mesma, dominada pela ciência, pelo conhecimento e pela ideia de progresso; arrebatada pelo ímpeto de destruição de antigos valores, mitos e costumes em nome da construção de um admirável mundo novo.

A imagem de “destruição criativa” é muito importante para a compreensão de modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos, como observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao (HARVEY, 1992, p.26).

Segundo Harvey (1992), a imagem da destruição criativa galgou um status superior ao do mito no trabalho de algumas figuras modernas, sendo Schumpeter uma dessas figuras. No texto de Schumpeter (1988), desenvolvimento econômico e desenvolvimento social são utilizados como fenômenos correlatos, sendo possível perceber a associação estabelecida como intrínseca entre ambos. A referida associação só faz sentido inserida no sistema de crenças que fundamenta o liberalismo econômico, crenças como a mão invisível do mercado e a harmonia natural dos interesses. Para os liberais o desenvolvimento econômico e social são quase redundantes porque pressupõem que é por meio da busca dos interesses individuais que decorre o bem estar social.

Embora discorde dos pressupostos liberais supracitados, Abraham (2006) parece concordar com Schumpeter (1988) e outros autores da Economia das Organizações em uma constatação: não é o livre mercado, mas sim as empresas que determinam a dinâmica dos processos econômicos. O tempo da empresa, assim como a noção de tempo que impregna a modernidade é uma flecha orientada para o futuro, para frente e

para o alto, conforme sugere Solé (2008), alertando que essa relação com o tempo não é inerente à natureza humana, mas uma característica do Mundo -Empresa.

Na introdução deste trabalho foi mencionado o conceito de empresa, que, para Solé (2008, p.31) “[...] é um conjunto de relações entre humanos (e de relações dos humanos com o tempo, com o espaço, etc.), novo na história humana”²³. Tais relações são percebidas como a materialização dos traços ou modos de agir e pensar da modernidade. Passarei na próxima seção, à discussão das relações apontadas na teoria da empresarização como relações inerentes ao Mundo-Empresa.

3.2 RELAÇÕES INERENTES AO FENÔMENO DE EMPRESARIZAÇÃO

O principal exercício proposto pela teoria da empresarização consiste em tomar consciência dos traços (SOLÉ, 2008), ou hábitos coletivos (ABRAHAM, 2006) que sustentam o *nosso mundo*. Segundo os autores, e principalmente Abraham, estes traços sustentam as relações que os seres humanos constroem na sociedade moderna, ou seja, no Mundo-Empresa. Nossa maneira de nos relacionar com as outras pessoas, com nós mesmos, como o tempo, com o espaço, etc., é, segundo esses autores, influenciada pela predominância crescente da empresa como modelo de organização, tendência que, na perspectiva do presente estudo, é enfatizada pelo neoliberalismo. As perspectivas histórica e antropológica são propostas pelos autores, Solé e Abraham, para que se tome consciência de alguns desses aspectos que parecem naturais até que se reflita sobre eles. Ao fazer o exercício sugerido pelos autores, é possível começar a perceber o quanto a empresa está imbricada na produção do nosso modo de viver e de conceber o mundo.

Na presente seção, algumas relações sociais serão apresentadas, pois fazem parte da existência da empresa como organização predominante nas sociedades modernas, tais como as relações funcionais, conflituosas, concorrenciais, impessoais e de dominação. Trata-se de relações que não existem autonomamente umas em relações às outras, porque são observadas no mesmo emaranhado das relações que se processam e que sustentam o modo de vida nas sociedades ocidentais modernas. Não obstante, as

²³ [...] l’entreprise est un ensemble de relations entre humains (et de relations des humains au temps, à l’espace, etc.), nouveau dans l’histoire humaine.

relações serão apresentadas separadamente, em subseções, a fim de dar voz a autores clássicos que se dedicaram à compreensão das mesmas a partir de diferentes prismas.

3.2.1 Relações funcionais

As relações funcionais são decorrentes da divisão do trabalho particularmente desenvolvida nas sociedades modernas (ABRAHAM, 2006). Segundo esse autor,

[...] passamos a maior parte do nosso tempo tentando produzir “bens” e “serviços” que outros estejam dispostos a receber, em troca daquilo que acreditamos precisar. Esta atividade, que demos o nome de “trabalho” agora ocupa o lugar central em nossas vidas e é a base para a organização das nossas sociedades (ABRAHAM, 2006, p.332)²⁴.

Algumas ideias que podem ser apontadas sobre as relações funcionais foram apresentadas juntamente com a discussão sobre a autonomização da esfera econômica e serão novamente evocadas mais adiante neste texto. Abraham (2006), ao refletir sobre o pensamento de Durkheim, lembra que, ao contrário de outras sociedades, nas sociedades modernas os indivíduos são agrupados pela função que executam, sendo esse elemento fundamental sobre a identidade dos seres humanos modernos. Não é a toa que uma pergunta muito comum quando pessoas se conhecem é: “o que você faz?” (ABRAHAM, 2006).

Abraham (2006) chama atenção para o fato de que em muitas sociedades humanas diferentes da nossa própria, as pessoas possuíam, ou possuem, lugares e papéis pré-determinados. A sociedade moderna está alicerçada sobre a idéia de que o espaço não é concedido, sendo unicamente garantido pelo esforço pessoal de cada um, o que asseguraria a mobilidade social. Abraham (2006) observa que embora essa mudança de posição social seja um elemento questionável, o fato é que as posições nunca estão escritas com antecedência (pelo menos não de uma maneira que seja explícita).

²⁴ Ainsi donc, nous passons la majeure partie de notre temps à tenter de produire des « biens » et des « services » que d'autres acceptent de recevoir en échange de ce dont nous estimons avoir besoin. Cette activité, à laquelle nous avons donné le nom de « travail », occupe désormais la place centrale dans nos vies et elle constitue la base de l'organisation de nos sociétés.

A divisão do trabalho, tal como se apresenta nas sociedades modernas, e as relações funcionais unem seus integrantes de um modo essencialmente utilitarista. Abraham (2006, p.333) afirma, mais uma vez, inspirado em Durkheim:

Eu sou ligado a outro não porque eu goste ou porque nós compartilhamos o mesmo sangue, o mesmo território ou as mesmas crenças, mas principalmente porque eu preciso dele, porque seu trabalho é útil para mim, porque ele tem o que falta no meu bem-estar: esse laço essencial, o "laço social" elementar diríamos hoje, forma a associação nascida a partir do processo de divisão do trabalho²⁵.

Pelo que foi apresentado, é possível estabelecer um vínculo entre as relações funcionais e as relações impessoais e com as relações de exploração, ambas serão discutidas na sequência deste texto. Assim, com o avanço da especialização, estamos cada vez mais dependentes das coisas que são produzidas especialmente, mas não estamos, necessariamente, dependentes de quem as produz, o que indica mais uma vez que, no mundo que analisamos, as relações entre as pessoas são subordinadas às relações entre as pessoas e as coisas.

3.2.2 Relações de assalariamento

Para Viana (2009), a principal característica da modernidade é revelada pela relação de exploração de uma classe pela outra no processo capitalista de produção de mercadorias. Todas as demais características, tais como a racionalização moderna e a burocratização são, na visão do autor, características secundárias e decorrentes do processo de extração de mais-valor e realização do mesmo pelo consumo das mercadorias (VIANA, 2009).

Marx e Engels (2005) argumentam que o desenvolvimento da divisão do trabalho somado à necessidade de acumulação provocou uma cisão entre capital e trabalho:

[...] uma vez que no interior do trabalho, a propriedade privada opõe-se ao trabalho, ela nasce e se desenvolve partindo da necessidade de acumulação, e, no início, ainda apresenta a forma da comunidade; mas posteriormente seu desenvolvimento vai se acercando cada vez mais da forma moderna da

²⁵ Je suis lié à autrui non parce que je l'aime ou que nous partageons un même sang, un même territoire ou les mêmes croyances, mais d'abord parce que j'ai besoin de lui, parce son travail m'est utile, parce qu'il possède ce qui manque à mon bien-être : voilà le lien constitutif, le « lien social » élémentaire dirait-on aujourd'hui, de la forme d'association qui naît du processus de division du travail.

propriedade privada. Na divisão do trabalho já está dada, desde o começo, também a divisão das condições de trabalho, dos instrumentos e dos materiais, e, com tal divisão, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e, subsequentemente, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas de propriedade. À medida que a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda a fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação (MARX: ENGELS, 2005, p.102).

A concentração da propriedade é um aspecto marcante da sociedade moderna. Tal concentração é a condição necessária para a existência das relações assalariadas, a principal maneira de estabelecimento das relações de exploração no capitalismo. Em nossa sociedade, a propriedade de uns implica que muitos outros sejam privados dos meios materiais necessários para se sustentar. Se por um lado a propriedade privada pressupõe apropriação - inclusive quando se outorga títulos jurídicos de propriedade mesmo sem existência de posse - por outro lado, simultaneamente, ela implica expropriação. Tal expropriação, ou, a separação entre os indivíduos e as forças produtivas é a condição para que estes abdicuem de sua própria existência em troca de um salário.

Na mesma esteira das relações de apropriação/expropriação estão as relações de exploração. Abraham (2006), refletindo sobre o pensamento de Marx, afirma que a relação salarial oculta uma relação de exploração do homem pelo homem, na medida em que aqueles que não têm os meios materiais para produzir, vendem a sua força de trabalho para o capitalista que, em troca, obtém o direito de explorá-los.

Inspirado nas leituras de Proudhon e Marx, Abraham (2006) afirma que

[...] a empresa se baseia em uma relação social específica, o assalariamento, e que esta relação social, para se impor, supõe que a maioria dos membros da sociedade não tem recursos para viver que não seja a sua força de trabalho, enquanto a minoria é legalmente proprietária do essencial dos meios de produção, o que supõe igualmente, a inovação estritamente moderna (ou burguesa, Marx diria) de que todos os membros da sociedade em questão são reconhecidos como livres e iguais em direitos, e esta relação social, enfim, deve ser considerada como uma relação de força que, na maior parte dos casos, atribui a vantagem aos proprietários dos meios de produção, pela simples razão de que seus bens lhes garantem, pelo menos por um tempo, uma independência material que, por definição, não podem usufruir os candidatos ao salário²⁶ (ABRAHAM, 2006, p.363).

²⁶ l'entreprise est essentiellement fondée sur un rapport social très particulier, le salariat; que ce rapport social, pour s'imposer, suppose qu'une majorité des membres de la société n'a d'autres source pour vivre que sa seule force de travail, tandis qu'une minorité est légalement propriétaire de l'essentiel des moyens de production; qu'il suppose également, innovation proprement moderne (ou bourgeoise, dirait Marx), que tous les membres de la société en question soient reconnus comme libres et égaux en droit; que ce rapport social, enfin, doit être envisagé comme un rapport de force qui, dans la plupart des cas, tourne à l'avantage des propriétaires des moyens de production, pour la simple raison que leurs biens

A relação salarial se reveste de uma aura positiva assegurada pela ideia de trabalho livre, mascarando, todavia, a relação de exploração subjacente à mesma. Nesse sentido, Marx (1963²⁷, p. 770, apud, ABRAHAM, 2006, p. 360) afirma que

[...] as diferentes formas econômicas tomadas pela sociedade, a escravidão, por exemplo, e o trabalho assalariado, só podem ser distinguidos pela forma como o trabalho excedente é tributado e extorquido do trabalhador²⁸.

A questão do trabalho assalariado é, portanto, uma marca da sociedade capitalista e do mundo-empresa, e a observação de relações de assalariamento é um indicador do caráter da exploração exercida e da forma social de economia.

A utilização do termo “agricultura fundada no trabalho familiar” foi duramente criticada por Lênin em sua obra intitulada “Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos”, que retrata a passagem da predominância do latifúndio escravocrata para a predominância da pequena exploração agrícola mercantil naquele país no início do século XX, justamente porque tergiversa sobre a forma social de economia e sobre a exploração do trabalho.

Lênin (1980) afirma que a utilização do termo “agricultura fundada no trabalho familiar”, é um termo vazio, quiçá nocivo, utilizado pelos economistas daquele país. Nocivo, porque ludibria a percepção dos agricultores sobre a sua real condição. Vazio, porque os pequenos agricultores trabalham, afirma Lênin, seja no sistema escravocrata, no servil ou no capitalista e, neste último caso, é a relação de assalariamento, e não outra, que possibilita a produção de lucro e a reprodução capitalista.

Solé (2008, p.28) aponta que um indicador da onipresença das empresas no mundo é o percentual de trabalhadores que são assalariados nas mesmas: “a maior parte dos franceses sabem o que é uma empresa, porque mais de 80% das pessoas em idade de trabalhar do nosso país ganham sua vida como assalariadas das empresas”²⁹.

leur assurent, au moins pour un temps, une indépendance matérielle dont, par définition, ne peuvent jouir les candidats au salariat.

²⁷ MARX, Karl. Misère de la philosophie. In.: **Œuvres. Économie I**, Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1963 [1847], pp. 1-138.

²⁸ Les différentes formes économiques revêtues par la société, l’esclavage, par exemple, et le salariat, ne se distinguent que par le mode dont [le] surtravail est imposé et extorqué au producteur immédiat, à l’ouvrier.

²⁹ la plupart des Français savent ce qu’est une entreprise, puisque près de 80% des personnes en âge de travailler de notre pays gagnent leur vie en tant que salariés dans des entreprises.

3.2.3 Relações concorrenciais

A célebre frase “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”, contida na obra “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith (1996, p.74), alude à percepção de que, na busca pela satisfação de suas necessidades, o ser humano é motivado unicamente pelo seu interesse, pelo egoísmo, e não pela benevolência. Conforme discutido anteriormente, tal compreensão sobre o “homem econômico” funda a economia moderna, ciência na qual Smith é considerado um autor clássico.

A Teoria dos Preços apresentada por Smith (1996) consiste em uma explanação sobre o mecanismo de formação dos preços, que seria uma função das oscilações na relação oferta e demanda, o que produziria a diferença entre o preço natural e o preço de mercado de uma dada mercadoria. O autor argumenta que a oferta se ajusta *naturalmente* à demanda efetiva, e que, por isso, o sistema econômico seria capaz de se auto-regular.

Para Smith (1996), o mercado só não se auto-regularia mediante a existência de monopólio, e aqui é preciso lembrar que o liberalismo econômico emergiu com ideias de combate à economia mercantil, esta fortemente alicerçada em companhias mercantis com direitos exclusivos. Segundo Smith (1996), é de interesse dos monopolistas que o mercado não seja plenamente abastecido, pois, com isso mantém-se o preço das mercadorias sempre acima do preço natural. Deste modo, o preço natural seria atingido somente nos casos em que houvesse “livre concorrência”, ou, “plena liberdade”.

Fritsch (1996) afirma que a obra de Smith é profundamente marcada pelo cenário econômico da Inglaterra do século XVIII, no qual fisiocratas travavam uma luta contra as práticas exclusivistas que caracterizavam o mercantilismo. Neste contexto, a defesa do *laissez-faire* empreendida por Smith é um reflexo do desenvolvimento capitalista inglês daquela época.

Complementarmente à filosofia liberal exposta por Smith (1996), Pareto (1996) tornou mais clara a ideia de autorregulação do mercado ao demonstrar, segundo a sua compreensão, que o bem estar de uma sociedade é função da concorrência entre os agentes econômicos em uma situação de livre mercado (GARCIA, 1996).

Pareto (1996) define a empresa como uma organização que reúne os elementos produtivos e que realiza a produção dos bens e serviços, sendo esse conceito uma

abstração tal qual o é o *homo oeconomicus*. Segundo o economista, as empresas (ignoradas na explanação de Smith), bem como os indivíduos, podem assumir comportamentos distintos que caracterizam dois fenômenos distintos: o livre mercado, quando as empresas aceitam as condições do mercado como se apresentam; o monopólio, quando buscam interferir diretamente sobre os preços do mercado a fim de modificá-los em benefício próprio.

Sobre o comportamento das empresas, o autor afirma que buscam sempre auferir vantagens, estas medidas, via de regra, em dinheiro (PARETO, 1996). As relações concorrenciais são, portanto, relações subsumidas pela empresa e fundamentais à compreensão dos comportamentos que se processam em função da obtenção de uma lucratividade cada vez maior.

Conforme já foi mencionado neste texto, as empresas estão sempre dispostas a destruir investimentos e habilidades de trabalho do passado, no processo de destruição criativa, buscando lograr vantagens competitivas e suplantar a concorrência. Não é por outro motivo que a inovação constitui um atributo tão valorizado no mítico empresário descrito por Schumpeter (1988).

Como a empresa carrega em seu âmago a existência de relações concorrenciais, a Teoria da Empresarização pode contribuir para que se evidencie a emergência de relações desse tipo em organizações diversas submetidas à empresarização do mundo. Por exemplo, ao escrever sobre o processo de empresarização das organizações culturais brasileiras, Rodrigues, Silva e Dellagnelo (2014, p.68) afirmam que

[...] de fato, ao calcar-se em pressupostos de eficiência, qualidade, resultados e perpetuação, a empresa tem se firmado como o modelo organizador de todas as atividades humanas, responsável tanto por propor uma nova dinâmica ao indivíduo e às relações sociais (modificação da lógica de ação) como por disseminar a “boa nova” da modernização do mundo e das ferramentas para “ajudar” as organizações a se transformarem em empresas. É assim que no Brasil, atualmente, não é raro encontrar organizações voltadas a atividades não comerciais adotando características que anteriormente eram exclusivas das empresas, ou seja, algumas delas começam a utilizar a linguagem, os métodos, as ferramentas das empresas e, além disso, **começam a pautar suas atividades em uma lógica de concorrência e transformam o benefício econômico em objetivo principal** [grifo nosso].

Os indivíduos e as empresas, afirma Pareto (1996), concorrem sempre entre si e, especificamente as empresas, buscam sempre maiores lucros pelo barateamento dos insumos que consomem e valorização dos bens e serviços que produzem. Huberman

(1986) afirma que quem se comportasse de tal maneira na Idade Média na Europa seria excomungado duas vezes!

Huberman (1986), ao descrever a emergência da prática dos juros na Idade Média, na Europa, consegue provocar no leitor um estranhamento em relação ao tipo de comportamento econômico (pautado pela concorrência) que pouco a pouco foi sendo consolidado nas sociedades modernas:

Hoje em dia é possível fazer, num negócio comercial, a um estranho, o que não faríamos a um amigo ou vizinho. Temos, para os negócios, padrões diferentes que não se aplicam a outras atividades. Assim, o industrial fará tudo ao seu alcance para esmagar um concorrente. Venderá com prejuízo, se empenhará numa guerra comercial, conseguirá descontos especiais, tentará todos os recursos possíveis para encurralar seu rival. Essas atividades arruinarão o competidor. O industrial ou comerciante sabe disso, contudo continua a realizá-la porque 'negócio é negócio'. No entanto essa mesma pessoa não permitiria, sequer por um minuto, que um amigo ou vizinho passasse fome. (HUBERMAN, 1996, p.38).

A empresarização do mundo coloca a questão da expansão do comportamento econômico para esferas da vida e da organização social que permaneceram preservadas das relações concorrenciais por um tempo, não obstante a aproximação matemática estabelecida desde há muito pela teoria econômica sobre a motivação egoísta do comportamento dos indivíduos. Diante do exposto, é necessário perguntar como se traduz tal ampliação e expansão das relações concorrenciais e que tipo de conflitos elas implicam para o ser humano real, considerado em sua integralidade.

3.2.4 Relações impessoais

Conforme mencionado na seção sobre a racionalidade moderna, Weber se dedicou à compreensão de uma manifestação peculiar do racionalismo e da racionalização na sociedade industrial. Pouco a pouco as relações tradicionais foram substituídas pelas relações impessoais associadas à consolidação de um determinado *ethos* de profissão e do aparelho burocrático.

No âmbito da burocracia, a impessoalidade formalista é definida por Weber (2004) como a dominação

[...] sem “amor” e “entusiasmo”, sob a pressão de simples conceitos de dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para “cada qual”,

isto é, cada qual dos interessados que efetivamente se encontram em situação igual – é assim que o funcionário ideal exerce seu cargo (WEBER, 2004, p.147).

As relações impessoais também são destacadas por Weber, conforme aponta Ramos (1989), como peculiaridades da sociedade de mercado³⁰, esta não poderia funcionar eficazmente sem que os indivíduos se relacionassem de modo impessoal com seus ambientes de trabalho. Ramos (1989, p.98) afirma: “numa sociedade de mercado, o empregado eficiente deve ser um ator despersonalizado”. Mas em que sentido se fala de despersonalização? O autor explica que toda vez que o indivíduo permite que a organização seja a referência de sua existência, sua individualidade se torna produto de uma realidade forjada para a consecução das metas organizacionais.

Ramos (1989) afirma que a moeda corrente utilizada na sociedade de mercado é a Política Cognitiva, esta conceituada como

[...] o uso consciente e inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção (RAMOS, 1989, p.87).

Ao demonstrar os pressupostos e efeitos da Política Cognitiva na sociedade de mercado, muitas das afirmativas de Ramos (1989) se aproximam das argumentações de Solé (2000, 2008) e Abraham (2006). Para aquele autor, as organizações peculiares à sociedade de mercado adquirem nesta o papel de um “importante sistema epistemológico”, sobretudo, ao fazer com que as pessoas acreditem na imprescindibilidade da existência e atuação dessas organizações (RAMOS, 1989).

Há, todavia, uma diferença importante entre a argumentação de Ramos (1989) e dos autores supracitados que consiste no fato de que, embora o primeiro reconheça a força de um tipo peculiar de organização, para ele é o mercado e não a empresa, a força primordial modeladora de toda a sociedade. Segundo Ramos (1989, p.92),

Nos dias de hoje, o mercado tende a transformar-se na força modeladora da sociedade como um todo, e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assumiu o caráter de um paradigma, para a organização de toda existência humana. Nessas circunstâncias, os padrões de mercado, para pensamento e linguagem, tendem a tornar-se equivalentes aos padrões gerais de pensamento e linguagem; esse é o ambiente da política cognitiva.

A Teoria da Empresarição, por sua vez, parte da constatação de que a empresa ao mesmo tempo pressupõe e se contrapõe ao mercado. A empresa luta para eliminar o

³⁰ Definida por Ramos (1989) como a sociedade na qual os determinantes econômicos adquiriram primazia em relação aos determinantes substantivos da ação humana.

mercado, para obter o monopólio, pois essa seria a condição para a consecução de seu objetivo primordial: a obtenção do lucro máximo. Solé (2008, p.44) afirma que

Essa teoria se opõe à crença, muito forte entre os pesquisadores (economistas, sociólogos, historiadores) e de dirigentes políticos (de direita como de esquerda) segundo a qual a “sociedade moderna” é fundamentalmente organizada pelo mercado. Com Ronald Coase, eu recordarei que a empresa e o mercado são duas organizações concorrentes, que a empresa elimina o mercado. O Mundo-Empresa provoca o desaparecimento do mercado³¹.

Ainda sobre a política cognitiva empregada pelas empresas, a leitura de Ramos (1989) provoca questionamentos sobre seus pressupostos e sua utilização em nome de uma conciliação dos objetivos individuais e dos objetivos das organizações econômicas às quais tais indivíduos estão sujeitos. O indivíduo despersonalizado é o símbolo do empregado eficiente, é o que melhor se adapta à impessoalidade burocrática enunciada por Weber. Ramos (1989) demonstra a sofisticação do discurso que manipula os indivíduos na sociedade moderna e os submete aos imperativos econômicos organizacionais. Todavia, a impessoalização das relações é produtora de conflitos permanentes e inevitáveis que decorrem de um processo de deformação da pessoa humana.

Além das organizações e da sociedade de mercado, há um terceiro fator que se soma a presente compreensão sobre a impessoalização crescente das relações sociais na modernidade, o dinheiro. Weber, talvez seja, novamente, uma importante referência para discutir a questão da ganância, ou seja, a necessidade de ganhar cada vez mais dinheiro. Na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” o autor discute o modo como tal comportamento, que seria impensável em outra sociedade, esteve associado ao protestantismo e à necessidade de ter sucesso econômico para demonstrar a eleição por deus (ABRAHAM, 2006).

As relações monetárias também foram pensadas por um contemporâneo de Weber, chamado Georg Simmel. No final do século XIX, Simmel (2005) relacionou a impessoalização das relações na sociedade moderna à consolidação do dinheiro como mediador da relação entre posse e proprietário, entre os objetos e os sujeitos.

³¹ Cette théorie s’oppose à la croyance, très prégnante parmi les chercheurs (économistes, sociologues, historiens) et les dirigeants politiques (de droite comme de gauche), selon laquelle la « société moderne » est fondamentalement organisée par le marché. Avec Ronald Coase, je rappellerai qu’entreprise et marché sont deux organisations concurrentes, que l’entreprise élimine le marché. L’Entreprise-Monde provoque la disparition du marché.

A análise de Simmel (2005) sobre a impessoalização proporcionada aos sujeitos na modernidade procura ponderar as ambiguidades relacionadas ao uso do dinheiro. Dito de modo abreviado, se por um lado o dinheiro proporciona a liberdade e autonomia da personalidade em relação às coisas, por outro lado, e simultaneamente, ele permite que a objetividade da lei das coisas sobrepuje e banalize as subjetividades das relações entre os sujeitos e entre o sujeito e o objeto.

Simmel (2005) percebe a realidade social dominada pelos valores quantitativos, pela cultura objetiva, em detrimento das satisfações definitivas (e qualitativas) do sujeito. Tedesco (2007) afirma que as análises de Simmel (2005) continuam válidas na contemporaneidade, pois as alterações pertinentes ao dinheiro aprofundaram ainda mais os pressupostos da cultura objetiva da qual ele é o meio por excelência.

Assim, é possível perceber que a consolidação das relações monetárias é uma marca da modernidade porque é acompanhada pela impessoalização e por outros aspectos também apresentados nesse texto, como o estabelecimento de relações funcionais e do assalariamento. Se por um lado, Weber proporciona uma compreensão de que a relação dos modernos com o dinheiro, movida pela ganância, não é algo natural, mas socialmente engendrado, por outro lado, Simmel proporciona uma reflexão sobre os aspectos de emancipação e aprisionamento paradoxalmente imbricados na consolidação das relações monetárias na modernidade. O dinheiro e as relações monetárias são importantes características do processo de impessoalização crescente nas sociedades modernas, aspecto que também pode ser pensado a partir do caráter das relações de dominação estabelecidas nessa sociedade. A próxima subseção traz algumas reflexões sobre esse aspecto.

3.2.5 Relações de dominação

Weber (2004) definiu dominação como “[...] a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis [...]”, distinguindo três tipos de dominação, quais sejam:

- (1) de caráter racional: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou (2) de

caráter tradicional: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional), ou, por fim, (3) de caráter carismático: baseada na veneração extra cotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa ou das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática (WEBER, 2004, p.141).

A dominação de caráter racional-legal é, segundo Weber (2004), o tipo de dominação predominante na modernidade. O autor afirma que em sua época, a crença na legalidade, isto é, a submissão aos estatutos estabelecidos via procedimentos considerados corretos, era o tipo mais corrente de legitimidade que poderia ser atribuída a uma determinada ordem. Por isso, Weber fala em dominação racional-legal.

O caráter racional do tipo de dominação corrente na modernidade é relacionado ao processo de racionalização que se desenvolveu na sociedade moderna e que legitimou a racionalidade formal em relação às demais. Nesse contexto, a burocracia emergiu como a estrutura organizativa mais característica e mais legítima, pois reflete em seus processos o exercício da racionalidade formal, visando à dominação, ao controle e à eficiência.

Para Weber (2004, p.144), “o tipo mais puro de dominação racional-legal é aquele que se exerce por meio de um quadro administrativo burocrático”, porque a administração burocrática se ergue sobre princípios como a hierarquia oficial, a separação entre o quadro administrativo e os meios de produção e administração, a qualificação profissional e a documentação dos processos administrativos (WEBER, 2004).

A organização burocrática é percebida por Weber (2004) como necessária à manutenção das sociedades de massa, respondendo aos imperativos de uma administração “contínua, rigorosa, intensa e calculável” (Idem, p.146). Weber (2004) também ressalta a onipresença burocrática nas sociedades modernas, destacando quão fundamental é a existência de meios técnicos apropriados (estradas, ferrovias, telégrafos, etc.), bem como condições fiscais para que a administração burocrática se processe. O sociólogo também afirma que no topo da burocracia há sempre alguém que não necessita ter uma formação profissional específica para lograr a ocupação do cargo, como ministros, presidentes de Estado e empresários capitalistas, cujos postos nunca têm um caráter puramente burocrático.

Segundo Motta (1994) é preciso contextualizar o aparecimento da burocracia na história para entender que ela está relacionada ao aparecimento de um determinado

grupo social que se legitimou e exerceu uma dominação sobre a sociedade de modo a obter cooperação para o atingimento de fins práticos via o cálculo racional e preciso dos meios empregados. O autor lembra que, de acordo com Weber, a burocracia emergiu em confluência com o capitalismo avançado e com o Estado moderno na esteira da industrialização crescente.

A industrialização é percebida por Motta (1994) como elemento central da subordinação do trabalhador, porque a introdução de máquinas tem uma relação com a transferência do controle sobre as operações para a administração burocrática.

Na cooperação da indústria, os trabalhadores são estritamente vigiados no seu ritmo de trabalho, na sua interdependência e em todos os aspectos de seu comportamento. Existe, portanto, todo um comportamento social que é imposto pela máquina. Além disso, a introdução das máquinas implica também uma proliferação de funções administrativas outrora inexistentes. Surgem técnicos em todas as áreas do conhecimento prático, engenheiros, etc., cujas decisões escapam completamente das mãos do trabalhador. A função diretiva torna-se cada vez mais complexa, e com isso mais política. A relação entre dirigentes e dirigidos é cada vez mais distanciada, e a recompensa e a punição passam a ser usadas como forma de conseguir um trabalho mais eficiente à custa do trabalhador (MOTTA, 1994, p.23-24).

Torna-se mais evidente a partir da leitura de Motta o contexto de surgimento das funções e do pensamento administrativo. Para concluir, cita-se um trecho no qual Motta (1994) evidencia o modo pelo qual a burocracia, entendida como grupo social, exerce a dominação não somente no interior da organização, mas por toda a sociedade.

A burocracia gerada pela cooperação da indústria é profundamente repressiva e a repressão exercida pela empresa articula-se com a consolidação das burocracias públicas. A empresa capitalista burocrática moderna pressupõe o estado capitalista burocrático moderno, além de um direito, de uma imprensa, de um rádio e uma televisão igualmente burocratizados, da mesma forma que se burocratiza a própria pesquisa científica. As organizações burocráticas – como as escolas, os presídios, os partidos políticos e os sindicatos multiplicam-se. Essas são as unidades através das quais a burocracia, enquanto grupo social, exerce sua dominação sobre a coletividade (MOTTA, 1994, p.24).

Na presente seção foi abordado o mecanismo de exercício da dominação racional-legal via aparato burocrático nas sociedades modernas. A legitimidade do referido tipo de dominação, bem como a sua predominância no quadro político e funcional das organizações, acabou por fundamentar a separação entre as funções administrativas e operacionais. Tal separação condicionou o surgimento das funções e conhecimentos administrativos que estão alicerçados no controle dos trabalhadores por meio de normas a fim de obter desses, maior produtividade e, conseqüentemente, maiores lucros para as empresas.

3.3 SÍNTESE

A revisão sobre as discussões pertinentes à Teoria da Empresarição permite concluir que a empresa e o fenômeno de empresarição estão sustentados pelos traços, ou, modos de agir e pensar da modernidade e, portanto, estão presentes de certa maneira em qualquer grupo social identificado com as sociedades ocidentais modernas. A autonomização da esfera econômica e o individualismo, o mito fundador da escassez, a racionalidade moderna, a propriedade privada e a inovação e o mito do progresso são aspectos da modernidade relacionados por Solé (2000; 2008) e Abraham (2006) à consagração da empresa como a organização por excelência no Mundo-Empresa.

Não obstante a constatação de que os traços e os modos de agir e pensar da modernidade estão presentes de alguma maneira em qualquer grupo social moderno, é possível notar que as discussões sobre o tema da agricultura familiar são, por vezes, permeadas por definições que permitem identificar traços e relações peculiares, algumas vezes atribuídos à herança camponesa e/ou à lógica de reprodução familiar.

Wanderley (2001; 2003) aponta a incorporação da racionalidade moderna na agricultura e a profissionalização dos agricultores como indicativos de uma ruptura profunda e definitiva com o passado, ressaltando, todavia, que esse processo de mudança também é caracterizado por continuidades referentes ao patrimônio sociocultural dos atores, patrimônio este que se reflete nas estratégias de reprodução das famílias de agricultores. De acordo com a autora,

[...] parece evidente, como já foi dito, que a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros clássicos) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2003, p.48).

Assim, a percepção da terra como um espaço de vida e de trabalho, a transmissão do conhecimento entre gerações (saber herdado), a pluriatividade como estratégia de reprodução e a indivisibilidade dos rendimentos resultantes da produção são alguns traços mencionados por Wanderley (2003) como distintivos da forma social de agricultura tradicional/camponesa que se manifestam como reminiscências ou

continuidades no processo de modernização ao qual a agricultura familiar está submetida.

Nessa perspectiva, e partindo do protagonismo do Estado no fomento à modernização da agricultura, a autonomização da realidade econômica e o mito da escassez podem ser interpretados a partir da identificação de práticas e estratégias de reprodução orientadas pelo egoísmo e pelo individualismo, pela orientação sobeja do processo produtivo ao lucro, pela ênfase no dinheiro como mediador das relações sociais, pela insatisfação constante e necessidade de consumo ilimitada. Da mesma maneira, o mito do progresso, no caso da agricultura e especialmente no que tange a política pública de agricultura familiar, é associado à destinação dos recursos ao crédito como um mecanismo de fomento da visão empresarial e do empreendedorismo no campo, um mecanismo que teoricamente propicia a inovação e que propicia a incorporação das modernas técnicas de gestão e contabilidade em oposição às técnicas tradicionais referentes ao saber herdado. Ainda sobre as possibilidades de interpretação dos traços e modos de agir e pensar aplicados ao objeto de estudo, considera-se que o racionalismo está igualmente associado ao aumento das pressões por eficiência, à ação social referente a fins, à dominação racional-legal e aos processos de formalização e impessoalização crescente. Por fim, a propriedade privada pode ser interpretada a partir da importância atribuída aos meios de produção, especialmente, neste caso, a terra, como um estrito meio de produção ou também como um espaço de vida para os agricultores e as agricultoras.

Foi mencionado na introdução deste trabalho que as relações apontadas na teoria da empresarização são percebidas como a materialização dos traços e modos de agir e pensar da modernidade, elas auxiliam a observação e compreensão sobre o modo como os hábitos da modernidade se traduzem no cotidiano dos humanos submetidos ao processo de empresarização do mundo.

Solé (2008) afirma que uma característica do Mundo-Empresa consiste no fato de que a maioria dos trabalhadores são assalariados pelas empresas, estas dependem desse tipo específico de exploração do trabalho para a consecução do lucro. A busca pelo lucro é outra característica das empresas e implica no estabelecimento das relações de dominação que se processam por meio do aparelho burocrático, este pressupõe que na sociedade um pequeno grupo exerça a dominação sobre o grupo dos trabalhadores subordinados à administração burocrática. As relações de dominação pressupõem o estabelecimento de relações impessoais e monetárias em lugar das relações sociais

tradicionais, o que significa dizer, em consonância com Ramos (1989) que o trabalhador é um ator despersonalizado e posto em função do atingimento dos objetivos das organizações econômicas, as empresas. No Mundo-Empresa as pessoas estão ligadas umas às outras pelo estabelecimento de relações funcionais, laço social que fundamenta a divisão do trabalho nas sociedades modernas e constitui elemento fundamental da identidade dos indivíduos. Finalmente, uma vez que, teoricamente, o espaço na divisão do trabalho moderna não é previamente concedido, pelo menos para a maior parcela da população, os sujeitos modernos devem lutar para estabelecer, por meio de comportamentos individualistas e egoístas, relações concorrenciais e, sempre que possível, monopolizar o mercado a fim de obter o maior lucro possível.

A teoria da empresarização representa uma possibilidade de abordagem aos fenômenos contemporâneos de extensão da empresa a diversos tipos de organização independentemente do seu propósito. Os modos de agir e pensar e os traços da modernidade fundamentam tal expansão e, portanto, devem ser examinados detidamente em cada situação para que se possa perceber de que modo, quando e como isso acontece, rompendo com o processo de naturalização da empresa denunciado por Solé (2008) e por Abraham (2006).

Na próxima seção, enunciam-se o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as relações que se estabelecem e/ou se acentuam a partir da inserção dos agricultores na política pública de agricultura familiar, especialmente o PRONAF.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a presença dos traços apontados na teoria da empresarização na política de agricultura familiar e exigências que a presença desses traços implica;
- Identificar a forma através da qual os agricultores têm participado do PRONAF;
- Analisar a influência da participação no PRONAF sobre as relações (assalariamento, dominação, impessoais/monetárias, concorrenciais, funcionais) mantidas pelos agricultores;
- Identificar as exigências colocadas pela política de agricultura familiar aos beneficiários.

5 MÉTODO

A presente seção está dividida em duas subseções. Na primeira, busca-se apresentar as etapas que estiveram envolvidas na escolha do segmento e dos locais do estudo, justificando as opções feitas durante essa trajetória. Na segunda seção, são indicados os procedimentos de coleta adotados e alguns apontamentos pertinentes à condução da pesquisa de campo e às relações estabelecidas com os atores no campo, bem como as definições sobre o procedimento de análise.

5.1 O SEGMENTO E OS LOCAIS DE ESTUDO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desdobramentos do fenômeno de empresarização estendido aos beneficiários da política pública de agricultura familiar em dois municípios gaúchos, Nova Santa Rita e Maquiné. Parto da hipótese de que as concepções que orientam essa política pública, especialmente o PRONAF, fomentam o aparecimento e/ou intensificação das relações peculiares à empresa, tais como as relações impessoais, concorrenciais, de exploração e dominação entre os beneficiários, podendo levá-los a situações de desarticulação política e instabilidade do seu modo de viver.

Concomitantemente à elaboração do projeto de pesquisa, foi realizada uma etapa pré-campo que consistiu na visitação a unidades agrícolas e experiências de organização de agricultores no meio rural. A partir da realização da etapa pré-campo, pude acumular alguns conhecimentos sobre a agricultura no Rio Grande do Sul, estabelecendo relações com os sujeitos envolvidos no campo. As visitas e vivências do pré-campo são brevemente relatadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Visitações e vivências na etapa pré-campo

Data e local	Relato
27 jun. 2013, Bairro Lami, município Porto Alegre	Visitação a dois sítios, o sítio do tio Juca e o sítio do Dodô e da Vera, o primeiro tem 1 hectare e o segundo, 1,9 hectare. Tais agricultores participam da Associação Porto Alegre Rural e do projeto “Caminhos Rurais de Porto Alegre” e seus estabelecimentos são abertos à visita de turistas e excursões escolares para aulas sobre agroecologia e meio ambiente. O projeto Caminhos Rurais foi criado por um grupo de moradores e agricultores da zona rural de Porto Alegre em parceria com agências de turismo e entidades públicas como a Secretaria Municipal de Turismo e a Emater-RS/ASCAR. Os agricultores não acessam PRONAF ou os mercados institucionais do PAA ou PNAE. Sua produção orgânica de hortaliças é comercializada em uma feira ecológica em Porto Alegre.
09 out. 2013, município Eldorado do Sul	Participação em uma coleta e distribuição de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A coleta é realizada pelos agricultores assentados da reforma agrária organizados na Cooperativa Terra Livre (COOTAP), com sede em Eldorado do Sul. Há uma diversidade de produtos, como frutas, hortaliças e tubérculos que são coletados com agricultores e agricultoras nos seus lotes e distribuídos às entidades beneficiárias. Para acessar o PAA, a Cooperativa apresenta um projeto à CONAB no qual são identificados os fornecedores e os beneficiários, quais serão os produtos e em que quantidades. O projeto tem a duração de um ano. Na ocasião, os agricultores estavam bastante preocupados com a continuidade do programa, pois estavam sendo veiculadas na grande mídia notícias sobre fraudes na execução do programa.

Continua...

Continuação

Data e local	Relato
19 out. 2013, município Piratini	Visitação de um assentamento da reforma agrária. O assentamento Piratini foi instituído em 1992 e as famílias assentadas se organizam em uma cooperativa de produção e trabalho nomeada Coopava. A produção de leite e sua industrialização no assentamento é a principal atividade econômica, sendo bastante dependentes do acesso aos mercados criados pelo PAA e pelo PNAE. Além do leite, produzem frutas, hortaliças e feijão, entre outros produtos, para comercialização e para consumo próprio. Este assentamento tem a peculiaridade de que a área é explorada coletivamente e não dividida em lotes, como é mais comum. As 11 famílias assentadas possuem somente uma pequena área na qual estão suas casas e quintais, o restante do assentamento, que possui 320 hectares é de exploração coletiva.
31 out. 2013, municípios Tapes e Arambaré	Visita junto a um agrônomo, técnico da COOTAP, a produtores de arroz (convencional e orgânico) para coleta de assinaturas e obtenção de licenciamento ambiental, exigido pelo Banco do Brasil para que tais produtores pudessem acessar recursos do PRONAF. Visitamos agricultores que enfrentam dificuldades para produzir e comercializar o arroz, alguns não têm acesso a qualquer mecanização do processo produtivo. Os trâmites formais para obtenção do licenciamento ambiental eram, naquele momento, um grande empecilho para o acesso ao financiamento de custeio para plantio do arroz.
01 nov. 2013, município Itati	Visita a uma propriedade com área aproximada de 4 ha e produção orgânica. Os principais produtos são banana, café, fruto de Jussara e madeiráveis. O produtor também retira diversos gêneros para subsistência, como mandioca e plantas de horta. Este produtor vive só, sem a família, que vive na cidade. O agricultor tem ampla atuação política em uma ONG ambientalista, em associações de produtores e também no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, o Rio Grande do Sul é um estado pioneiro na introdução de crédito rural e na adoção das culturas e tecnologias da agricultura moderna. Após a realização da etapa pré-campo, optei por realizar o estudo do segmento da olericultura por entender que se trata de um segmento mais recentemente atingido pelo mecanismo do crédito. A olericultura é um ramo da horticultura que trata do estudo e da produção de oleráceas, ou, hortaliças, plantas que são vulgarmente conhecidas como “verduras” e “legumes” (FILGUEIRA, 2003). De acordo com Filgueira (2003), as hortaliças são consumidas *in natura*, ou ligeiramente processadas e incluem frutas como o melão, morango e melancia, razão pela qual não são adequados os termos populares supracitados. No Brasil, entre cinquenta e sessenta tipos de hortaliças têm papel comercial, variando de região para região.

Optou-se, portanto, pela produção relacionada à olericultura por se entender que é um segmento mais recentemente tocado pelas mudanças e pressões que interessam a este estudo, uma vez que o Rio Grande do Sul (RS) possui uma longa trajetória – se comparado a outros estados brasileiros – de consolidação da empresa no meio rural, envolvendo as integrações com a agroindústria (suinocultura e fumicultura, por exemplo) e a produção de grãos como o arroz, o trigo, o milho e a soja. Foi considerado que seria mais difícil relacionar as mudanças nesses setores à ampliação recente dos auxílios creditícios do PRONAF, uma vez que tais setores agrícolas possuem maior experiência com os financiamentos.

A produção de gêneros olerícolas foi impactada no RS a partir do ano de 1973 pela instalação da primeira CEASA no estado e, mais recentemente, pela concentração do varejo alimentar nas redes supermercadistas conforme alerta Aguiar (2009) sobre esse fenômeno mundial, que também é observado no Brasil e no RS.

A concentração do varejo alimentar foi um elemento discutido no VIII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), ocorrido em Porto Alegre, em junho de 2013 e do qual participei. Quando planejei o campo estava consciente desse aspecto, que foi um dos elementos considerados para a escolha do setor olerícola, uma vez que se estima que os supermercados sejam responsáveis pela comercialização de grande parte dos alimentos, sobretudo nas grandes cidades, seria compreensível que o setor olerícola estivesse sendo impactado pelo fenômeno de oligopolização que atinge o varejo alimentar. Posteriormente, pude comprovar a pujança dessa questão em um dos municípios nos quais realizei a pesquisa.

Outra razão para a opção pela olericultura se relaciona ao fato de ela ser predominantemente desenvolvida em pequenas unidades produtivas. O Censo Agropecuário 2006 apontou que 56% dos estabelecimentos dedicados à horticultura têm área inferior a 5 hectares. Se considerados todos os estabelecimentos agropecuários dedicados à horticultura com área inferior a 10 hectares, o percentual é de 69% e se considerados todos com área inferior a 20 hectares, 80%, ou seja, a horticultura é majoritariamente praticada em pequenos estabelecimentos (IBGE, 2012).

A área dos estabelecimentos é um requisito considerado para o enquadramento na política de agricultura familiar, todavia, a área é considerada a partir do conceito de módulo fiscal, unidade de medida agrária, expressa em hectares, variável de município para município em função do tipo de exploração predominante, renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município e conceito de propriedade familiar (BRASIL, 1979).

Considerando o caráter intensivo (em área) da produção hortícola e olerícola, foi possível inferir que seria possível encontrar nesse segmento produtivo muitos beneficiários do PRONAF, além disso, os dados do Censo Agropecuário também revelaram uma tendência à especialização no segmento que pode ser relacionada ao padrão produtivo associado à utilização de crédito. De acordo com o IBGE (2012), aproximadamente 75% dos estabelecimentos produtores de hortaliças são especializados nessa atividade e aproximadamente 90% do valor da produção total é oriundo dos estabelecimentos especializados.

Ressalta-se que a designação “pequena unidade produtiva” revela, apenas, o tamanho da unidade produtiva e uma predisposição ao enquadramento na política pública de agricultura familiar, sendo uma incógnita quanto à forma de organização que se processa em seu interior. Considerando a análise feita por Lênin (1980) sobre o desenvolvimento da agricultura capitalista nos Estados Unidos da América, definir a atividade como “fundada no trabalho familiar” ou “desenvolvida em pequenos estabelecimentos” não revela a forma social de economia praticada, pois em qualquer que seja essa, o agricultor e sua família trabalham e o processo de intensificação da agricultura capitalista pode estar relacionado à redução das áreas cultivadas. Sobre os equívocos e lapsos dos economistas burgueses, Lênin (1980, p.25) afirma:

e como os economistas burgueses — quase todos — encontram meio de se esquecerem também deste “detalhe” quando tratam da pequena e da grande produção agrícola — ainda que “teoricamente” todos “conheçam” muito bem e admitam a intensificação da agricultura —, é importante estudar esta questão de uma forma particularmente pormenorizada. Precisamente aí se

oculta uma das principais fontes de todas as desventuras da economia burguesa (incluindo a economia populista e a oportunista) em relação à questão da pequena agricultura “baseada no trabalho familiar”. Esquecem-se do “detalhe” de que, em razão das peculiaridades técnicas da agricultura, o processo de sua intensificação conduz, com muita frequência, a uma redução da área cultivada na fazenda e, ao mesmo tempo, ao seu crescimento como unidade econômica, aumentando sua produção e convertendo-a cada vez mais em uma empresa capitalista.

Portanto, pelos dados e informações que dispunha, considerei que o setor olerícola apresentaria uma boa oportunidade de conhecer os aspectos relacionados ao fenômeno de empresarização na agricultura estendido às pequenas unidades agrícolas no processo de estímulo público ao financiamento agrícola e à especialização produtiva.

A expansão da olericultura em território brasileiro ocorreu na década de 1950 e, posteriormente, teve como marcos a fundação da Sociedade Brasileira de Olericultura no ano de 1960 e, principalmente, a regulamentação do Sistema Nacional das Centrais de Abastecimento, por meio do Decreto Federal Nº70.502/1072.

As centrais, logo identificadas como CEASAS, eram mercados terminais, onde produtores, associações e cooperativas de produtores, mais os atacadistas concentravam suas ofertas para oferecer aos varejistas (armazéns, supermercados, feiras, fruteiras, etc.), os seus produtos em nível de atacado (LIMA *et alli*, 2007, p.6).

No Rio Grande do Sul, a Central de Abastecimento de Porto Alegre começou a funcionar já no ano de 1973 e contou com intensa divulgação em todo o estado e com estímulo por parte do poder público à produção de hortaliças (LIMA *et alli*, 2007). Um exemplo do estímulo público à produção de hortaliças, relacionado à instalação da CEASA no estado, foi a elaboração em 1977 do Plano Integrado de Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, cujo objetivo era aumentar a quantidade dos produtos gaúchos comercializados na CEASA-RS, diminuindo as importações de outros estados e de outros países (FEE, 1977).

Na década de 1970, quando a olericultura passou a ter importância econômica efetiva no estado do RS, Porto Alegre e adjacências constituíram o principal polo produtor, todavia, com o passar do tempo e a urbanização metropolitana, outros polos adquiriram destaque, são eles: Caxias do Sul, Pelotas, Estrela, Santa Maria, Bagé, Passo Fundo, Santa Rosa, Ijuí e Erechim (LIMA *et alli*, 2007). Posteriormente foram instaladas mais duas Centrais de Abastecimento no estado, uma no município de Pelotas e outra no município de Caxias do Sul.

No levantamento realizado pela Emater-RS/ASCAR, verificou-se que houve no ano-safra de 2005/2006, a produção de 1.741.030,94 toneladas de hortaliças, que

comercializadas a um preço médio de R\$0,72/KG (preço médio informado pela CEASA/RS em 21/12/2006) totalizariam um montante de R\$ 1.253.542.276,80. O mesmo levantamento também indica que 81.134 produtores estiveram envolvidos na produção olerícola, abrangendo uma área total de 95.857,80 hectares em todo o RS (LIMA *et alli.*, 2007). A Tabela 1 fornece um panorama das principais regiões produtoras de olerícolas no estado, segundo organização regional proposta pela Emater-RS/ASCAR (ANEXO A).

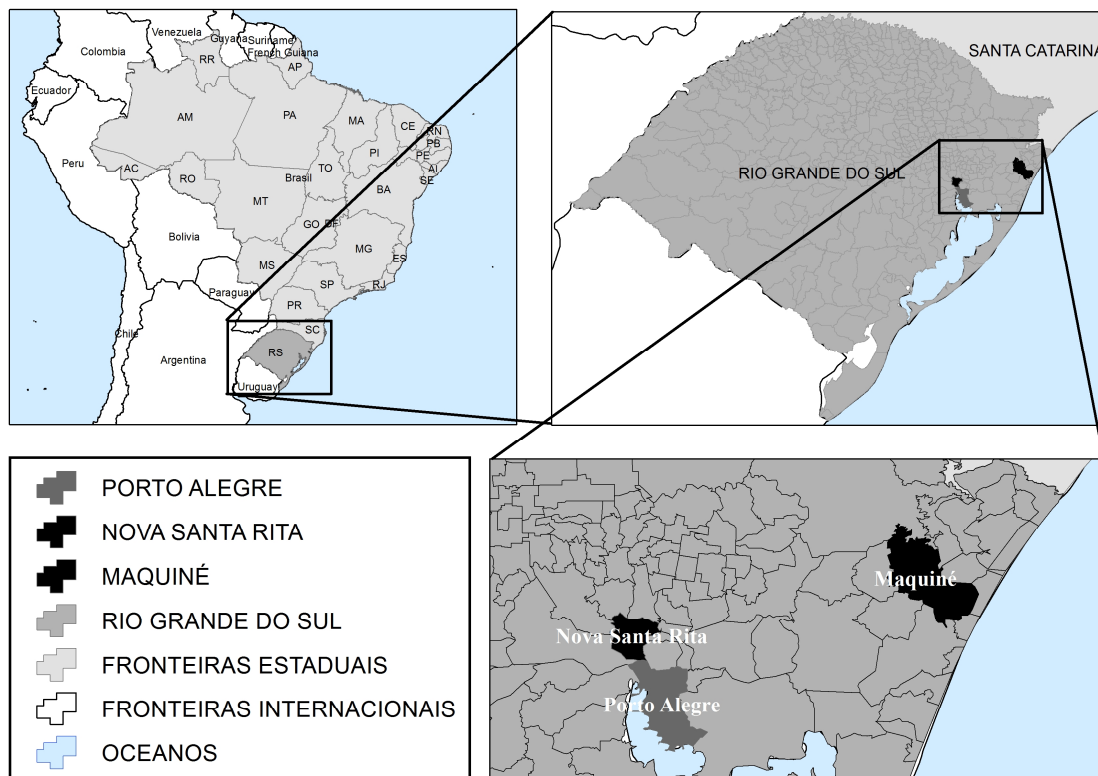
Tabela 1 – Área, produção e número de produtores envolvidos na oferta comercial de hortaliças em cada região administrativa no Exercício de 2005/06

Região (*)	Área (ha)	Produção (t)	Produtores (nº)	Área (%)	Produção (%)	Produtores (%)
Total	95.858	1.741.031	81.134	100%	100%	100%
Caxias do Sul	23.858	573.586	16.787	25%	33%	21%
Porto Alegre	22.187	403.286	12.057	23%	23%	15%
Pelotas	16.235	238.901	15.045	17%	14%	19%
Santa Maria	8.312	197.063	3.520	9%	11%	4%
Estrela	14.075	171.486	11.464	15%	10%	14%
Passo Fundo	3.258	61.219	8.344	3%	4%	10%
Santa Rosa	1.707	32.868	4.898	2%	2%	6%
Ijuí	1.682	27.428	2.671	2%	2%	3%
Erechim	938	19.779	1.811	1%	1%	2%
Bagé	3.605	15.415	4.537	4%	1%	6%

Fonte : LIMA *et alli* (2007, p.31). (*) Regiões Administrativas da EMATER-RS/ASCAR.

Os municípios de Maquiné e Nova Santa Rita (NSR) figuram entre os maiores produtores no polo produtor Porto Alegre, que é composto por 67 municípios. Além de serem importantes produtores, esses municípios foram selecionados para o estudo porque apresentam realidades bastante diversas (serão oportunamente indicadas), ampliando as possibilidades de aprendizado na realização da pesquisa de campo. A localização dos municípios é apontada na Figura 4 e a caracterização de ambas as realidades será apresentada na seção subsequente a esta seção de método.

Figura 4 – Localização dos municípios selecionados para o estudo



Fonte: Elaborado por Marcos Lima Pereira utilizando o *software* ArcGIS.

5.2 COLETA E ANÁLISE

A realização da pesquisa de campo ocorreu entre os meses de maio e setembro de 2014. A aproximação com os agricultores nos dois municípios aconteceu por intermédio das entidades responsáveis pela assistência técnica e extensão rural, sendo que uma delas foi a Emater-RS/ASCAR, com escritório local nos dois municípios e a outra entidade identificada foi a COPTEC, atuante em NSR. Ambas serão apresentadas na sequência.

A Emater-RS, Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, e a ASCAR, Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, são duas associações de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, a primeira criada em 1978 e a segunda, mais antiga, em 1955. No ano de 1980 as duas

instituições firmaram um protocolo no qual se comprometeram a operar conjuntamente, adotando os mesmos objetivos e a mesma missão³².

Apesar de serem entidades com natureza privada, elas são controladas pelo governo do estado do RS, que participou de suas fundações, indica dirigentes e provê grande parte dos recursos. Atualmente, a Emater-RS/ASCAR possui mais de 2.200 funcionários que atendem 280.000 famílias de agricultores em 492 municípios gaúchos³³.

A COPTEC, Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos, foi fundada em 1996 com o objetivo de prestar assistência aos assentamentos da reforma agrária existentes no Rio Grande do Sul, buscando consolidar os direitos das famílias assentadas por meio da constante assistência técnica voltada à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável³⁴. As famílias assistidas pela COPTEC se organizam no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possui uma estrutura organizativa composta por núcleos de base, grupos produtivos, grupos gestores, instâncias de coordenação e direção e espaços de discussão e deliberação, como reuniões sistemáticas e assembleias³⁵.

Atualmente, a COPTEC desenvolve ações em 36 municípios gaúchos, nos quais cerca de 120 profissionais atendem mais de 135 assentamentos. A Cooperativa está organizada em nove núcleos operacionais e o núcleo Nova Santa Rita abrange oito assentamentos, situados em quatro municípios: NSR, Capela de Santana, Montenegro e Taquari. As 336 famílias assentadas que integram o núcleo NSR se organizam por meio dos núcleos de base (que são parte da estrutura organizativa do MST) e também em grupos gestores regionais (grupos das hortas, frutas e plantas medicinais, do arroz, do leite e da psicultura).

O principal procedimento de coleta de dados foi a realização de entrevistas semi-estruturadas junto a agricultores e agricultoras que constituem o público assistido pelas entidades de assistência técnica e extensão rural e que são beneficiários do PRONAF,

³² RODRIGUES, Paulo Ebling. **Um pouco da história de 48 anos da ASCAR e a EMATER-RS/ASCAR**. Disponível em: [http://www.asaers.org.br/arquivo_antigo/ascar48.htm]. Acesso em 30 de setembro de 2014.

³³ Comissão de Representação Externa para Tratar da Situação da Emater/RS. Relatório Final. Porto Alegre, 2011. Disponível em [http://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/Emater_2011.pdf]. Acesso em 30 de setembro de 2014.

³⁴ **Apresentação COPTEC**. Disponível em [<http://www.COPTEC.org.br/COPTEC.html>]. Acesso em 22 de Setembro de 2014.

³⁵ Elaborado a partir de documento interno fornecido pela COPTEC, intitulado “Atuação Territorial da Equipe de ATES-COPTEC”.

entre outras políticas públicas. Para realização das entrevistas foi elaborado um roteiro contendo questões e tópicos relevantes para o estudo (Apêndice A), todavia, conforme orienta Flick (2009) sobre a postura mediadora do entrevistador, busquei deixar o/a entrevistado/a livre para falar sobre os assuntos, evitando dar um tom diretivo para a entrevista e lançando as perguntas conforme as oportunidades fornecidas pelo/a entrevistado/a. A observação também foi um método empregado e esteve apoiada na confecção de um caderno de campo no qual eram registradas impressões, acontecimentos e diálogos informais transcorridos ao longo da pesquisa de campo.

A realização do campo em Maquiné teve início no dia 24 de abril, quando fiz a primeira viagem ao município para realizar uma conversa com os técnicos do escritório local da Emater-RS/ASCAR a fim de levantar informações sobre a agricultura no município e, sobretudo, dialogar sobre a possibilidade de apoio para a realização da pesquisa. A partir de então, fiz mais três viagens ao município: na primeira, permaneci do dia 19 ao dia 20 de maio, na segunda, do dia 09 ao dia 10 de junho e na terceira, do dia 21 ao dia 25 de julho. Nesse período foram realizadas 20 entrevistas, 18 gravadas em áudio e duas apenas registradas por escrito. Também visitei um estabelecimento no qual pude conversar rapidamente com o filho do proprietário, mas não foi possível realizar uma entrevista.

Em Nova Santa Rita, a aproximação ao campo ocorreu por meio da articulação com as duas entidades que atuam na assistência técnica e extensão rural, a Emater-RS/ASCAR e a COPTEC. A articulação com a Emater-RS/ASCAR teve uma dinâmica similar àquela ocorrida em Maquiné. Inicialmente, tive uma reunião no dia 06 de junho com a técnica do escritório local de NSR e estabelecemos uma conversa sobre a pesquisa, sobre a realidade dos agricultores no município e sobre as possibilidades de apoio, que foi obtido. Ao todo foram quatro viagens, nos dias 14, 16 e 28 de julho e 16 de setembro, para realização de seis entrevistas junto ao público assistido pela Emater-RS/ASCAR. Somente seis entrevistas foram registradas em áudio, pois tive problemas com o equipamento em duas delas.

A aproximação com a COPTEC em NSR teve uma dinâmica peculiar. A Primeira conversa com os técnicos da Cooperativa ocorreram no dia 06 de junho e a partir de então, participei de algumas atividades antes que ocorressem as entrevistas. No dia 24 de julho participei de um dia de coleta e distribuição dos alimentos do PAA referente ao núcleo Nova Santa Rita. No dia 5 de julho participei e ajudei na comercialização dos produtos em uma feira no bairro Três Filgueiras, em Porto Alegre,

da qual os agricultores de NSR vêm participando ativamente desde o início, em maio deste ano. Finalmente, antes que começassem efetivamente as entrevistas, no dia 17 de julho participei de uma reunião na sede da COPTEC na qual estiveram presentes agricultoras e agricultores dos quatro assentamentos do núcleo NSR para discutir aspectos relacionados ao PAA e à organização dos grupos gestores das hortas. Nessa reunião pude me apresentar aos agricultores e estabelecer a primeira aproximação efetiva com os futuros entrevistados. As entrevistas junto ao público da COPTEC ocorreram em dois assentamentos, Itapuí e o Nova Santa Rita, nos dias 5, 17 e 18 de julho, tendo sido realizadas oito entrevistas.

Após a realização do campo e transcrição de todas as entrevistas, elaborei um relatório de campo sobre cada um dos municípios e os enviei aos técnicos da Emater-RS/ASCAR e da COPTEC pedindo que avaliassem a presença de erros e que se manifestassem quanto a qualquer aspecto que julgassem necessário. As entidades de NSR responderam retificando pequenas questões, sem contestações maiores sobre a minha compreensão daquela realidade.

Quanto ao método de análise, levando em consideração as discussões propostas na teoria da empresarização, a análise do material empírico foi inspirada no método interpretativista, observando as categorias extraídas das discussões pertinentes à teoria da empresarização (Quadro 4).

Quadro 4 – Categorias de análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE	
Traços/Modos de agir e pensar	Relações
- Invenção e autonomização da realidade econômica	- de assalariamento
- Mito Fundador da escassez	- de dominação
- Racionalidade moderna	- impessoais/monetárias
- Propriedade privada	- concorrenciais
- Inovação e mito do progresso	- funcionais

As categorias de análise serviram como guia na tentativa de identificar as principais influências da participação nos mecanismos de financiamento para os agricultores e suas relações. No entanto, não objetivei explorar cada um dos traços ou das relações e sim, após a identificação dos aspectos mais relevantes para o campo, tentar compreender sua significação em relação aos traços e relações supracitados.

Assim, as categorias foram o guia através do qual o material transcrito e registrado das entrevistas e observação foi lido. Quando fiz a transcrição e organização do material empírico procurei selecionar trechos dos relatos que poderiam ser compreendidos à luz das discussões pertinentes à teoria da empresarização, tanto pela aproximação quanto pelo distanciamento do fenômeno apontado por Solé e Abraham, a empresarização. Optei por preservar o anonimato dos agricultores e agricultoras, substituindo seus nomes por nomes fictícios.

Estão sendo planejados, juntamente com os técnicos da Emater-RS/ASCAR e da COPTEC, momentos para socialização dos resultados da pesquisa com os colaboradores da pesquisa e público assistido pelas entidades. Na COPTEC já está definido que a socialização acontecerá durante uma reunião do Núcleo Gestor das Hortas e na Emater-RS/ASCAR de Maquiné, em uma reunião a ser realizada no Sindicato de Trabalhadores Rurais.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Na presente seção farei a exposição e análise sobre a situação dos agricultores olericultores em relação à sua organização e ao acesso às políticas públicas nos dois municípios selecionados para o estudo. Os depoimentos e informações levantados junto aos atores locais foram complementados com as pesquisas de dados secundários que incluem trabalhos acadêmicos, notícias, conteúdos de *sites* e dados do IBGE.

6.1 SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES OLERICULTORES DE MAQUINÉ EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O município de Maquiné está situado no litoral norte do Rio Grande do Sul e faz parte do corredor de entrada da Mata Atlântica, tendo uma paisagem marcada pelas encostas da Serra Geral, pela planície costeira e pela abundância de águas que correm através da região da serra rumo ao mar e que formam lagoas e restingas na região do vale do rio Maquiné (KRAEMER, 2012).

A região do vale é onde se concentra a produção olerícola e a região da serra (onde ocorre o cultivo de banana entre outras atividades agrícolas), tem sido objeto de ações de políticas conservacionistas das espécies do bioma Mata Atlântica, tais como a criação da Reserva Biológica da Serra Geral, instituída pelo governo do RS³⁶. A reserva abrange uma área de 4.845,76 hectares nos municípios de Maquiné, Itati e Terra de Areia. O município de Maquiné também é cortado pela rodovia federal BR-101 e recentemente foi atingido pelas obras de duplicação da mesma e pela construção do maior túnel rodoviário do país, o “Túnel Morro Alto”, que foi inaugurado em 2010.

Maquiné obteve sua emancipação política do município de Osório em 1992 e possui três distritos: Barra do Ouro, Maquiné e Morro Alto (IBGE, 2014a). O distrito Morro Alto é um território quilombola, o distrito da Barra do Ouro é onde se localiza o território guarani e o distrito Maquiné, localizado na região do vale, é onde está concentrada a produção olerícola.

³⁶ Decreto Nº 30.788, de 1982.

Maquiné é um município complexo, tanto em sua ecologia, quanto em sua formação social. A formação étnica também é bastante ampla e complexa: estabeleceram-se no município, ao longo de muito tempo, povos tupi-guarani, povos de origem européia e povos de origem africana (IBGE, 2012a). As práticas agrícolas e os sistemas de cultivo também refletem a complexidade dos diversos territórios que ali podem ser identificados. Atualmente, nos territórios quilombola e guarani o cultivo da banana e a pesca artesanal constituem atividades importantes dentro do sistema essencialmente policultor praticado nesses locais (KRAEMER, 2012).

A região é palco de conflitos fundiários e, segundo informação da Secretaria Municipal de Agricultura, aproximadamente 60% dos estabelecimentos rurais no município não possuem matrícula de propriedade, sendo áreas de posse. De acordo com informações de um funcionário da Secretaria, essa questão da irregularidade fundiária esteve relacionada ao fato de que grande parte das desapropriações para constituição da Reserva Biológica da Serra Geral não foram indenizadas³⁷.

O maior conflito fundiário registrado em Maquiné vem se desenrolando desde as desapropriações envolvendo as obras de duplicação da BR-101 e da construção do túnel Morro Alto. Segundo Kraemer (2012), a comunidade remanescente de quilombo vem travando uma luta política contra os interesses de grandes proprietários e empresas que exploram areia e basalto no distrito Morro Alto. Na época das desapropriações para a realização da obra pública, foi elaborado pelo INCRA um Relatório Técnico para Identificação e Delimitação (RTID). Apesar de conquistarem o reconhecimento de seu território, a área delimitada no RTID não contemplou a totalidade do território quilombola e os habitantes do quilombo Morro Alto enfrentam a seguinte realidade relatada por Kraemer (2012, p.16):

Por parte dos proprietários e posseiros “não-quilombolas”, estes vêm se articulando politicamente com representantes legislativos, administrativos e judiciários nas instâncias municipais, estadual e nacional, utilizando-se de influências políticas e poder econômico para realizar “contra-laudos”, deslegitimar a legislação vigente sobre o processo de regularização fundiária, e também divulgando uma ideia de ‘harmonia histórica-étnica em um território de agricultores familiares’”.

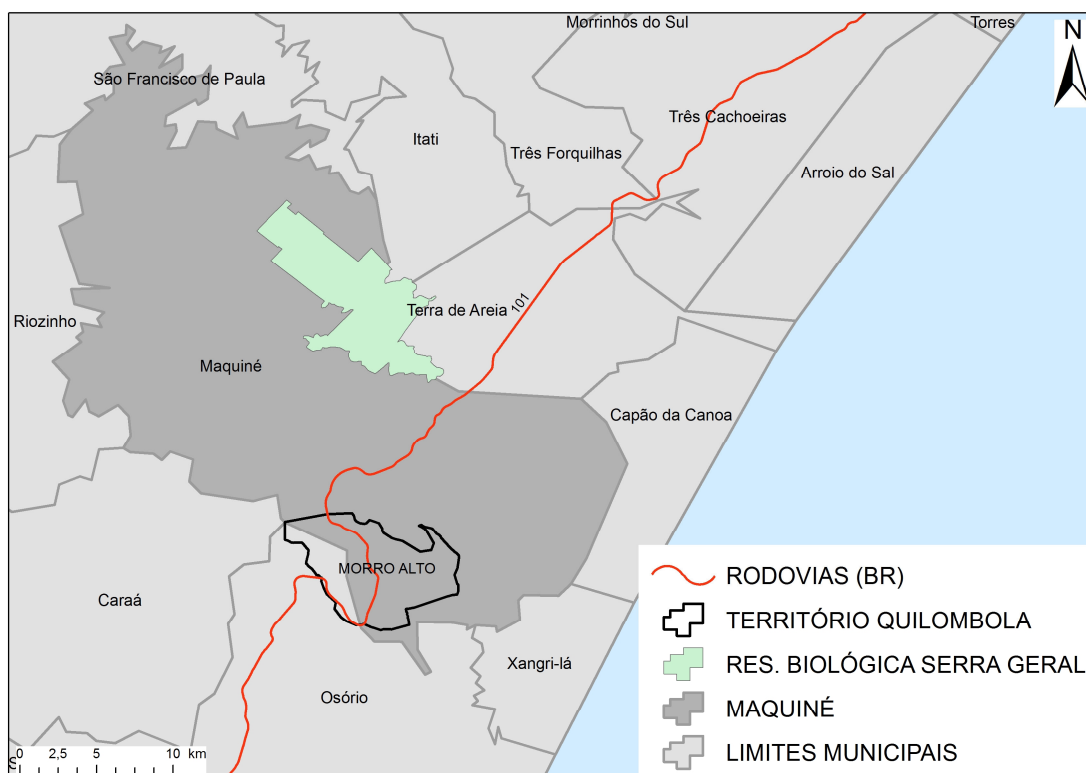
Contrariamente ao que é argumentado pelos proprietários e posseiros “não-quilombolas”, Kraemer (2012) argumenta que na região do território quilombola

³⁷ A lei 9985, de 18/07/2000, determina que uma reserva biológica tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais e, para tanto, as propriedades particulares situadas na área da reserva devem ser desapropriadas para que a reserva biológica tenha posse e domínio públicos (BRASIL, 2000).

reconhecido pelo INCRA (abrange áreas em Maquiné e Osório), se consideradas as matrículas com mais de 100 hectares, 2,3% dos proprietários possuem 45,1% da área. Além disso, das 348 matrículas consideradas pelo INCRA no território, apenas 18 têm Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

As áreas da Reserva Biológica da Serra Geral e do território quilombola podem ser visualizadas na ilustração do município (Figura 5):

Figura 5 – Maquiné



Elaborado por Marcos Lima Pereira utilizando o *software* ArcGIS.

A agricultura desenvolvida no vale é mais intensiva e fortemente especializada na olericultura. Desde a instituição da primeira Central de Abastecimento no Rio Grande do Sul (CEASA), ocorrida em 1973, seguida pelo Plano de Desenvolvimento do Litoral Norte que, por sua vez, foi acompanhado pela inauguração da auto-estrada *Freeway* (BR-101), produtores rurais do distrito de Maquiné foram incentivados a iniciar a produção de gêneros olerícolas, tais como, brócolis, alface, repolho, beterraba, couve-flor, etc.

A substituição dos cultivos comerciais de fumo, anteriormente dominantes no distrito de Maquiné, ocorreu por medidas de planejamento regional que visaram à

substituição de importações de hortaliças e frutas no Rio Grande do Sul, com a finalidade de ampliar as provisões para o autoabastecimento estadual (FEE, 1977).

De acordo com relatos dos agricultores, entre a década de 1970 e a década de 1980, foi acontecendo a migração do cultivo do fumo para o cultivo de gêneros hortícolas. Inicialmente, grande parte dos agricultores não dispunha de veículos para o transporte da produção até a CEASA, entregando os produtos para os primeiros intermediários que despontaram na região.

A mecanização agrícola é um aspecto importante no Vale do Maquiné e é um exemplo de como o apoio público estadual se materializou naquele lugar por meio do Programa de Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica – Programa APSAT –, executado pela Secretaria Estadual de Agricultura. No ano de 1973, o então distrito do município de Osório foi indicado para implantação de uma APSAT, que era parte do referido Programa APSAT e que tinha como objetivo a mecanização e aprimoramento técnico das pequenas unidades produtivas agrícolas (WICKERT, 2002). A APSAT de Maquiné existiu por mais de trinta anos e tinha como principal atividade o compartilhamento de tratores e implementos agrícolas entre seus associados, também contando, por mais de vinte anos, com a assistência de um técnico cedido pela Secretaria Estadual de Agricultura.

Segundo um estudo de situação realizado pela Emater (1993³⁸, apud WICKERT, 2002), registrava-se no ano do estudo, 1.300 hectares de área cultivada de horticultura no município, posicionando-o, um ano após a sua emancipação, como o maior produtor deste gênero agrícola entre os municípios do litoral norte do RS.

Maquiné possuía, em 2010, uma população de 6.905 pessoas, PIB *per capita* de R\$ 10.878,35 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,682. Trata-se de um município cuja atividade agrícola tem grande relevância econômica: em 2009, o valor adicionado bruto da agropecuária ao PIB municipal correspondia a 21,7% do total³⁹, bem acima dos percentuais do valor adicionado pela agropecuária no RS (7,1%) e no Brasil (5,7%) no mesmo ano (IBGE, 2014a).

Entre as atividades agropecuárias, a atividade olerícola desempenha um papel de destaque no município. O atual prefeito, que já está em seu segundo mandato, é reconhecido pelos produtores como um ator importante do desenvolvimento da

³⁸ EMATER. Rio Grande do Sul. **Estudo de situação do município de Maquiné**. Porto Alegre, 1993. Mimeografado.

³⁹ A indústria adicionou 21,55% e os serviços 56,71% no mesmo período.

agricultura, tendo sido durante muitos anos o funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura atuando junto à APSAT.

- **A utilização do PRONAF associada ao acesso de mercados**

O PRONAF é muito utilizado pelos agricultores de Maquiné, a maioria dos entrevistados é extremamente familiarizada com o mecanismo do crédito. Segundo informação do escritório local da Emater-RS/ASCAR, no último ano-safra o valor total dos financiamentos foi cerca de 3,5 milhões de reais, a maior parte para financiamentos de investimento acessados na linha Mais Alimentos. Alguns agricultores não conseguem mais acessar o financiamento porque a renda bruta do estabelecimento supera os 360 mil reais por ano estabelecidos como um dos requisitos para obtenção da DAP, todavia, conversei com um desses agricultores, que afirmou já ter acessado PRONAF no passado e o último financiamento foi pela linha Mais Alimentos.

A utilização do PRONAF pelos agricultores de Maquiné e a criação da linha de financiamentos de investimento denominada Mais Alimentos, em 2009, possibilitou uma intensa mecanização das unidades produtivas do Vale do Maquiné. São tratores, implementos, caminhões, veículos agrícolas, câmaras frias. Foi observado que alguns parceiros, ou seja, trabalhadores rurais que não têm terra, também têm acessado a linha Mais Alimentos para aquisição de tratores. As relações de parceria serão abordadas mais adiante.

Atualmente, existem produtores em situações diversas, inclusive, alguns produtores que desistiram da atividade olerícola e voltaram a plantar fumo. Entretanto, segue expressivo o contingente de estabelecimentos agrícolas especializados na produção de gêneros de horticultura.

Além dos contratos com as redes do varejo alimentar e da comercialização na CEASA, os produtores/agricultores de Maquiné também comercializam sua produção em supermercados e feiras nos municípios vizinhos.

Foi constatado que o PRONAF vem sendo utilizado indiretamente pelas redes varejistas, que mediante utilização de seu poder de mercado, impõe exigências que obrigam os produtores a recorrerem ao crédito do PRONAF, sobretudo o de investimento, para construção de estufas e aquisição de câmaras frias, por exemplo. A fala abaixo reflete essa realidade:

Só que agora o Záfari colocou uma lei. Já faz dois anos que ele colocou essa lei: “rúcula e alface americana nós não compramos mais de chão, de rua. Alface lisa e crespa ainda compramos porque ainda não existe estufas suficiente, mas alface americana e rúcula não queremos mais de chão”. Agora esse ano eles colocaram, apertaram mais ainda o cinto. “Não queremos mais alface da rua, vocês se virem. Vão fazer estufa, porque nós só vamos comprar de vocês se for de estufa, nós vamos vistoriar se é de estufa mesmo”. Eles baixam a lei, tá ali e eles [produtores/agricultores] são obrigados a cumprir. “Vocês querem nos fornecer? façam estufas” (Rosana⁴⁰, produz em estufa e vende sua produção para um intermediário que revende para o Záfari).

Grandes redes do varejo alimentar são abastecidas pela produção oriunda de Maquiné, são elas: Záfari, Carrefour, Walmart e McDonald’s. Essas empresas estabelecem contratos com alguns produtores mais capitalizados e altamente especializados na produção de alguns gêneros. Foram identificados cinco produtores que operam em relação contratual com tais redes no município.

Apesar de o vale do Maquiné ser muito propício à produção de hortaliças, o forte calor do verão e o risco de enchentes inviabilizam esse tipo de lavoura durante alguns meses, motivo pelo qual muitos produtores cultivam milho durante esta estação do ano. Nos anos recentes, alguns produtores, especialmente aqueles que possuem contratos com as redes varejistas, passaram a plantar hortaliças em terras próprias ou arrendadas no município vizinho de São Francisco de Paula. Eles foram seguidos por produtores médios que almejam comercializar seus produtos durante os meses em que as hortaliças costumam atingir os melhores preços na CEASA e também quando há um aumento da demanda pelos turistas que frequentam as praias do litoral norte.

- **Exploração do trabalho**

O Censo Agropecuário IBGE 2006 registrou a existência de 691 estabelecimentos agropecuários no município, nos quais estavam ocupadas 1.500 pessoas. A condição legal dos estabelecimentos registrada pelo IBGE apontou que 551 produtores eram proprietários e os demais são ocupantes, parceiros e arrendatários (IBGE, 2014a).

Os produtores mais capitalizados realizam as chamadas “parcerias”, com diversos “plantadores”. A parceria consiste no arrendamento de uma pequena faixa de terra para trabalhadores que recebem do proprietário da terra os adubos, defensivos,

⁴⁰ Todos os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, preservando o anonimato dos mesmos.

serviços de máquinas, irrigação, entre outros insumos produtivos. Os arrendatários plantam, colhem e preparam as hortaliças para a comercialização, lavando-as, embalando-as e preparando-as para entrega. As hortaliças saem do estabelecimento prontas para irem às prateleiras dos supermercados. Os plantadores têm bloco de produtor e seu pagamento corresponde a um percentual, pré-acordado com o proprietário, do valor pago pela rede varejista ao proprietário da terra. Foram observados percentuais de 30%, 40% e 50%.

Observou-se que os produtores que fornecem para as redes varejistas, além do trabalho dos parceiros, também contam com o trabalho de alguns assalariados nas tarefas de pós-colheita e, sobretudo, nas tarefas de transporte do estabelecimento rural às centrais de distribuição das redes varejistas, localizadas na região metropolitana de Porto Alegre. Eles são obrigados por contrato a fornecer as quantidades requeridas pelo comprador e, em caso de intempéries, compram a produção de outros agricultores na região ou até mesmo importam de outros estados. Outra peculiaridade dos contratos firmados com as redes varejistas é que os produtores pagam uma taxa para que as redes exponham os produtos nas prateleiras dos supermercados, cerca de vinte por cento. Essa taxa é atribuída às avarias, à logística e à propaganda fornecidas pela rede supermercadista.

Quando perguntado sobre como surgiram as parcerias no município, um dos entrevistados, que comercializa sua produção na CEASA, respondeu:

Eu trabalhei com empregado... eu acho que uns dez anos. Mas aquele pessoal que tinha compromisso sabe? “Hoje eu vou trabalhar”, ele vinha. Vinha mesmo. Depois esse pessoal começou a ficar mais velho, começou a sair, porque nunca trabalhou comigo gente... naquela época que trabalhava mesmo... gente nova né. Sempre pessoas mais velhas do que eu. Mas era gente de compromisso. Se tinha que vir, eles vinham. Depois veio a gurizada mais nova... hoje por exemplo, tem que fazer uma carga de caminhão [estava chovendo no momento da entrevista]. Chova ou não chova, tu tem que fazer. É compromisso lá [CEASA] né. Eles tão tudo na roça colhendo. Se tu fizesse... se eles fossem teus empregados, empregado que eu digo é trabalhar contigo né, por exemplo, diarista, ou semanal, ele hoje ele não vinha! E te deixava empenhado. Aí foi, daí eu pensei assim, “vamo mudar esse negócio, que nós temos que mudar”. Vai fazer assim, que daí eles têm compromisso, eles vão ter que colher o que é deles se eles quiserem ganhar. Ele produziu, se hoje ele não vier colher, ele vai perder. Vai perder. Ficou na roça, ele não ganha. Aí foi uma solução que a gente achou, e boa [Olavo, agricultor aposentado, comercializou na CEASA durante muitos anos e, atualmente, os filhos continuam produzindo e comercializando via CEASA].

Kraemer (2012) relata alguns fatos, tais como a mudança na lógica de circulação dos produtos com o advento do complexo rodoviário, as expropriações de terras, a emergência de novas técnicas de cultivo com forte dependência de insumos externos, as

legislações ambientais que transformaram antigas áreas de cultivo em áreas de preservação permanente. Tais fatos contribuíram para que muitos agricultores se vissem obrigados a vender sua força de trabalho de diversas maneiras, uma delas é representada pelo cultivo de terras alheias nos sistemas de parceria. Segundo um casal de agricultores aposentados, a proibição do cultivo nos morros, levou muitas famílias a trabalharem em sistema de parceria com produtores de hortaliças:

Com esse negócio, igual eu te expliquei, de não poder mais trabalhar no morro, tem muita propriedade no Maquiné, pode ver que a geografia do Maquiné... tu pode ver, só no olhar tu já vê: são terrenos com 3000 metros. Tem terrenos que não têm um metro de várzea, é só morro [...] essas famílias não têm como sobreviver, quando eles se criaram, eles podiam plantar feijão, plantar milho no morro, agora não pode mais derrubar um pau. Aí o que eles vão fazer? Eles se obrigam trabalhar ali, plantar pra ganhar o pão de cada dia. Assim é que eles [produtores de hortaliças] conseguem [a mão de obra dos parceiros]. Que nem o Camilo⁴¹ tem vinte e poucos grupos, um planta espinafre, que ele tem uma babilônia de légua, o Camilo né? e os outros [grandes produtores] também, mas só pegar o Camilo de exemplo, um [parceiro] planta repolho, o outro planta espinafre, o outro beterraba, o outro planta couve-flor, o outro planta alface, o outro planta rúcula, o outro planta chicória, e assim, cada um planta uma coisa. (José e Luzia, agricultores aposentados).

A exploração do trabalho é praticada em grande parte dos estabelecimentos visitados, sendo mais observada nos estabelecimentos que se relacionam diretamente com as redes varejistas ou os que são comerciantes mais fortes dentro da CEASA.

- **Mecanização e associativismo no vale do Maquiné**

Uma questão relevante sobre a atividade olerícola no município é o aspecto da mecanização agrícola. Conforme mencionado anteriormente, Maquiné foi um dos locais a possuir uma Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT). A referida Associação foi tema de um estudo realizado por Wickert (2002).

Quando Wickert (2002) pesquisou a APSAT, a Associação ainda não havia sido extinta, mas já se observava a paulatina redução das horas/máquina prestadas. De acordo com um ex-dirigente da APSAT,

[...] só no [PRONAF] Mais Alimentos, foram vendidos mais 76 tratores. Já tinha 240. Então, o que aconteceu: o colono desenvolveu. Ninguém enriqueceu. Tem essas famílias que enriqueceram, foram pra frente. O colono largou o boi de lado, largou a tobata de lado e foi trabalhar com o trator [...]. Só que hoje ninguém precisa mais, ninguém, assim, é modo de dizer, os que

⁴¹ Substituição do nome mencionado por um fictício.

puderam compraram. [...] Quem tem dois hectares de várzea, tem trator. Então o que eu vou fazer? Não tem mais necessidade. Tive que ir vendendo [os tratores, para cobrir as despesas que não podiam ser pagas devido à redução das horas/máquina prestadas]. [...] Foi pra um ponto que a APSAT começou a dar prejuízo (José, agricultor aposentado e ex-presidente da Apsat).

A monografia de Wickert (2002) aponta que a APSAT de Maquiné, criada em 1973, subsistiu aos períodos de elevada inflação, quando os custos de manutenção se tornaram altos para os agricultores participantes da associação e também, posteriormente, à extinção do Programa APSAT, por parte da Secretaria Estadual de Agricultura, no ano de 1997. Todavia, as dificuldades para obtenção de auxílio creditício pela Associação, somadas à explosão da frota de tratores e equipamentos agrícolas associada ao PRONAF, foram cruciais para o encerramento da Associação no ano de 2009.

6.2 A SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES OLERICULTORES DE NOVA SANTA RITA EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O município de Nova Santa Rita foi emancipado de Canoas pela Lei Estadual nº 9.585, de 20 de março de 1992 (IBGE, 2014b). Segundo o Censo Demográfico IBGE de 2010, a população total de Nova Santa Rita era de 22.716 pessoas, destas, 3.241 pessoas residiam no meio rural e 19.475 residiam no meio urbano.

O Censo Agropecuário IBGE 2006 registrou que os 479 estabelecimentos agropecuários existentes no município ocupavam uma área de 12.389 hectares, de um total de 21.787 hectares (IBGE, 2014b). Também foi registrado, que 4.450 hectares estavam destinados às lavouras temporárias, onde se destacam o arroz (3.900 hectares plantados), o milho (300 hectares plantados), a mandioca (200 hectares plantados) e o melão (150 hectares plantados) (IBGE, 2014b).

O município de Nova Santa Rita é reconhecido pela produção de melão e promove bianualmente a Festa do Melão, que costuma ocorrer no auge do período de colheita, entre os meses de novembro e dezembro. É comum que os agricultores que realizam o plantio de melão, também cultivem hortaliças, como repolho, brócolis, alface, couve, etc. A comercialização ocorre via CEASA, ou diretamente a pequenos

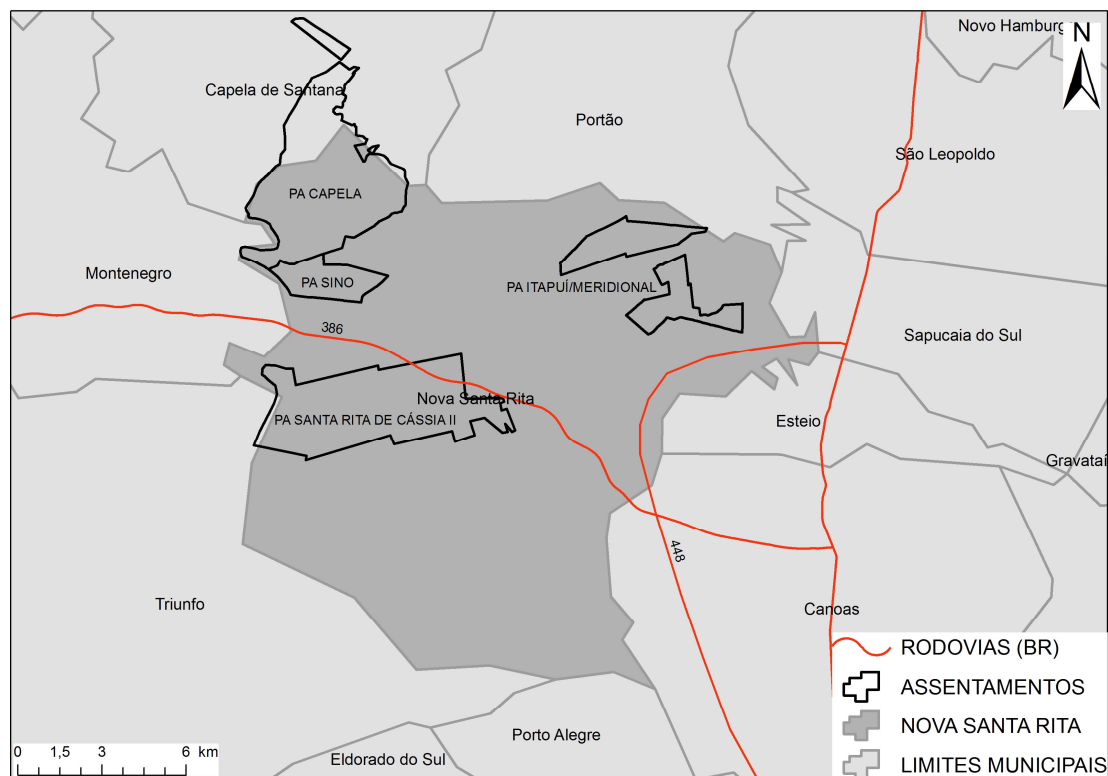
mercados locais, sobretudo nos municípios de Canoas e Porto Alegre. Registra-se também a comercialização, principalmente do melão, para grandes redes supermercadistas.

Nova Santa Rita é um município pertencente à região metropolitana de Porto Alegre, estando a, aproximadamente, 26 km da capital (maior PIB da região e do estado) e 15 km de Canoas (segundo maior PIB da região; terceiro maior do estado) (IBGE, 2013). A proximidade com o meio urbano e com municípios que detêm as maiores economias da região metropolitana é um elemento que não deve ser desprezado pela capacidade de absorção de mão de obra – associada aos setores industrial e de serviços – e também pela própria expansão do tecido urbano para Nova Santa Rita, onde já se verifica a existência de 772 empresas atuantes. No município, de um total de 6.911 pessoas ocupadas, 5.908 são assalariadas (IBGE, 2014b).

A localização de Nova Santa Rita também acarreta a valorização dos imóveis no município e muitos terrenos são mantidos para especulação imobiliária. Alguns agricultores entrevistados arrendam terras para a produção, pagando cerca de R\$1.500 por hectare por safra (quatro meses), um valor bastante elevado para a atividade agrícola. Para dimensionar a importância das áreas de arrendamento é preciso saber que de 12.390 hectares da área total dos estabelecimentos agropecuários, 2.138 hectares são arrendados (IBGE, 2014b). A utilização de terrenos para especulação imobiliária já foi a causa de ocupações pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município e algumas dessas áreas se tornaram assentamentos rurais.

Há em Nova Santa Rita quatro assentamentos da Reforma Agrária, quais sejam, Itapuí Meridional, criado em 1988, Capela, criado em 1994, Sino, criado em 1994, e, Nova Santa Rita II, criado em 2005. Nos quatro assentamentos, segundo cadastro do Incra, estão assentadas 282 famílias (BRASIL, 2014d). Os assentamentos podem ser observados na Figura 6.

Figura 6 – Nova Santa Rita



Elaborado por Marcos Lima Pereira utilizando o *software* ArcGIS.

A assistência técnica e extensão rural em Nova Santa Rita são prestadas por duas entidades, a Emater-RS/ASCAR, que possui um escritório local no município, e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTec), cuja sede se situa no município em questão. A COPTec atende o público dos assentamentos de diversos municípios, ela se organiza em núcleos que estão distribuídos em todo o estado. Ao todo são 9 núcleos operacionais estabelecidos nos municípios de Candiota, Pinheiro Machado, Santana do Livramento, São Gabriel, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, Tupanciretã, Eldorado do Sul e Nova Santa Rita. Por meio dos núcleos operacionais a COPTec atua em 36 municípios, assistindo as famílias de 135 assentamentos⁴².

De modo geral, a COPTec assiste os agricultores e agricultoras assentadas, enquanto a Emater-RS/ASCAR atende os demais agricultores familiares do município. Todas as Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP), incluindo as dos assentamentos, são emitidas pela Emater-RS/ASCAR, que assiste diretamente um público de 280 famílias, entre agricultores familiares, pecuaristas familiares e pescadores artesanais.

⁴² Site da COPTec. Disponível em [http://www.COPTec.org.br/COPTec.html]. Acesso 02/09/2014.

A COPTEC, juntamente com outras cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados Região Porto Alegre (COOTAP), vem realizando trabalhos de inclusão produtiva dos assentados por meio do acesso a políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- **O fomento estatal à criação de mercados específicos**

O PAA foi instituído em 2003⁴³, com o objetivo de incentivar a agricultura familiar por meio de ações que visam à distribuição de alimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e também à composição de estoques estratégicos (BRASIL, 2006). O programa se traduz na compra de alimentos pelo Estado e distribuição às entidades da rede socioassistencial⁴⁴ e aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Os recursos disponibilizados para a execução do PAA são oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com estados e municípios. Nas operações executadas pela CONAB, os agricultores devem estar organizados em associações e cooperativas (BRASIL, 2011a).

Em Nova Santa Rita, além do PAA, outras vias de comercialização utilizadas pelos agricultores e agricultoras assentadas têm sido o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴⁵ e as feiras nos municípios de Porto Alegre, Canoas e Nova Santa Rita. Muitas vezes, o acesso a tais mercados é condicionado pela prática da agricultura orgânica, sem a utilização de agrotóxicos, adubos químicos, e outros insumos e técnicas agrícolas convencionais.

Miranda (2010) relata o surgimento do Grupo Gestor das Hortas da Região Metropolitana de Porto Alegre no assentamento Itapuí Meridional, ocorrido em 2009. Segundo a autora, os agricultores necessitavam certificar sua produção para acessarem

⁴³ Pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003.

⁴⁴ “A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade” (BRASIL, 2005).

⁴⁵ O PNAE foi implantado em 1955, com o objetivo de atender as necessidades nutricionais dos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas ou filantrópicas. A Lei nº 11.947, de 16/6/2009, determinou que 30% do orçamento do Programa deve ser obrigatoriamente investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar (BRASIL, 2009).

as feiras e, nesse contexto, os grupos gestores começaram a ser fomentados pelo setor de produção do MST, geridos pela Cooperativa Central dos Assentados da Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e certificados pela empresa suíça IMO Control.

A ruptura com o sistema de certificação privado ocorreu a partir de uma mudança na regulamentação que passou a facultar a certificação por auditoria para a agricultura familiar. Logo, outros grupos gestores se formaram nos assentamentos e iniciaram a certificação via Organizações de Controle Social (OCS's), permitida em casos de venda direta. A OCS é assim definida no inciso VIII do Artigo 2º, no Decreto 6.323/2007:

Organização de controle social: grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade (BRASIL, 2007, n.p.);

A decisão de romper com a certificação privada teve como um dos motivos os altos custos e a intransigência da certificadora suíça, conforme se observa no relato de um agricultor e de uma extensionista rural nos trechos abaixo:

Começamos com a IMO. A IMO é particular né. É uma certificadora particular, empresa né. Começamos com ela. O pessoal da COCEARGS arrumou, foram eles que conseguiram. Daí vieram perguntar se eu queria, eu falei “tá”, como a gente fazia feira né... daí entramos juntos. Já tava no grupo Herval⁴⁶ [...] Faz anos que já estamos na luta. Depois, aí saímos fora daí. [...] Daí que foi criada essa OCS. [E tem diferença?] Tem, porque aí era muito radical, não tinha conversa com eles [IMO]. Porque a gente faz, quem vem fazer a certificação nossa na época aqui era a COCEARGS, só que a IMO certifica a COCEARGS, a COCEARGS certifica nós, vem descendo né. E daí eles são muito intransigentes. Não tinha diálogo com eles. Eles pegavam a legislação lá que é muito rígida, “não, não pode usar isso, tem que ser assim, assim e assim”. Pronto. Não tem diálogo. (Miguel⁴⁷, assentamento Itapuí/Meridional).

É porque daí a certificação tu tem que pagar pro técnico e essa IMO, como ela é uma empresa suíça, que tem uma representação em São Paulo, aí tu tem que pagar até a passagem de avião pro inspetor vir... e pagar alojamento, o cara não vai ficar numa pousadinha em Nova Santa Rita, fica num hotel... então, tudo isso gera um custo. Ela é uma certificadora cara. E ela usa muito os padrões europeus de certificação. Então, tem muita coisa que não se aplicava aqui pras culturas, principalmente as coisas mais tropicais. E outra, ela é bem... tem as conformidades e não conformidades, seguindo a lista dela,

⁴⁶ Grupo de agricultores do assentamento que discutiam e planejavam coletivamente a produção e o trabalho. Já estavam organizados desde o início do assentamento, atualmente, o grupo Herval é um dos grupos de hortas e certificação (OCS) na microrregional de Nova Santa Rita.

⁴⁷ Também nesta seção, assim como em todo o trabalho, foi preservado o anonimato dos agricultores.

então era aquilo ali, quadradinho assim, não tinha... [“diálogo”, Miguel completou] (Caroline, extensionista rural Emater-RS/ASCAR).

Além dos custos altos de participar de um sistema de certificação por auditoria, o investimento dos grupos gestores das hortas na constituição de OCS's reflete o engajamento em sistemas de comercialização direta via feiras e via mercados institucionais⁴⁸. Isso porque a certificação via OCS só é permitida para comercialização direta.

A adoção da certificação da produção via OCS reflete uma estratégia de alcance dos mercados (institucionais e convencionais) mais coletivizada e, portanto, menos individualizada, porque se baseia no princípio de controle social e na relação de confiança entre os envolvidos. Tal estratégia é especialmente reveladora sobre o modo como a organização dos grupos gestores das hortas vem viabilizando a inserção dos agricultores nos mercados institucionais, como reflete o depoimento da agricultora assentada sobre a recusa dos assentados em concorrerem entre si:

Aí tem aquele negócio que eles fazem no final do ano... chamada pública. Eles fazem a chamada pública, daí tem que esperar a chamada pública pra depois abrir as tais de licitação. Daí a gente fez assim, um acordo entre os assentados [...] de não abrir licitação, a gente espera a chamada pública porque é obrigado, tem que esperar a chamada pra fazer um novo projeto para... aí, então a gente fez esse acordo pra não haver disputa. Que nem assim, vai ter dois grupos né, [como assim, Sônia? a licitação seria feita pela Prefeitura?] eu não sei te explicar bem direitinho como que é, eu sei que tá, tem essa tal de chamada pública, que o Estado envia pros municípios pra contratar desde um serviço de obras, ou alguma coisa que tem que fazer, daí tem que ter licitação pra ver o melhor preço, entendeu? Aí tem a licitação, daí as empresas lá enviam, “ó, faço tal coisa, meu preço é esse, coisa e tal...”, daí a prefeitura que avalia isso. Daí a gente, entre os assentados, a gente disse, **olha, pra que? porque haver essa disputa entre as pessoas assentadas?** Se fossem assentados e pessoal da cidade, tudo bem. Mas não, é da agricultura familiar! Daí então, daí a gente teve esse acordo entre nós assentados, o grupo que quer entregar e ter um lucro bem pequenininho, daí tinha **um outro grupo que queria entregar também**, daí que foi conversado, foi acordado entre nós e com a prefeitura assim, olha, então invés de estar abrindo licitação, então **a gente faz um grupo só**, um grupo só pra entregar em todas as escolas. Aí a gente tem um grupo que entrega pra todos, creche, tudo. Até escola estadual, que antes as escolas estaduais não éramos nós que entregávamos. Daí eles podiam comprar de qualquer outro produtor de fora, ou de assentados. Até compravam do pessoal [assentado], mas não tinha compromisso, sabe? Não, a gente agora tem um contrato pra entregar o ano todo na escola (Sônia, agricultora, assentamento Nova Santa Rita II).

⁴⁸ O termo “mercado institucional” designa uma esfera de comercialização e consumo criada por programas públicos de compra de parte da produção da agricultura familiar. No âmbito do governo federal são quatro programas: PAA, PNAE, PNPSB (Política Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade) e PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade).

A organização dos agricultores assentados nos grupos gestores das hortas lhes permitiu acordar que as famílias interessadas compusessem um único grupo no projeto de venda a ser apresentado na chamada pública do PNAE, evitando que houvesse/haja disputa de projetos e preços entre os agricultores assentados. O acesso ao PNAE acontece desde 2009, quando uma mudança institucional determinou que 30% das compras do programa sejam oriundas da agricultura familiar. No início de 2010 as famílias já iniciaram as entregas para o PNAE.

Ainda sobre a questão da duração dos contratos, a mesma entrevistada relata uma experiência que evidencia os limites do processo licitatório tal como ocorre em outros municípios:

Que nem, uma vez teve a oportunidade de entregar pra merenda escolar lá de São Leopoldo, ia ter bastante gente, isso ia ajudar bastante gente a plantar, pra ganhar dinheiro e tudo. Quase na hora de assinar o contrato, o que que foi vir: era contrato de três meses. Aí eles não gostam do produto, “ah deu problema com isso, deu problema com aquilo”, eles cancelam o teu produto. Daí o que tu vai fazer com o produto que tem na tua horta sabe? E aqui na prefeitura é contrato de um ano. [...] Daí a gente que vê, a gente faz reunião e vê como está o produto, tem que fazer isso aí né? (Sônia).

Ao longo da pesquisa de campo tive a oportunidade de vivenciar um exemplo do modo como é realizado o diálogo e levantamento de demandas de acesso aos mercados institucionais entre as famílias. No dia 17 de julho de 2014, participei de uma reunião de um dos núcleos assistidos pela COPTec, que abrange os assentamentos dos municípios de NSR, Taquari, Montenegro e Capela de Santana. A reunião aconteceu na sede da Cooperativa e reuniu agricultoras e agricultores de vários assentamentos, cerca de cem pessoas. Na reunião, os grupos das hortas⁴⁹, que também são grupos de trabalho da certificação OCS, avaliaram diversos aspectos relacionados ao PAA e também levantaram demandas e propostas para o próximo projeto PAA a ser apresentado à CONAB.

Durante a reunião – mas não só, também em conversas e entrevistas – surgiram reclamações sobre os valores pagos no PAA. Conforme consta no artigo 19 do Decreto nº 7.775/2012⁵⁰, os valores pagos por unidade familiar por ano variam conforme a modalidade acessada:

(a) R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), por ano, na modalidade Compra com Doação Simultânea; [grifo da autora] (b) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Compra Direta; (c) R\$ 4.000,00 (quatro

⁴⁹ Grupos: Tche Guevara, Amigos da Natureza, Amigos da Terra, Barragem, Defendendo a Natureza, Herval, Itapuí III, Capela II, Santa Maria, Taquari e São José.

⁵⁰ Datado de 04 de julho de 2012.

mil reais), por semestre, na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; (d) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Apoio à Formação de Estoques; (e) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Compra Institucional; e (f) até 8.000,00 (oito mil reais), por ano, nas demais modalidades definidas pelo GGPAA;

A remuneração correspondente à primeira modalidade está destacada porque consiste no tipo acessado pelos agricultores de NSR. Isso significa que as famílias vêm recebendo, em média, R\$ 458,33 por mês. No próximo PAA a ser executado, o valor será reajustado para R\$ 6.500,00 por ano, conforme decisão ocorrida no final de 2013. Isso significa que a unidade familiar poderá receber, em média, R\$541,67 por mês. Apresento os valores como média, pois os pagamentos podem variar a cada mês dependendo da quantidade e dos tipos de produtos entregados. O equacionamento para o alcance do valor total por família é obtido por meio do diálogo entre os técnicos da COPTEC e os agricultores e agricultoras a cada entrega do PAA.

Embora se escute críticas vindas dos agricultores sobre a metodologia de cálculo de preços⁵¹ adotada pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA), os movimentos sociais têm reivindicado o aumento do valor da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), conforme se observa no documento intitulado “Mercado Institucional: avaliação de programas no Brasil” (HERRERO; BELLINGER, 2014). Ou seja, pauta-se, não a elevação dos preços pela alteração da metodologia de cálculo, mas sim o aumento do limite anual pago por DAP no âmbito do PAA. Desse modo, a luta se constitui pela ampliação da produção e pela ampliação do mercado institucional do PAA, estimulando a organização dos agricultores (HERRERO; BELLINGER, 2014).

- **A crise do PAA**

No ano de 2013, comemorou-se dez anos da instituição do PAA. Foi um ano de avaliação e levantamento de demandas, que inspiraram o esforço de construção do material citado no parágrafo anterior (HERRERO; BELLINGER, 2014), mas também foi um ano de ataques ao programa, ataques que provocaram insegurança para os agricultores que fornecem ao PAA. Durante a participação de um dia de coleta e distribuição de alimentos junto à COOTAP, no município de Eldorado do Sul, em

⁵¹ O cálculo é baseado na obtenção de uma média de três pesquisas de preços observados no mercado atacadista local ou regional nos últimos doze meses.

outubro de 2013 (fase pré-campo), a pergunta que mais ouvi durante todo o dia de trabalho foi: “vão tirar o PAA de nós?”.

A crise do PAA teve como estopim a ida do governo dos Estados Unidos da América à Organização Mundial do Comércio (OMC), em setembro de 2013, para exigir transparência do governo brasileiro quanto aos recursos destinados para programas de alimentação, levantando a suspeita de que poderiam se tratar de artifícios para ocultar uma maneira ilegal de subsidiar a produção agrícola no país⁵².

A execução do PAA também foi questionada em uma operação da Polícia Federal chamada “Agro-Fantasma”, que prendeu onze pessoas no estado do Paraná em setembro de 2013 por suspeita de fraude⁵³. Segundo Dorizete Cosme, representante da Via Campesina,

[...] as organizações camponesas e o programa estão sofrendo pressões, tanto em âmbito nacional com internacional, que colocariam os pequenos produtores como verdadeiros “foras da lei” e afetariam o relacionamento com a CONAB. [...] Os funcionários da CONAB estão hoje trabalhando com certa restrição, coagidos, porque existe pressão grande sobre a forma de implantação do PAA. Entendemos que há necessidade de controle maior, mas precisamos reavaliar o comportamento de agentes que trabalham no âmbito da fiscalização – lamentou⁵⁴.

A necessidade de controle imposta aos programas relacionados à criação de mercados institucionais tem provocado uma multiplicação das tarefas de gestão dos mesmos. A maior necessidade de controle mencionada por Cosme tem se traduzido em um excesso de documentos solicitados que vem aumentando sobremaneira as tarefas e procedimentos de gestão do programa.

A crise do PAA provocou, conforme mencionado anteriormente, grande insegurança nos agricultores e agricultoras que têm nesse mercado institucional uma importante fonte de renda e estímulo à produção. Em uma das entrevistas essa questão ficou bastante evidente:

[E faz quanto tempo que estão participando do PAA?] Ah, o PAA nós tamos com dois anos e meio. Por aí que nós tamos entregando. Só que o PAA teve mal, a gente ficou esperando aí um tempo, não pagava, não pagava, pagava um pouco, tem muitas famílias que tavam desanimadas com o PAA, pararam

⁵² *EUA questionam isenções e ações de programas sociais brasileiros*. Publicado em “Estadão”. Publicado em 23 set. 2013. Disponível em: [http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,eua-questionam-isencoes-e-aco-es-de-programas-sociais-brasileiros-imp-,1079321]. Acesso 15 agosto 2014.

⁵³ *PF prende 11 e intima 34 para depor por suspeita de desvio do Fome Zero*. Publicado 24 set. 2013. Disponível em: [http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/09/pf-faz-balanco-de-acao-que-prendeu-suspeitos-de-fraude-no-fome-zero.html]. Acesso 15 ago. 2014.

⁵⁴ *Agricultores familiares defendem Lei para fortalecimento do Programa de aquisição de Alimentos*. Publicado 30 de maio de 2014. Disponível em: [http://www.mpabrazil.org.br/noticias/agricultores-familiares-defendem-lei-para-fortalecimento-do-programa-de-aquisicao-de]. Acesso 15 ago. 2014.

até de plantar um pouco. É que deu aqueles problemas lá pra cima, não sei onde é que foi né. Negócio lá de pagamento, não sei o que que foi lá. Desvio de dinheiro ali na CONAB né, deu Paraná e Santa Catarina. E nós sofremos muito. Mas também não podia entregar. Ficaram meio parados. [...] Só que a gente tava entregando pra não perder, só que a gente não sabia se ia receber. Aí sofremos um tempo aí, bah! Muitos nem fizeram horta por mode isso aí. Tava com medo que não ia mais sair PAA. Se não saísse PAA ficava mal né, as famílias produzindo, produzindo, entregar pra quem? Fazer feira? Tu vai sair nas costas daqui [assentamento] em Santa Rita fazer uma feira? Tem gente que tem condição, tem [veículo] pra levar [...] aí tem muita gente que deixou as hortas aí no mato. Ih, tem muita gente! Até nós fizemos um pouco ali, mas nós não caprichamos muito mais, porque também não tinha certeza, o que que adianta tu trabalhar, trabalhar e não receber? Aí tu vai e perde a vontade de trabalhar. Aí tem muita gente aí que parou com as hortas por esse motivo. Que nem tu vai visitar as casas, tu vai ver que tem um monte de gente que parou [mas e aí foram fazer o que esse pessoal?] Pois é, isso que pra nós era difícil. Porque daí aqueles que trabalham, que não têm outro trabalho né? Tem uns que se obrigaram trabalhar fora, que vai contar com aquele dinheiro do PAA... e comer... tinha que dar comida pros filhos né? Tem um monte de mulher aí que foi trabalhar fora. É uma coisa que não tinha certeza que vinha, que retornava [foram trabalhar fora... na cidade?] É, muitos pegaram... foram trabalhar de faxineira, uns foram... dar os pulo como é que podia né! Tem umas que trabalha ali no posto ali. Muitos foram trabalhar fora. Porque comer precisa né? Aí vai pagar a luz, a hora de pagar a luz tem que pagar, se tu não paga, eles cortam. Comer também... como é que tu vai... não ter o que comer pra dar pros filhos na mesa? Seis meses ficou parado. Daí é brabo. (Rosa e João, Assentamento Nova Santa Rita II)

É possível notar que os programas de mercados institucionais têm sido um estímulo para que os agricultores dos assentamentos da reforma agrária desenvolvam uma produção para comercialização, inibindo a busca de trabalho no meio urbano.

Muitos agricultores assentados também estão inseridos no PAA através da modalidade ‘doação simultânea’, por meio da organização em coletivos de produção de arroz. Os grupos começaram a se organizar desta maneira em função das necessidades de investimento na lavoura de arroz, que são investimentos maiores e, portanto, não poderiam ser realizados individualmente, conforme a fala do entrevistado:

Tipo o meu PRONAF que eu peguei, nós juntamos treze pessoas e compramos um trator. Com meia parcela minha e meia de cada um né. Então, não é uma cooperativa, não tem... mas foi uma compra coletiva. Então isso é o PRONAF... Eu fico... como é que se diz? Um depende do outro. Se der problema com um, eu fico dependente desse processo. [...] Então, sendo assim, eu fico dependente disso, ou, depois... ou individualiza, que daí é um outro processo de individualizar, ou eu fico... dependendo daquilo. Ou eu peço individual. Aí tinha essas opções. [...] [Esse era qual tipo de PRONAF?] Era o nosso primeiro PRONAF, era o A. Depois que veio o A/C. Porque nós tínhamos vinte mil. Sete eu peguei, e cada um pegou. Investiu individual. E os outros treze investimos coletivo. Pudemos ter duas opções. Parte coletiva aqui no grupo e parte individual, do mesmo projeto. É que ele tinha que pegar em três vezes. Claro, aí nós fomos discutindo e nós juntamos. O primeiro nós pegamos junto. Uma de sete e duas de seis e meio, deu treze. Como nós íamos comprar o trator, de cento e poucos mil, nós juntamos as duas [parcelas]. Você não ia comprar meio trator, depois mais meio trator [risos]. Então, o banco conseguiu fazer essa... Mas era pra ser três vezes [três

parcelas]. [É daqueles tratores de arroz?] Isso. (Mateus, Assentamento Nova Santa Rita II)

- **As limitações relacionadas ao PRONAF**

É possível perceber que o modo como os assentados entrevistados em Nova Santa Rita lidam com o financiamento PRONAF (e também com o extinto PROCERA) é peculiar quando comparados com outros agricultores familiares do mesmo município e também de Maquiné. A elaboração de um projeto coletivo de utilização do financiamento junto à instituição financeira é uma dessas peculiaridades.

Uma questão a ser levantada é que o financiamento chegou para muitos agricultores assentados no início do assentamento, em um momento de baixa estruturação. Segundo a fala de uma entrevistada, “acho que nós nem tinha as casas, a gente já tava pegando o PRONAF”, fato que pode ajudar a explicar as limitações para a quitação da dívida contraída.

A fala de outro entrevistado, integrante de um coletivo de produção de arroz, dá uma pista sobre o problema anteriormente mencionado ao apontar que, naquele momento inicial, o valor do financiamento foi insuficiente para as necessidades de investimento:

O PRONAF, no início do assentamento, ele é bem difícil, porque é um recurso do ponto de vista do investimento, que não é... É um recurso pequeno pra você iniciar uma produção tão grande [arroz]. Como, por exemplo nós aqui, investimos nosso PRONAF todo na área de arroz, compramos trator, equipamento... um grupo de produção. Foi todo nosso PRONAF. Não sobrou pra comprar um machado, uma foice pra iniciar uma horta sabe? Roçar ali... Então, do ponto de vista dos investimentos eles poderiam ser maiores. [Foi PRONAF A?] Sim, vinte e um mil reais. A gente tinha um grupo, gastamos só em trator cem mil. Foi todo. E aí, mais os equipamentos foi... [todo]. (Renato, assentamento Nova Santa Rita)

Além da questão levantada por Renato, houve falhas e imprevistos nas opções e estratégias de investimento.

Tche, eu na realidade, assim, eu produzia no começo do assentamento, eu tinha lavoura extensiva, eu plantava soja, milho, trigo, feijão, lavouras lá do Alto Uruguai [O senhor veio de lá?] Sim. Eu me criei plantando esses tipos e a gente veio pra essa região, em 88, e a gente pensava que era a mesma coisa sabe? E eu me estruturei assim, tche, eu só não tinha colheitadeira, porque senão mais, eu tinha todo o maquinário pra fazer lavoura extensiva, mas daí eu me ferrei né filha, porque aqui não é esse tipo de cultura que se planta, pra ganhar dinheiro e o problema é que estraguei toda a terra, entende? (Sebastião, assentamento Itapuí/Meridional).

O relato acima foi feito por um agricultor do assentamento mais antigo de Nova Santa Rita, em referência ao acesso do PROCERA, a recorrência de relatos como esse levam a pensar sobre as limitações do acesso à assistência técnica nesse momento decisivo de acesso do financiamento que é elaboração do projeto de investimento. Pude ouvir um relato semelhante, na fase pré-campo, no assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini, situado ao sul do estado, na região dos pampas. Lá, há 22 anos, os assentados iniciaram a produção baseada em lavouras extensivas, com as quais já estavam acostumados, e tiveram grandes perdas. Hoje, tais agricultores estão mais estruturados e mudaram sua estratégia produtiva, baseando-a, por exemplo, na diversificação da produção, na organização de uma Cooperativa de produção e trabalho e no acesso aos mercados institucionais. Ou seja, o problema relatado pelo agricultor de NSR não é exclusivo daquele assentamento.

Os problemas decorrentes de erros na elaboração de projetos, somados à baixa estruturação dos assentamentos no momento de acesso ao crédito e, em alguns casos, a insuficiência do valor e a demora para a chegada do dinheiro, acarretaram a frustração dos projetos de investimento traçados por muitos assentados, denunciando certa continuidade de problemas já vivenciados nos assentamentos mais antigos em relação aos programas de crédito rural. Alguns desses elementos podem ser verificados no relato de uma agricultora do assentamento Nova Santa Rita II:

Não dava pra ti fazer muita coisa né. Eu tinha... nós perguntamos aquela vez porque que não vinha tudo de uma vez. Conseguia comprar mais coisas. Assim, tu fazia plano de comprar aquela coisa, até quando vinha o PRONAF, aquela parte já não dava mais com o dinheiro que tu tinha feito o plano. Porque uma vaca de leite, menos de mil e quinhentos tu não compra. Que nem a gente fazia plano, “bah, dá mil né?” Até quando vinha o PRONAF já tava mil e quinhentos a dois mil. Daí a gente fez muita pouca coisa sabe? com o PRONAF, porque foi muito picado, veio... o último veio cinco mil e quinhentos. Aí com cinco mil e quinhentos reais tu vai comprar o quê pra botar numa lavoura? É tudo caro. Aí deu pra gente dar uma remediadinha, pra gente começar. Compramos vaca, porco, então não deu muita coisa pra começar com esse dinheiro do PRONAF. Mas deu uma escoradinha deu. Não assim que... se viesse tudo de uma vez, a gente fazia mais. Que daí as coisas, com o dinheiro tudo na hora tu investe mais bem né. (Rosa, Assentamento Nova Santa Rita II)

Outro relato:

Que nem, eu não peguei PRONAF custeio pra aplicar na horta, inclusive até, no momento que nós pegamos o PRONAF A, não tinha esses projetos de horta assim, então a gente fez o projeto pra outras coisas, que nem eu fiz pra cerca, cercar o lote, fiz pra açude, coisarada sabe? Comprei vaca, galpão, coisarada... eu até comprei uma carga de esterco, comprei um sombrite, mangueira, coisa, mas a gente não tinha esses projetos ainda [PNAE e PAA]. Comprei porque eu queria lidar na terra, plantar sabe? Antes, se agente soubesse que a gente ia ter a oportunidade desses projetos de venda, se a

gente tivesse aplicado o PRONAF tudo em horta, hoje nós tava tudo rico.
(Sônia, assentamento Nova Santa Rita II)

Embora a política de crédito seja valorizada pelos agricultores familiares em geral, não somente os assentados, ela é portadora de limitações que afetam seus beneficiários, impedindo-os, algumas vezes, de quitar o financiamento. Além da questão mencionada sobre a baixa estruturação dos agricultores em seus lotes no momento do primeiro acesso, o problema do analfabetismo também foi apontado como um limitante para aderência da lógica do crédito rural à realidade dos assentados.

Os agricultores estão constantemente submetidos às intempéries, tais como enchentes, geadas e chuvas de granizo, que podem levar à perda total da produção. O zoneamento agrícola é bastante limitado, impedindo que os agricultores contratem, juntamente com o crédito, o seguro agrícola para suas lavouras. O relato de um agricultor (não assentado) elucida essa dificuldade:

Um ano que deu uma chuva de granizo nós perdemos tudo, naquele ano eu tive dificuldade, tive que arrumar dinheiro emprestado pra pagar o financiamento, pra poder renovar o financiamento, pra plantar de novo. [era de custeio?] de custeio. E nesse ano que deu essa enchente, eu perdi dezessete hectares de planta, também foi bem difícil... foi bem difícil, mas aí assim, têm os que fornecem o esterco de galinha, me forneceram o esterco sem prazo pra pagar, comprei trinta e duas cargas de esterco a setecentos reais, dá mais de vinte mil, pra pagar no fim do ano, não me deram dia pra pagar [...] falaram: “pode plantar que nós aguentamos”. Aquele cara que faz muda lá, me aguentou seis meses sem eu precisar pagar ele sabe? Me deu seis meses de carência, eu paguei... consegui pagar ele antes sabe? Mas me deu seis meses. O que me vende insumos ali também me fizeram a mesma coisa, cobraram um jurinho, irrisório sabe, pra pagar em janeiro, então.. eu tive dificuldade, mas não tive dificuldade em ter... eu tinha **crédito** pra superar aquilo ali. Pra não precisar vender o caminhão, ou vender o trator, vender o carro. Sei lá, vender outra coisa pra poder se manter. E se eu soubesse que ia dar enchente, que ia dar a chuva de pedra a gente às vezes teria economizado mais um pouco pra ter o dinheiro pra se controlar. A gente não sabe! Tá lá a mercadoria pronta pra colher, dá uma chuva de pedra, ou dá uma enchente... imprevisto. Aí o sujeito quebra. É um jogo né... risco. Risco de perder tudo (Antônio, agricultor familiar Nova Santa Rita).

Durante a entrevista, quando o agricultor falou sobre esse período, foi possível perceber a sua emoção ao recordar um momento difícil de sua vida. Felizmente, o agricultor teve “crédito” dos seus fornecedores para superar a crise. Entretanto, durante o campo, em Maquiné, ouvi relatos a respeito de pessoas que recorreram até mesmo a agiotas para conseguir saldar a dívida com o banco e ter, novamente, a chance de obter crédito para plantar e vender sua produção.

- **Renegociação das dívidas**

A questão das dívidas relacionadas ao financiamento PRONAF é mais uma peculiaridade do acesso ao crédito nos assentamentos da reforma agrária. A pressão exercida pelos movimentos de trabalhadores do campo, desde 2008, teve como resultado a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) N°4309/2014, que reativa e prorroga a resolução N°4028/2011. Tais resoluções estabelecem condições para a renegociação das dívidas dos agricultores familiares. A resolução N° 4309 estabelece e a N°4028 ratifica as seguintes exigências para contratação da composição das dívidas do PRONAF:

(a) os mutuários de operações em situação de inadimplência, na data de publicação desta Resolução, que vierem a se tornar inadimplentes após esta data devem efetuar o pagamento integral das parcelas vencidas referentes às operações objeto da composição, até a data da contratação da nova operação, recalculadas na forma das alíneas "b" do inciso V e "c" do inciso VI deste artigo, conforme a fonte de recursos e risco das operações; (b) os mutuários de operações em situação de inadimplência, na data de publicação desta Resolução, devem efetuar o pagamento de, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do saldo devedor vencido recalculado na forma dos incisos V e VI, conforme a fonte de recursos. (BRASIL, 2011b)

As exigências estabelecidas pelas resoluções supracitadas têm provocado desdobramentos quanto a não extensão dos benefícios da renegociação às famílias de agricultores adimplentes. Para elucidar essa questão será apresentada a fala de uma entrevistada:

Nós pegamos o primeiro PRONAF, eu apliquei em vaca de leite. Eu perdi tudo. Minhas vacas morreram. Não se adaptaram né. Morreram. Então daí... uma caiu ali no açude se quebrou ali... tava de terneirinho... a outra morreu, chamei o veterinário, o veterinário disse que era de desgosto. Sei lá. Tristeza que eles dizem né? Aí morreu duas vacas minha. [...] Daí o primeiro PRONAF [parcela] que eu peguei, eu perdi tudo. Bem mal investido. Mas consegui ainda pagar as duas parcelas, eu já tenho tudo em dia as minhas parcela. Tá tudo pago. E tem muitos [assentados] assim, que não fizeram giro. Que pegaram aquele pouco, investiram em gado, morreu. Até porque aqui a terra é muito úmida né, conforme o gado, não se adapta. Eu peguei vaca de leite boa, não se adaptou aqui. É muito úmido, ela não deu. Muitos foi isso aí, que nem nós. Aplicou os primeiros PRONAF mal. E não tinha, não tiveram maior giro pra pagar. É que nem eu disse que o PRONAF tivesse vindo tudo de uma vez, tu fazia alguma coisa a mais. Agora, que nem agora eu fiquei devendo... que nem eu tinha duas vacas, eu vendi as duas pra pagar o PRONAF. Que eu não queria ficar devendo né. Então eu também não tenho a vaca, mas também não tenho a dívida. Agora tem só mais uma parcela pra pagar agora em dezembro. Mas tem uns que não fizeram o giro. É pouco, o PRONAF vem vinte e um mil. Com vinte e um mil tu faz o que? Aplica mal a primeira, se foi. Então, é bem complicado (Rosa, Assentamento Nova Santa Rita II).

No trecho acima a entrevista reitera a questão da insuficiência do valor financiado e da forma de acesso em três parcelas. Algo que chama atenção no trecho é que a entrevistada vendeu duas vacas que eram importantes para subsistência familiar, pois não desejava estar inadimplente, uma vez que faz parte de um coletivo de produção de arroz e depende do acesso ao PRONAF custeio para, juntamente com o grupo, iniciar o plantio do arroz.

Outra fala sobre a renegociação deixa ainda mais clara sua repercussão no assentamento:

Nós estávamos pagando o PRONAF, então, no assentamento metade tava pagando e metade não tava pagando. Metade conseguiu renegociar e vai... nem todos vão conseguir pagar, porque tem limitações, mas a grande maioria vai conseguir agora quitar e depois conseguir acessar outros recursos. E a outra metade simplesmente não entrou nesse processo porque estavam pagando. Do ponto de vista do governo e das instituições eu vejo assim que é super natural, quem tá pagando, vão deixar assim, “tem condições de pagar”. Só que quem tá pagando também fez um esforço imenso pra conseguir pagar, remanejou onde que podia, porque sabia que era importante pagar pra conseguir ter o CPF limpo, conseguir continuar trabalhando com a economia, com o banco. Então tem uma coisa aí que é meio difícil né. Como se você... fica no ar como fosse bom tu ficar inadimplente. E não é bom ficar inadimplente. Então quem pagou disse “que azar que eu tive”, quem não pagou disse “agora sim tô bem”. E até piadinhas acontecem entre vizinhos, entre companheiros assim né, e companheiras, famílias “viu, eu te falei que nós não devíamos pagar!”. Então, cria uma ideia de que é interessante ficar inadimplente (Renato, Assentamento Nova Santa Rita II).

- **A terra é uma mercadoria?**

A realização da pesquisa de campo em Nova Santa Rita tem revelado que cada conquista dos agricultores e agricultoras organizadas vem acompanhada por limitações e desafios grandiosos. Um exemplo disso é a Medida Provisória 636, de 26 de dezembro de 2013, que zera as dívidas dos assentados referentes aos créditos de instalação fornecidos pelo INCRA. Todavia, a medida também visou estabelecer que a propriedade da habitação construída com tais recursos estivesse condicionada à titularidade da terra.

A questão da titulação tem provocado muitas controvérsias entre os parlamentares⁵⁵ e forte rejeição dos movimentos sociais⁵⁶, e motivou a realização de

⁵⁵ Titularidade da terra exigida pela MP 636 não é consenso entre deputados. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/01/titularidade-da-terra-exigida-pela-mp-636-nao-e-consenso-entre-deputados>>. Acesso em 15 ago. 2014.

uma audiência pública no dia 01 de abril de 2014. Após a realização da referida audiência pública, a comissão mista que analisou a MP revogou a exigência de titularidade, estabelecendo novas regras para a titulação e, em todos os casos, estabelecendo cláusulas de inegociabilidade⁵⁷. Os trechos da entrevista abaixo expressam a reflexão de um assentado⁵⁸ sobre a pressão urbana em Nova Santa Rita e também sobre a questão da titulação:

Tchê, é assim ó, as grandes empresas elas não têm mais onde expandir e aí onde elas acharem um lugarzinho pra se instalar, por exemplo, Santa Rita nesses últimos anos o que veio de empresas, e de empresas grandes, tche! Elas usam bastante terra, elas usam bastante área [...] [Mais adiante:] Eu faço parte daquele conselho no município. Daí, semana passada nós tínhamos uma quarta reunião, e aí estamos começando a discutir onde é que vai ser o distrito industrial do município. E disso daí [do conselho] é só mais a burguesiazinha de Santa Rita que faz parte e já falaram: “pro lado de cá do Itapuí”. E eu já berrei, claro, eu tenho que defender minhas cria né, não sei o que vai dar, não sei, porque já tem umas empresas grandes, tem umas empresas... tu viu aquele... tão fazendo um condomínio de empresa. Barbaridade, meu deus do céu! [...] E tu só vai ver no momento em que fizerem esse asfalto. Eles vão vindo, tão avançando porque não tem mais lugar na volta. Canoas tá cheio, o único espaçozinho que tem na região metropolitana é NSR. Esse que é o problema. E aí nós vamos fazer o que? [...] [Mais adiante:] Parece que no final do ano vamos conseguiu o título da terra, apesar de que pra maioria dos assentados, nunca se interessaram pelo título, o objetivo era ter a terra pra ficar em cima dela. Pra mim, papel, ter ou não ter, daqui ninguém mais me tira, né, então, isso não me faz nem mais rico e nem mais pobre eu tendo ou não as escrituras da terra (Sebastião, assentamento Itapuí/Meridional).

Os trechos da entrevista acima demonstram a consciência de que os assentamentos de NSR estão situados em uma área que sofre grande pressão imobiliária.

Encerro com a fala de um entrevistado que fez a seguinte afirmação sobre o processo:

É inegável que quanto mais o município crescer, mas vai crescer esse debate também, vai depender de nós se organizar e resistir. **Assim como a gente lutou pra conseguir a terra, a gente pode lutar também pra também se manter organizado e independente.** São processos aí, a gente nunca sabe o que pode acontecer. A gente tem que marcar posição (Renato, Assentamento Nova Santa Rita II).

⁵⁶ Em audiência, movimentos sociais defendem a não titulação dos assentamentos. Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/15866>>. Acesso em 15 ago. 2014.

⁵⁷ Perdão de dívidas de assentados é aprovada em comissão mista. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/468066-PERDAO-DE-DIVIDAS-DE-ASSENTADOS-E-APROVADO-EM-COMISSAO-MISTA.html>>. Acesso em 15 ago. 2014.

⁵⁸ A questão da titulação não foi perguntada aos entrevistados, apenas a explorei quando surgiu espontaneamente.

- **Quem assume o trabalho nos estabelecimentos?**

A pesquisa de campo revelou que as famílias de agricultores com maior estrutura produtiva e logística (terra, tratores, caminhões, etc.) dependem da exploração de mão de obra externa para a manutenção da estrutura. Em Nova Santa Rita existem alguns agricultores que utilizam sistemas de parceria semelhantes aos que ocorrem em Maquiné. O agricultor, cuja comercialização de hortaliças ocorre principalmente via CEASA, explica:

Meu sistema é assim: eu dou a terra, dou o trator, vendo pra eles [o agricultor comercializa os produtos] e na medida do possível eu ajuda o a preparar o solo, preparar a terra pra dar a terra pronta pra eles, tem um que não gosta, que ele que gosta de preparar sabe? Quer dizer, é tudo cara que tem experiência. E vendemos hoje, que nem hoje, vendi a couve-verde a 12 reais a dúzia, uma terça parte é deles, quer dizer a parte deles vai dar 4 reais. Só pra ter a mão de obra, então eu dou uma terça parte. Tem gente que dá cinquenta por cento, diz que dá cinquenta por cento, mas na verdade dá menos do que eu dou. Ele ao invés de dar o preço de 12, dá o preço de 8, vendeu a 8. Aí dá cinquenta por cento de 8... daqui a pouco dá o mesmo que eu to dando... só que eu, assim, se eu vender uma dúzia por 12, eu dou daquilo ali, se vender por 15, eu dou daqueles 15, se vender por 10, eu dou de 10. Eu faço o troço certo, então... não perco e nem quero ter lucro pra dizer que vendi a 12, ter que dizer que vendi a 10. Se vender a 6, eles também não reclamam, eles têm confiança no que eu digo (Antônio, agricultor de Nova Santa Rita).

O entrevistado já acessou várias vezes o PRONAF custeio para a lavoura de melão e retirou pelo PRONAF Mais Alimentos, juntamente com o irmão – que também é produtor rural – dois tratores, uma caminhonete e implementos agrícolas. O agricultor reflete sobre o PRONAF:

É isso aí o que tá segurando os produtores na lavoura hoje, esses custeios e o [PRONAF] Mais Alimentos e o financiamento né. Que aí tu compra e aí tem dez anos pra pagar. Dez anos tu tem que ficar na roça pra pagar aquilo ali. Então isso aí foi uma esperteza do governo, do meu ponto de vista né, de segurar os agricultores, os colonos na lavoura. “Podia até desistir de plantar... não! mas nós temos que plantar pra poder pagar isso aí”. Aí tu te empolga e já quer pegar outra ferramenta e não sai mais, aí vai naquele giro. Aí pagou aquele, foi bom, tu já compra outro (Antônio, agricultor de Nova Santa Rita).

Diante da consolidação de uma determinada estrutura produtiva, os agricultores necessitam manter um volume produtivo que justifique tal estrutura e possibilite o pagamento dos financiamentos acessados. Entretanto, são recorrentes os casos em que um ou mais membros da família trabalham no meio urbano, muitas vezes em NSR e em Canoas. Assim, os agricultores procuram contratar trabalhadores rurais como assalariados, diaristas ou parceiros. Os agricultores costumam se queixar da falta de

mão de obra e, alguns deles, atribuem a esse fato o abandono das lavouras de subsistência, para que toda a mão de obra disponível esteja em função dos cultivos comerciais, é o que se observa no trecho de uma entrevista:

A gente fazia isso aí [produção de subsistência], mas hoje sai mais barato eu plantar a verdura, eu plantar o melão, do que arrumar mão de obra pra cuidar dum pedacinho, porque aí tenho que tirar da outra coisa pra... porque a mão de obra é muito escassa aqui, pra cuidar daquilo ali [lavoura de subsistência]. Aí o que acaba acontecendo: não capina direito o feijão, chega na hora de colher, tu tá colhendo melão e outras coisas, passou do ponto, mofa lá, perde na lavoura... nem aipim que nós plantávamos todo ano, nós não plantamos mais pra comer. Por causa da mão de obra pra ir na roça capinar. Tu vai deixar de capinar tomate, melão ou vai capinar aipim? Tu deixa o aipim pra traz, aí daqui a pouco ... não dá nada que presta. Então, a gente compra aipim hoje pra... tendo a terra, tendo tudo... a gente compra aipim. A gente compra feijão, compra batata-doce, e não plantamos mais para o consumo, por causa da mão de obra. [Faz muito tempo essa mudança?] Não, isso de uns cinco anos pra cá (Antônio, NSR).

A questão da *pluriatividade* é bastante presente na realidade de Nova Santa Rita, uma vez que muitos familiares optam por trabalhar como empregados no meio urbano. Algumas considerações feitas por Silva (2013) a respeito da pluriatividade são bastante pertinentes à realidade do município de NSR – possivelmente, pela grande interação com o meio urbano sugerida no início desta seção. O conceito de pluriatividade evidencia o definimento das atividades agrícolas no meio rural brasileiro.

Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não agrícolas, garantindo sua sobrevivência através de transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não agrícolas (SILVA, 2013, p.247).

Em grande parte dos estabelecimentos visitados em Nova Santa Rita, as rendas provenientes de aposentadoria rural e de emprego em atividades não agrícolas no meio urbano, constituem importantes fontes de renda para a família. Nos assentamentos da reforma agrária também houve relatos sobre pessoas que, não conseguindo consolidar suas atividades agrícolas a ponto de sobreviverem das mesmas, “se obrigaram trabalhar fora”, mantendo as atividades agrícolas somente para a subsistência familiar.

6.3 REFLEXÃO SOBRE OS TRAÇOS E RELAÇÕES DA EMPRESA REFERENTES À POLÍTICA DE FINANCIAMENTOS E AOS CONTEXTOS ESTUDADOS

As informações coletadas e relatadas sobre o campo permitem tecer algumas considerações acerca dos principais questionamentos e objetivos que foram levantados para a realização deste estudo. Estas considerações não são conclusivas no que diz respeito ao tema, mas proporcionam reflexões que me parecem, em alguns aspectos, ratificar a ideia de que a política de agricultura familiar – centrada no crédito – é portadora de traços e hábitos fundadores da empresa, influenciando as relações mantidas pelos agricultores. Lembrando que essas relações são tomadas em sentido amplo, como querem os dois autores principais da teoria da empresarização, são, portanto, relações entre seres humanos, entre atores sociais, individuais e coletivos, mas são também relações mantidas com o tempo, o espaço, o trabalho, os objetos e consigo.

6.3.1 A presença dos traços e modos de agir e pensar entre os pressupostos, mecanismos e objetivos que orientam o PRONAF

Os traços da empresa podem ser evidenciados como pressupostos que permeiam a política pública de agricultura familiar, da qual o PRONAF é o principal instrumento. Verificou-se que o PRONAF foi instituído tendo como objetivo converter as pequenas unidades produtivas agrícolas em pequenas empresas com ampla capacidade de resposta ao mercado (GUANZIROLI *et alli*, 1994a). Esse objetivo está relacionado ao modo de agir e pensar moderno que legitima a *esfera econômica* como um alicerce fundamental da conduta humana. Pensar o desenvolvimento rural condicionado pela plena incorporação do *ethos* econômico por parte dos beneficiários da política de agricultura familiar é, na perspectiva de análise deste estudo, assumir que as famílias de agricultores deverão abandonar preocupações familiares, políticas, religiosas e estéticas em nome do sucesso da atividade econômica.

Outra característica do PRONAF relevante para a análise dos traços e modos de agir e pensar da modernidade está relacionada aos requisitos operacionais que delimitam o público beneficiário da política. Um dos requisitos estabelece que no

mínimo 50% da renda bruta familiar seja oriunda das atividades agrícolas e não-agrícolas praticadas no estabelecimento, mesmo que seja notório o fato de que muitas famílias no campo, sobretudo as mais pobres, dependam de rendas não enquadráveis neste requisito, como as aposentadorias rurais e as rendas oriundas de atividades no meio urbano ou mesmo atividades desempenhadas no meio rural de caráter não agrícola, conforme discussão realizada por Silva (2013). A questão da pluriatividade, mencionada neste trabalho e verificada na pesquisa de campo, revela que para muitas famílias a terra é um espaço de moradia e reprodução social, um espaço de vida. A política assume, nesse sentido, um caráter produtivista e vinculado ao mito fundador da escassez, uma vez que o agricultor familiar só será contemplado em função da adoção plena do *ethos* econômico que lhe garanta uma renda majoritariamente auferida das atividades processadas no estabelecimento. Tal pressuposto produtivista, que também é demonstrado pela observação de que a maior parte dos recursos tem sido sistematicamente destinada à produção de *commodities* agrícolas, permite concluir que o *mito da escassez* é um traço orientador do PRONAF.

A forte ideia de eficiência que impregna o mecanismo do crédito denota a presença do traço da *racionalidade moderna*, observado pelo fato de que, embora a política pública de agricultura familiar contemple programas como o PAA e o PNAE, a maior parte dos recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar (aproximadamente 54% no ano-safra de 2012-2013) é destinada ao PRONAF, que é, essencialmente, um programa de crédito rural. A destinação da maior parte de recursos ao crédito se relaciona ao traço da centralidade da esfera econômica e implica que os beneficiários da política incorporem conhecimentos, hábitos e valores que os conduza ao uso eficiente e lucrativo do recurso, afinal, o contratante do crédito deverá ser capaz de saldar a dívida contraída ao final do processo. A isso relacionamos o objetivo do PRONAF, também expresso em Guanziroli *et alli* (1994a), de que a política pública de agricultura familiar deve fomentar a profissionalização do agricultor, mais um aspecto relacionado ao processo de racionalização moderna.

A concentração fundiária é um aspecto marcante da realidade brasileira que afeta muitos trabalhadores rurais e, no entanto, vem sendo negligenciada pela política de agricultura familiar. Fernandes (2013, p.242) afirma, sobre a filiação da política de agricultura familiar ao Paradigma do Capitalismo Agrário e, conseqüentemente, aos interesses da agroindústria e dos grandes proprietários de terra, que

a partir da lógica do Paradigma do Capitalismo Agrário, a ocupação de terra é uma aberração, um atraso, uma violência. A compra da terra, por meio de políticas tipo “Banco da Terra” é uma forma de “integrar” os sem-terra ao mercado. Desse modo, as políticas públicas que o paradigma do Capitalismo Agrário não conseguiu “aparelhar” foram extintas ou congeladas, como por exemplo, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA (que foi substituído pelo PRONAF);

Dessa maneira, é possível perceber o modo como a propriedade privada, que, de acordo com Abraham (2006), é considerada pelos modernos como um direito natural, inalienável e imprescindível, é sancionada pela política de agricultura familiar, mesmo que isso signifique a exclusão de uma grande parcela da sociedade do direito à terra, em benefício de uma pequena parcela detentora de terras. Fernandes (2013) salienta que a emergência do discurso legitimador da agricultura familiar no Brasil esteve amparada pela noção segundo a qual a solução para os conflitos fundiários e desigualdades no meio rural passaria, exclusivamente, pela integração plena dos agricultores considerados aptos ao mercado capitalista, nessa perspectiva, alerta Fernandes (2013), os problemas que impedem o desenvolvimento rural foram percebidos como problemas conjunturais e não como problemas estruturais das relações capitalistas.

Por fim, em relação à *inovação e ao mito do progresso*, verificou-se que o PRONAF é operacionalizado pelo mesmo Sistema Nacional de Crédito Rural SNCR que propiciou a modernização agrícola no Brasil a partir da promulgação do Estatuto da Terra, em 1964. A inovação, o desenvolvimento e o progresso são tidos, no escopo desse modelo de intervenção Estatal vinculado ao SNCR, como um objetivo a ser perseguido pela externalização tecnológica, incorporando técnicas e tecnologias de produção desenvolvidas nos países capitalistas centrais. Não obstante a falência do modelo implementado no evento que ficou conhecido como “modernização dolorosa”, o estado brasileiro vem insistindo nos mesmos pressupostos e mecanismos de política pública, agora também orientados para o público da agricultura familiar. A concentração dos recursos amplamente denunciada na literatura sobre o PRONAF é apenas um indício da continuidade observada na política.

Na próxima seção, analisarei a presença das relações peculiares à empresa nos enclaves mantidos pelos agricultores, buscando associar essas relações à sua participação nos mecanismos de financiamento. Sempre que possível, evidenciarei também a manifestação dos traços e dos modos de agir e pensar nas situações observadas em campo.

6.3.2 O estabelecimento/aprofundamento de relações peculiares à empresa entre os agricultores e agricultoras de Maquiné e Nova Santa Rita beneficiários da política pública de agricultura familiar

O acesso aos financiamentos PRONAF são praticamente generalizados entre os agricultores do setor olerícola no município de Maquiné. O município acessou no último ano-safra cerca de 3,5 milhões de reais em crédito PRONAF, a maior parte na linha Mais Alimentos (investimentos). Em Nova Santa Rita, no mesmo período, o valor foi cerca de 600 mil, indicando que a utilização do crédito é bem menor, possível reflexo da decadência da atividade agrícola em função da pressão imobiliária que se observa no município e também da participação marginal do público dos assentamentos no programa, uma vez que, na totalidade do PRONAF, a maior parte dos recursos é destinada aos agricultores do grupo renda variável (considerados os “verdadeiros” agricultores familiares), consolidados ou em transição.

O mecanismo do crédito é algo muito normal, muito familiar entre os agricultores entrevistados em Maquiné, fato que dificultou a percepção sobre o mesmo em relação à organização dos produtores, pois, poucas vezes a questão do crédito era destacada pelos entrevistados. Assim, foi possível notar que há um discurso bastante consolidado de legitimação do mecanismo, pois, na percepção de vários entrevistados, quando o financiamento traz retornos, é porque foi bem empregado pelo agricultor, mas quando ele não traz, é porque o agricultor não investiu corretamente, utilizando o dinheiro para outros fins que não a produção agropecuária, enfim, o agricultor é o único responsável quando o dinheiro empregado não traz os retornos esperados. A fala de um entrevistado expressa esse discurso recorrente:

Tem que saber usar o dinheiro. Tem muita gente que eu sei que tirou custeio e fez mal uso do dinheiro. Ah, tirou dinheiro ali pra investir na lavoura, comprou uma moto nova, um carro, trocou de carro... aí já era né. Comprar lata não adianta. Tem que saber investir o dinheiro, saber onde vai colocar. O que vem fácil vai fácil (Diego, agricultor, Maquiné).

Em Nova Santa Rita, especialmente entre os agricultores assentados, foi observada uma postura crítica em relação ao crédito rural e os agricultores demonstram não poderem ser punidos e culpabilizados por não conseguirem pagar o financiamento. A reivindicação pela renegociação da dívida é um exemplo de que a lógica

individualista da qual a política é imbuída não é plenamente aceita pelo público dos assentamentos.

Em Maquiné, as relações de concorrência foram evidenciadas em relatos de agricultores que reportam a sua existência desde as primeiras relações estabelecidas com os “grandes mercados” nos meados da década de 1980, quando alguns agricultores passaram a competir entre si para consolidar parcerias comerciais com as redes supermercadistas atuantes em Porto Alegre e na região metropolitana. É perceptível que o modo como ocorre o acesso ao mercado, por meio da estrutura oligopolizada do varejo alimentar é, notavelmente, um vetor das características mais empresariais e da organização empresarial de agricultores no município de Maquiné, que passaram a se organizar apoiados na exploração e divisão do trabalho, relações observadas em propriedades que contam com a mão de obra de dezenas de parceiros, ou, “plantadores”, como são chamados pelos proprietários, revelando a percepção da utilidade desses trabalhadores na divisão do trabalho por parte de seus empregadores.

O individualismo está presente no PRONAF na medida em que não são consideradas as possibilidades de fomento da atividade coletiva organizada, mas, ao contrário, fomenta-se uma ação individual com implicações para a organização dos agricultores. O episódio da extinção da APSAT é uma mostra disto. Antes da expansão dos financiamentos, os agricultores organizavam sua ação coletivamente para o compartilhamento de máquinas e implementos. Com a expansão do crédito, os agricultores passaram a adquirir seus próprios equipamentos. Ainda que isto possa ser visto como uma possibilidade de melhorar as condições de trabalho de cada agricultor, na medida em que grande parte do grupo passou a ter individualmente os equipamentos inteiramente à sua disposição, isso também enfraqueceu a necessidade da ação coletiva e ajudou a quebrar os laços de cooperação que existiam na Associação.

A questão dos coletivos produtores de arroz nos assentamentos de Nova Santa Rita revela que a lógica de fomento individualizada que o PRONAF carrega foi, de certa maneira, contornada pelos agricultores que negociaram com o agente financeiro e este “deu um jeito” para que os agricultores adquirissem coletivamente um trator para a lavoura de arroz. Na ocasião, o grupo de treze famílias estava acessando pela primeira vez o financiamento PRONAF (grupo especial A), um valor de vinte e um mil que seria liberado em três parcelas. A negociação estabelecida com o banco permitiu que os agricultores recebessem a segunda e a terceira parcela de uma só vez e adquirissem coletivamente o trator. Esse exemplo demonstra um fato que foi observado também em

outras situações, quando os agricultores que têm uma organização coletivista conseguiram contornar algumas pressões características do fenômeno de empresarização que lhes prejudicariam.

Outra situação constatada, que revelou a capacidade dos agricultores em contornar as relações típicas da empresa, foi a negociação estabelecida com a prefeitura de Nova Santa Rita para que os agricultores interessados em participar do PNAE não fossem obrigados a concorrer entre si em uma licitação municipal. A partir da negociação foi estabelecido que todos os interessados compusessem um único grupo integrante do projeto participante da chamada pública realizada pelo governo federal. Adicionalmente, os agricultores também lograram estabelecer um contrato de um ano com a prefeitura – período completo de execução do projeto apresentado pela prefeitura na chamada pública –, obtendo melhores condições para o planejamento da produção do que agricultores de outros municípios que se submetem à licitação municipal, essa comumente estabelece com os agricultores contratos com vigência de três meses.

Foi constatado que a inserção nos mecanismos de financiamento tem implicações sobre a ocorrência de maior pressão por eficiência. O pagamento do financiamento não é fácil para os agricultores que estão sujeitos às incertezas da natureza, logo, visando estarem sempre adimplentes, essas pessoas estão sempre em busca de um maior volume de produção. Esta busca de eficiência e pressão por maior produtividade é evidenciada também na atenção cada vez mais focada dos agricultores nos cultivos mercantis em detrimento do cuidado com hortas, lavouras e animais tradicionalmente empregados para a subsistência familiar.

A relação comercial estabelecida pelos produtores rurais com os supermercados também exerce pressão pelo aumento das quantidades produzidas. Assim, a ampliação da estrutura produtiva associada aos financiamentos de investimento e às relações comerciais estabelecidas pelos agricultores pôde ser relacionada ao produtivismo agrícola. A maioria dos agricultores está inserida em uma lógica de plantar quantidades cada vez maiores para atender a demanda de seus parceiros comerciais, conseguir pagar todos os custos de produção e obter uma renda. Todavia, são frequentes os períodos em que o excesso de produção leva à redução extrema dos preços, impedindo o escoamento e fazendo com que muitos alimentos estraguem na lavoura. Impossível não lembrar das considerações feitas por Sahlins (1972) sobre o fato de vivermos em uma sociedade de escassez. O aumento contínuo das quantidades produzidas não garante a superação da fome porque a forma como nossa sociedade está organizada não permitiria que a

escassez fosse superada, a menos que houvesse uma ruptura com os fundamentos da nossa economia.

Quanto mais os agricultores ampliam a sua estrutura produtiva e os compromissos comerciais, registra-se a necessidade de ampliação do volume de produção. Há um conseqüente aumento dos custos e do risco. Quanto a isto, quase todos os entrevistados relataram problemas como enchentes, temporais, chuvas de granizo, enfim, intempéries que são um risco inerente à atividade. Todavia, ao entrevistar uma agricultora no município de Maquiné que cultivava uma área de um hectare, o seu quintal, e acessou apenas o PRONAF custeio nos últimos três anos para a compra de adubos e agrotóxicos, me surpreendi quando, ao perguntar sobre as enchentes no vale do Maquiné, obtive a seguinte resposta: “tem época que eles plantam demais [agricultores de Maquiné] e perdem tudo na roça. Aqui não tenho esse problema porque planto pouco”. A fala da agricultora é um alerta para a possibilidade de que o problema apontado por muitos pode ser percebido de outra maneira.

A constante necessidade de expansão da produção tem levado muitos agricultores de Maquiné a migrarem para as terras da serra de São Francisco de Paula nos meses do verão e, segundo relatos, a cada ano aumenta o período de permanência nesse local, onde as áreas de terras são mais extensas do que no vale do Maquiné. Tais produtores, altamente estruturados e orientados pela lógica de produtividade, procuram estabelecer relações de parceria. As parcerias estão assentadas em relações pouco formalizadas, nas quais prevalece a palavra do proprietário da terra. Trata-se de uma forma de assalariamento precarizado. Percebe-se, nesses casos, que a detenção dos meios de produção, principalmente a terra, confere ao proprietário grande poder de dominação sobre os parceiros.

No Brasil, os contratos de parceria e arrendamento são regulamentados pelo Decreto Nº 59.566/1966⁵⁹. Tal regulamentação, além de antiga é, segundo Wanderley (2009), insuficiente, esparsa e constantemente desrespeitada. Embora o Decreto assegure o direito aos parceiros de venderem sua produção a quem desejarem, não sendo obrigados a comercializarem ao proprietário da terra, o modo como as parcerias estão estruturadas nos dois municípios garante que os produtores estabeleçam relações monopolistas com os parceiros.

⁵⁹ De 14 de Novembro de 1966.

Todas essas questões mencionadas se refletem também no estabelecimento de novas relações com o tempo e com o espaço que podem ser observadas na orientação das atividades dos agricultores, cada vez mais direcionadas exclusivamente às atividades mercantis. Ao longo da pesquisa de campo, escutei relatos de que, há alguns anos, as pequenas lavouras de subsistência foram abandonadas. As relações dos agricultores no cenário de expansão do crédito, da mecanização e da intensificação das relações comerciais se tornam cada vez mais mediadas pelo dinheiro e, com isso, sua relação com o tempo e com o espaço são alteradas. Todo o tempo e toda a área possível são dedicados à produção dos gêneros mercantis. Quando deixam de plantar para subsistência passam a ter necessidade de mais dinheiro para comprar alimentos que antes eram produzidos em casa. Lembrando de Simmel (2005), é possível afirmar que o dinheiro passa a ser o mediador da relação entre o sujeito e objeto (os gêneros de que necessita para subsistência), provocando uma ruptura da relação qualitativa antes estabelecida entre o agricultor e a sua alimentação cotidiana.

A estruturação proporcionada pelo PRONAF parece inserir os agricultores em uma lógica empresarial de organização na qual a terra passa a ser essencialmente um meio produtivo. Os imperativos de produção, eficiência, a corrida contra o tempo e o ritmo acelerado e intenso do trabalho tendem a provocar alterações nas relações das famílias com a terra e, nesse processo, filhos e filhas são incentivados a estudarem e se profissionalizarem para exercer uma profissão no meio urbano, demonstrando a ruptura com a terra e com a atividade agrícola.

Os assentamentos rurais demonstram que há, todavia, a tentativa de estabelecimento de relações comunitárias entre os assentados, que são pessoas de distintos lugares que, subitamente, passaram a habitar um mesmo assentamento. A fala de um entrevistado reflete a tentativa de estabelecimento de relações comunitárias:

A gente também está tentando fazer um processo de comunidade, algo que nesse assentamento, apesar de que já tem oito anos, esse processo mais comunitário de espaços coletivos, de espaços onde... lazer, cultura, saúde, esportes... esteja junto. Ainda não tem porque o assentamento é um assentamento novo, é um assentamento que está muito perto da cidade e é um assentamento com famílias que chegaram de diferentes regiões do estado. Então, tem famílias que vieram da região norte e que eram filhos ou moraram alguma vez na terra, e tem famílias que vieram da região metropolitana e não tiveram nunca contato com a agricultura, ou tiveram pouco, então... é isso, são famílias que vieram de diferentes regiões. Então, esse espírito comunitário se constrói. Tem que se construir dia a dia, não surge "assim", só porque são famílias que foram assentadas da reforma agrária (Renato, agricultor assentamento Nova Santa Rita II).

A pesquisa de campo revelou que os agricultores que tinham uma experiência de ação política, como os assentados, que tinham a experiência da organização no MST, parecem conseguir se organizar com mais força contra certos aspectos da empresarização. Uma situação que evidencia essa questão foi a recusa dos assentados em apresentarem dois projetos na chamada pública para o PNAE, optando por formarem um só grupo e não competirem entre si. Outra situação que elucida a experiência dos assentados com a política pública, desta vez a de crédito, foi a luta pela renegociação das dívidas, refutando parcialmente a lógica de eficiência inerente ao mecanismo do crédito.

Um aspecto interessante da renegociação das dívidas, que incluiu dívidas do PRONAF e do extinto PROCERA, foi a questão de que somente os agricultores inadimplentes lograram condições especiais para a renegociação e, aqueles que estavam adimplentes (muitas vezes, a custa de grandes sacrifícios), foram excluídos da renegociação. Dentro dos assentamentos, tal situação provocou uma quebra com a ideia de quem paga em dia, é recompensado, a ideia de que não é bom estar com “o nome sujo”, termo utilizado por uma entrevistada. Além da ruptura mencionada, da ideia difundida a partir dos termos sob os quais ocorreu a renegociação, foi mencionado que o episódio também provocou certo ressentimento entre assentados que quitaram as prestações e os que não quitaram na certeza de que a renegociação aconteceria.

6.3.3 Condições de participação dos agricultores na política de agricultura familiar

Apontou-se na subseção precedente que a participação dos agricultores no PRONAF está, muitas vezes, associada à incorporação de um *ethos* econômico pautado pela busca constante pela eficiência e pelo lucro a serem perseguidos pelo incremento produtivo. A necessidade constante de realização de investimentos (câmaras frias, tratores, estufas, caminhões e outras máquinas) também é acompanhada do aumento da necessidade de exploração de mão de obra extrafamiliar e de maiores faixas de terra, conforme verificado em Maquiné sobre a migração do processo produtivo para o município de São Francisco de Paula.

Todavia, é necessário ressaltar que nem a plena incorporação do referido *ethos* econômico e nem o sucesso na utilização dos financiamentos foram sempre verificados na pesquisa de campo. Foi identificado que Maquiné apresentou condições singulares favoráveis ao desencadeamento do processo verificado, como o fato de ter sido alvo de políticas públicas estaduais voltadas à mecanização (Programa APSAT) e ao desenvolvimento da horticultura e fruticultura (Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do RS) desde a instalação da primeira CEASA no estado, em Porto Alegre. Maquiné também apresenta a peculiaridade de que muita mão de obra foi liberada para o trabalho em forma de parceria nas lavouras do vale a partir do estabelecimento de políticas conservacionistas e também do conflito fundiário historicamente registrado, e recentemente acentuado, no território quilombola do Morro Alto, conforme relata Kramer (2012).

A inserção dos agricultores no PRONAF muitas vezes é permeada por limitações como a insuficiente assistência técnica, a falta de clareza do tomador de empréstimo sobre o processo de financiamento, as condições individualizadas de acesso do crédito e, no caso específico dos assentamentos rurais, a baixa estruturação dos lotes no momento do acesso. Grande parte dos casos de inadimplência decorreu desses aspectos, sendo também verificada uma situação na qual o agricultor se tornou inadimplente em função da ocorrência de uma intempérie que comprometeu toda a sua produção.

Cientes de algumas das limitações do acesso ao PRONAF, alguns entrevistados demonstram uma visão temerosa sobre o programa, procurando desenvolver as atividades utilizando recursos próprios e, por vezes, adotando uma estratégia de pluriatividade, na qual as rendas oriundas de aposentadoria rural e ocupações não agrícolas possuem importância significativa para a reprodução familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo foram destacados traços da empresa que se relacionam às concepções e pressupostos sobre os quais a política de financiamento da agricultura familiar se ergue. Da observação dessa política, pode-se afirmar, por exemplo, que os mitos da escassez e do progresso, orientam as principais concepções relacionadas à atuação estatal por meio de uma política de crédito rural subsidiado, revelando o objetivo de constante busca por aumento da produtividade e da renda a ser conquistada, essencialmente, via incremento tecnológico das unidades de agricultura familiar. Também foi registrado que a política de agricultura familiar centrada no crédito tangencia problemas como a concentração fundiária e as desigualdades sociais no meio rural brasileiro, indicando, dessa maneira, a inexorabilidade do traço propriedade privada em nossa sociedade. A autonomização da esfera econômica e a racionalidade moderna podem ser percebidas na observação dos imperativos de eficiência, profissionalização e racionalidade que regem o mecanismo do crédito.

Embora ofereça uma oportunidade histórica de acesso aos recursos públicos por parte de atores que foram durante muito tempo alijados da política agrícola brasileira, a política de crédito rural subsidiado coloca algumas exigências e limitações aos beneficiários. O acesso ao financiamento em três parcelas por parte dos agricultores assentados, a baixa estruturação dos assentamentos no momento do primeiro acesso, a lógica de acesso individualizada limitando a participação associada dos agricultores e a insuficiência da assistência técnica foram algumas imposições e limitações identificadas para a participação dos agricultores que, paralelamente, enfrentam limitações no acesso aos mercados e na comercialização dos produtos. Uma das causas da dificuldade de acesso aos mercados é a estrutura monopolística do varejo alimentar que, seguindo uma tendência mundial, vem se concentrando em poucas redes supermercadistas com grande poder de mercado.

Os agricultores inseridos na política de crédito têm, muitas vezes, orientando a sua organização para o aumento da produtividade e da eficiência, de modo a poderem saldar o financiamento. Tal condição foi relacionada nesta pesquisa às mudanças qualitativas nas relações entre os sujeitos, que passaram a estabelecer relações de exploração baseadas no sistema de parceria, no qual os trabalhadores rurais vendem sua força de trabalho aos proprietários de terras em troca de um percentual sobre o valor da

produção comercializada. Embora as parcerias não constituam relações formais de assalariamento, elas podem ser consideradas mais precarizadas do que as relações assalariadas, uma vez que prevalece a informalidade na relação e os parceiros possuem poucas garantias a respeito de sua remuneração, vendendo a produção numa condição de monopólio exercido pelo dono da terra. Registra-se, nos estabelecimentos mais capitalizados, a tendência ao aumento da divisão do trabalho e da especialização, em alguns casos, os donos do estabelecimento se tornam administradores e, na expressão utilizada por alguns agricultores, “não pegam mais na enxada, só na caneta”.

A realização do presente estudo contribuiu para a percepção de que a utilização contínua dos financiamentos do PRONAF, sobretudo entre os agricultores do município de Maquiné, pode ser relacionada à consolidação desse mecanismo como algo trivial no processo produtivo, ou seja, os agricultores demonstram grande familiaridade com os financiamentos. Durante a pesquisa de campo, tal realidade representou um obstáculo para o aprofundamento do conhecimento sobre a experiência dos agricultores com o crédito rural, uma vez que pouco ressaltavam situações, problemas e reflexões a esse respeito. Ao questioná-los sobre possíveis dificuldades para a quitação dos financiamentos, era comum escutar que quem utiliza mal não consegue pagar, mas quem utiliza corretamente não costuma ter problemas.

O discurso de legitimação da política de agricultura familiar proferido pelos agricultores parece desconexo, uma vez que o cenário observado ratifica o estado de compressão, descrito por Gazolla e Schneider (2013), provocado pelo aumento dos custos de produção e simultânea redução dos preços. Além da referida compressão, verifica-se que, à medida que os agricultores ampliam sua estrutura produtiva e estabelecem compromisso de venda com grandes mercados, sua relação com o tempo, com o espaço, com o trabalho também é alterada e o dinheiro passa, cada vez mais, a mediar sua relação com o mundo em um cotidiano de trabalho cada vez mais intenso e exaustivo.

À presença das grandes redes varejistas estão associadas estratégias individualizadas e competitivas dos agricultores entre si. As redes, por sua vez, usufruem de grande poder de mercado estabelecendo condições para a compra dos produtos e, desse modo, usufruindo indiretamente do baixo custo do financiamento PRONAF e transferindo parte dos seus custos aos agricultores que desejam a garantia de compra em escala oferecida pela relação contratual com as redes supermercadistas. A pesquisa de campo revelou que constitui uma prática comum das redes a cobrança de

taxas para a exposição dos produtos em seus supermercados, além disso, fazem exigências aos agricultores tais como a produção em estufas, o transporte em caminhões com câmaras frias, entre outras exigências e ações relatadas pelos agricultores, sobretudo os agricultores de Maquiné. A situação verificada em campo ratifica a afirmação feita por Aguiar (2009), de que há evidências de que o setor varejista, em função da detenção de grande poder de mercado, está transferindo parte do custo de produção para os fornecedores, neste caso, os agricultores. Tal constatação indica a necessidade de realização de estudos que aprofundem o conhecimento sobre as relações estabelecidas entre agricultores e grandes empresas do varejo alimentar.

A forma de acesso individualizada aos créditos do PRONAF tem implicações sobre os enclaves mantidos pelos agricultores, uma vez que esses passam a adotar estratégias individualizadas em detrimento de uma ação mais coletivizada e solidária. Tal constatação se relaciona à extinção da Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT) em Maquiné. Durante mais de 30 anos a APSAT possibilitou o compartilhamento de máquinas e implementos agrícolas entre os agricultores – resistindo, inclusive, aos períodos de elevada inflação nas décadas de 1980 e 1990, quando o custo de manutenção e da hora/máquina se tornou muito alto –, mas sucumbiu à entrada ostensiva de tratores e outros equipamentos agrícolas a partir da criação da linha de financiamentos de investimento denominada PRONAF Mais Alimentos, em 2009, quando uma parcela considerável de agricultores optou pelo processo de mecanização individualizado.

Os agricultores assentados, por sua experiência de organização política no MST, parecem conseguir se organizar para contornar certos aspectos da empresarização difundidos pela política pública, como nos casos da renegociação das dívidas, no acesso coletivizado ao financiamento e na recusa em aderirem a um comportamento de competição entre assentados diante das licitações municipais.

Não obstante toda a colaboração obtida para a realização da etapa de campo junto aos agricultores e agricultoras, técnicos e técnicas, é necessário pontuar que o acesso à realidade estudada demanda muitos esforços e, sobretudo, muito tempo de convívio para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade. Quanto a isso, o curto período do mestrado constituiu uma limitação que deve ser assinalada, uma vez que um maior tempo de campo poderia agregar informações mais ricas e profundas a este estudo.

A realização de novos estudos junto a outros grupos de agricultores em distintas regiões também poderá agregar novos conhecimentos sobre o fenômeno de empresarização estendido à agricultura, somando informações ao esforço ora empreendido de investigar os desdobramentos das políticas agrícolas concebidas no cenário neoliberal sobre e a realidade das pequenas unidades produtivas atingidas pela política agrícola direcionada à agricultura familiar.

Finalmente, destaco que a apropriação da teoria da empresarização representou um grande desafio para a realização desta pesquisa, uma vez que se trata de uma teoria em construção e, portanto, ainda são exíguos os documentos para consulta e as pesquisas fundamentadas nesse referencial. Muitas vezes, a busca por apropriação teórica envolveu a consulta aos autores citados por Abraham (2006) e Solé (2000; 2008), mesmo assim, é preciso reconhecer que há uma compreensão incipiente sobre a teoria da empresarização a ser aprofundada, discutida e qualificada não somente por mim, mas por todos os pesquisadores interessados nas possibilidades de abordagem que a teoria proposta por Solé e Abraham oportuniza.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Yves-Marie. L'entreprise est-elle nécessaire? In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). **Sociologie de l'entreprise**. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006, p. 323-374.
- AGUIAR, Danilo Rolim Dias. Concentração do Mercado Varejista Alimentar Brasileiro. In: **47o. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2009, Porto Alegre. Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações. Brasília: Sober, 2009.
- AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **(Des)caminhos da Política de Crédito do PRONAF na Luta contra a Pobreza e a Desigualdade Social no Brasil Rural**. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, realizada no período de 10 a 12 de novembro de 2010, em Natal– RN.
- BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 227 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Econômico. **Revista Política & Sociedade**, nº 6, p. 15-57, abril de 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em 16 out. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em 19 out. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 10.696**, de 2 de julho de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/leis/2003/PAA%20Lei%20no%2010.696-%20de%2002%20de%20julho%20de%202003.pdf/download>>. Acesso em 15 agosto 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf>>. Acesso em 09 out. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em 09 de outubro de 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 6.323**, de 27 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em 09 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 10 out. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Aquisição de Alimentos e Promoção Social**. [S.I.]: MDS/CONAB, 2011a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom>>. Acesso em: 09 out. 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução Nº 4.028**, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2011&numero=4028>>. Acesso em 15 agosto 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil: **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em 10 out. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Cartilha Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014**. Gráfica Ideal, [2013]. Disponível em: <http://www.fetaep.org.br/Agricola/cartilha_mda_plano_safr_2013-2014.pdf>. Acesso em 24 nov. 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Manual de Crédito Rural. **Disposições Gerais**. 2014a. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/Manual/09021771806f4fb0.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Manual de Crédito Rural. **Beneficiários**. 2014b. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/Manual/09021771806f4fb1.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Manual de Crédito Rural. **Créditos de Investimento (PRONAF mais Alimentos)**. 2014c. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/Manual/09021771806f4fcc.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Painel dos Assentamentos*. Brasília: 2014d. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 09 out. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1998. 368p .

CASTRO, Edson; SEIBT, Paola; HELLER, Karine. **Anuário Brasileiro de Agricultura Familiar**. 2013. Erechin, RS: Ed. Bota Amarela, 2013. 243p.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

- COSTABEBER, José Antônio. **Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1988, 442 p. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado y Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1988.
- DE CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brener. PRONAF: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no Programa. **Revista do BNDES**, Nº 35, junho 2011, p.131-168.
- DUMONT, Louis. **Homo Aequalis** – gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru, SP: EDUSC, 2000 [1977]. pp. 13-44
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Plano integrado para o desenvolvimento do Litoral Norte do RGS: hortigranjeiros, olericultura**. Porto Alegre, RS: FEE, 1977. 127 p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 343p., v.1, parte 1 e 2. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: 2013.
- FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis. **Novo Manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. Viçosa, MG: UFV, 2003. 412p.
- FILIPE, Rafael Gomes. **Modernidade, crítica da modernidade e ironia epistemológica em Max Weber : reconstituição e actualidade desta problemática**. Lisboa : Instituto Piaget, 2001.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.
- FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R. Basso, L. Suertegaray, D. **Rio Grande do Sul: paisagens em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. Desigualdade regional no Brasil meridional. **GEOgraphia (UFF)**, v. 12, p. 122-148, 2010.
- FRITSCH, Winston. Apresentação. In.: **A riqueza das nações : uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996 [1947]. v.1.
- GARCIA, Fernando. Apresentação. In.: PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. São Paulo: São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do

Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013.

GUANZIROLI, C. E.; VEIGA, J. E. da; ROMEIRO, A. R.; WILKINSON, J.; MALETTA, H.; ALVES, A. F.; DAVIES, P. A.; LEITE, S.; PRADO, M. do; SHULLER, M. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar: versão preliminar**. Brasília: FAO: INCRA, 1994a. 98 p. Português. Projeto UTF/BRA/036/BRA.

GUANZIROLI, C. E.; VEIGA, J. E. da; ROMEIRO, A. R.; WILKINSON, J.; MALETTA, H.; ALVES, A. F.; DAVIES, P. A.; LEITE, S.; PRADO, M. do; SHULLER, M. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar: versão preliminar**. Brasília: FAO: INCRA, 1994b. 24 p. Português. Projeto UTF/BRA/036/BRA.

GUANZIROLI, CARLOS HENRIQUE; CARDIM, Silvia Elizabeth. de C. S. (Coord.) **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992,

HERRERO, Railda (Red.); BELLINGER, Carolina (Org.). **Mercado Institucional: avaliação de programas no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Movimento Sem Terra (MST): Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, 2014. 40 p.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2ª apuração. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Cidades. Rio Grande do Sul. **Maquiné**: Síntese das informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431177>>. Acesso em 09 out. 2014.

_____. Cidades. Rio Grande do Sul. **Nova Santa Rita**: Síntese das informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431337>>. Acesso em 09 out. 2014.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/pibmunic2011.pdf]. Acesso em 09 out 2014.

KRAEMER, Matias Felipe Eidelwein. **Agricultura e estratégias de reprodução socioeconômica no Quilombo Morro Alto – Maquiné/RS: cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrários**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

LENIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. Disponível em: <<http://pcb.org.br/porta1/docs/lenincapitalismoeagriculturaeua.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

LIMA, Renan Corá de; ROSA, José Ivan da; ESTEVES, Jandir Vicentini (Edt). **Levantamento da produção olerícola comercial do RS: 2005/2006**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2007. 160 p.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. **Caderno ‘Segurança Alimentar’**. [2000?]. Fórum Social Mundial. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014. 52p.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Lech, 1982.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

MATTEI, Lauro Francisco. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília, MDA, 2006, 202p. (NEAD Estudos).

MIRANDA, Fernanda de Queiroz. **Razões de adoção de estratégias agroecológicas por famílias do assentamento Itapuí, Nova Santa Rita/RS**. 2014. 140 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2010.

MOTTA, Fernando Prestes. **O que é burocracia?**(Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1994.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Entre a administração e a política: os desafios da gestão pública democrática**. 2003. 224 p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**. Uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RODRIGUES, Claudio Cesar Cabreira. O Estado Neoliberal e as Políticas de Reforma Agrária. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. **Sessões...** Araraquara/SP. 17p. 09 a 11 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_6B/06B-07.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.

RODRIGUES, Márcio Silva. **O novo ministério da verdade: o discurso da Veja sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil**. 2013. 319p. Tese (doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Sócio- Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Márcio Silva; SILVA, Rosimeri Carvalho; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. O Processo de Empreterização em Organizações Culturais Brasileiras. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, jan./mar. 2014, p.66-85.

SAHLINS, Marshall. **Stone age economics**. New York: Aldine, 1972.

SANTOS, Everson Vieira dos. Estudo da Estrutura de Mercado do Setor Supermercado do Rio Grande do Sul e Identificação do Grau de Concentração. In.: **4º Encontro de Economia Gaúcha**, 2008, Porto Alegre, RS.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In.: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SILVA, José Graziano da. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In.: STÉDILE, João Pedro e ESTEVAM, Douglas. **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996 [1776]. v.1.

SOLÉ, Andreu. **Créateurs de mondes – nos possibles, nos impossibles**. Paris: Éditions du Rocher, 2000.

_____. L'enterprisation du monde. In CHAIZE, J.; TORRES, F.

Repenser l'entreprise: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve.
Paris: Le ChercheMidi, 2008.

TEDESCO, João Carlos. Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade. **Ciências Sociais Unisinos**, v.43, n.1, p.57-67, janeiro/abril 2007

TONNEAU, Jean Philippe; AQUINO, Joacir Rufino de; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.

VIANA, Nildo. Modernidade e Pós-Modernidade. **Revista Enfrentamento**. Ano 04, nº 06, p.25-35, jan./jun. de 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In.: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.23-56.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61

_____. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009. v. 1. 328p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento Rural, Capitalismo e Agricultura Familiar. **Revista Olhares Sociais**, v. 2, p. 51-78, 2013.

WICKERT, Silvino. **Associação de Produtores de Maquiné, RS**. 2002. 44 p. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Data:

Localidade:

Apresentação - Explicar objetivo da pesquisa

Identificação do entrevistado/a

Nome(s):

Idade(s):

Escolaridade:

Telefone ou outra forma de contato:

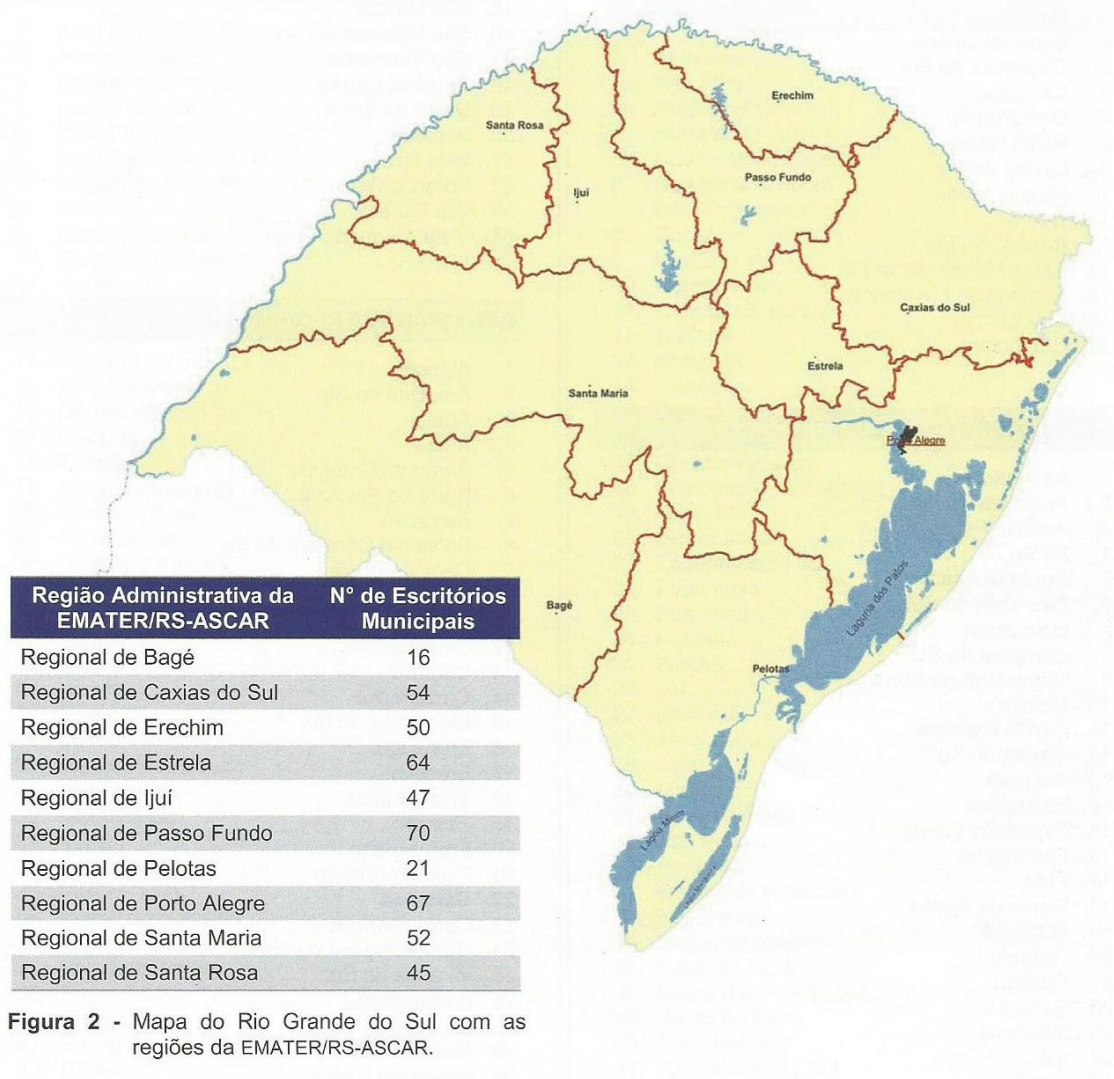
Informações sobre a Unidade de Produção

1. O que produz atualmente? Perguntar sobre produção para autoconsumo.
2. O que produzia antes e porque passou a produzir as culturas atuais? Em que ano aconteceu a mudança?
3. Qual é a área do estabelecimento?
4. Qual é a condição do/a agricultor(a) em relação à terra? (proprietário, posseiro, arrendatário, assentado da reforma agrária, etc.)

 Pedir que o produtor relate um pouco de sua história. Há quanto tempo mora no estabelecimento? Se proprietário, como obteve a terra (herança, compra, etc.)?.....

5. Quem são as pessoas da família que trabalham no estabelecimento? Os filhos são agricultores ou pretendem continuar na agricultura?
6. Utiliza mão de obra externa? Em que situação e como funciona? Quantos?
7. Quem são os compradores/Para quem fornece a produção?
8. Há quanto tempo trabalha com os compradores atuais? Como vendiam a produção antes deles?
9. Tem DAP? () Sim () Não
 - 5.1. Costuma acessar o PRONAF?
 - 5.2. Que modalidade? () Custeio () Investimento.
 - 5.3. Para que foram utilizados os financiamentos?
 - 5.4. Em que ano acessou pela primeira vez e quantas vezes acessou desde então?
10. Acessou outro tipo de financiamento que não o PRONAF?
11. Participa de alguma organização de agricultores? Qual(is)?

ANEXO A – ORGANIZAÇÃO REGIONAL EMATER-RS/ASCAR



FONTE: Lima *et alli* (2007, p.23)